Antologia Portuguesa

PALADINOS DA LINGUAGEM

TERCEIRO VOLUME

LIVRARIAS AILLAUD E BERTRAND

PARIS - LISBOA

NO LONGER THE PROPERT
OF BOSTON PUBLIC LIBRAR

Ministério da Instrução Públic

SECRETARIA GERAL

Considerando que à excepção dalgumas rara jóias do património literário nacional, se não co nhecem geralmente as obras primas da literatur portuguesa, muitas delas de difícil aquisição pel antiguidade ou raridade das suas edições;

Atendendo a que a *Antologia Portuguesa*, orga nizada pelo escritor Agostinho de Campos e publ cada pela Livraria Aillaud, procura obviar àquele inconvenientes, oferecendo ao público uma colec ção onde fique arquivada a produção literária d muitos dos bons prosadores e poetas nacionais d todos os tempos e escolas;

Atendendo ainda a que a forma material como *Antologia Portuguesa* é apresentada, a torna ve dadeiramente agradável e atraente e, portanto, d fácil vulgarização e largo proveito educativo:

Manda o Govêrno da República Portuguesa, pel Ministro da Instrução Pública, **que seja lou vada a Livraria Aillaud** pelo seu pa triótico empreendimento, em vista dos altos ben fícios que essa casa editora vai prestar à divulga ção das preciosidades da literatura nacional, co a publicação da *Antologia Portuguesa*.

Paços do Govêrno da República, 24 de Abril d 1920.—O Ministro da Instrução Pública, *Vasco Bo ges*.

Diario do Govêrno, II Série, n.º 98, 28 de Abril de 1920.

ANTOLOGIA PORTUGUESA

PALADINOS DA LINGUAGEM

TERCEIRO VOLUME

Antologia Portuguesa

VOLUMES PUBLICADOS:

MANUEL BERNARDES, dois volumes.
FREI LUÍS DE SOUSA, 1.º vol. *(Vida do Arcebispo)*
HERCULANO, 1.º vol. (Quadros literários da histór
medieval, peninsular e portuguesa).
JOÃO DE BARROS, 1.º vol. (Primeira Década da *Asia)*
GUERRA JUNQUEIRO, um volume.
PALADINOS DA LINGUAGEM, três volumes.
GONÇALO TRANCOSO, *(Histórias de proveito e exem*
plo) um volume.
FERNÃO LOPES, três volumes.
JOÃO DE LUCENA, dois volumes.
EÇA DE QUEIROZ, 1.º vol., para leitura na famili
e na escola.

VOLUMES NO PRELO OU EM PREPARAÇÃO

EÇA DE QUEIROZ, 2.º volume.
AUGUSTO GIL, 1 volume.
ANTERO DE FIGUEIREDO, 1 volume.
CAMÕES LÍRICO, etc.

Antologia Portuguesa

organizada por

AGOSTINHO DE CAMPOS

PALADINOS DA LINGUAGEM

TERCEIRO VOLUME

III

LIVRARIAS AILLAUD E BERTRAND
PARIS-LISBOA
LIVRARIA CHARDRON | LIVRARIA FRANCISCO ALVES
PORTO | RIO DE JANEIRO
1923

OPEN SHELF DEPT.

Th 8 05,
BRANCH ISSUE
DEC 30 '60 020

Todos os exemplares vão rubricados pelo organizador
da ANTOLOGIA PORTUGUESA

869p
C198p
vol. 3

Composto e impresso na Tipografia do ANUÁRIO COMERCIAL
Praça dos Restauradores, 24 — Lisboa

INTRODUÇÃO

O mau Português principia a sê-lo desde que mareia a pureza da sua língua.

CAMILO.

Ondas da língua feliz:
Gota de água em Dom Denis,
Em Camões, de açude a açude,
Rio que foi onde quis...

CORREA D'OLIVEIRA.

A língua portuguesa... madre e não madrasta; madre e não ama; nossa e não alheia...

JOÃO DE BARROS.

A inteireza do espírito começa por se caracterizar no escrúpulo da linguagem.

A vida parlamentar, a administração e o jornalismo teem sido, em tôda a parte, os mais poderosos corrutores da língua e do bom-gôsto.

RUY BARBOSA.

Qui pense noblement parle noblement.

VOLTAIRE.

INTRODUÇÃO

I

O CAOS GRÁFICO

Há onze anos, por decreto do 1.º de Setembro de 1911, foi posta em vigor em Portugal uma reforma ortográfica, estudada e aprovada pelos filólogos portugueses Adolfo Coelho, D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos, Cândido de Figueiredo, Gonçalves Guimarães, Gonçalves Viana, J. J. Nunes, José Leite de Vasconcelos e Júlio Moreira.

Foi êsse um dos maiores serviços que podiam prestar-se, não só à comodidade de todos os que leem e escrevem português, senão também à própria dignidade da língua portuguesa — o único dos grandes idiomas cultos europeus que não tinha ainda o seu cânone ortográfico seguro, coerente e fixo.

Anteriormente reinava em tal matéria o puro arbítrio de cada escritor ou escrevente, sem que os homens de boa vontade tivessem à mão qualquer norma gráfica a que pudessem arrimar-se, e à volta da qual se viesse a constituir algum dia a necessária disciplina uniforme. Um jornal impri-

mia *phtysica* outro *tisica;* encontravam-se na mesma página escrita ou impressa formas incoerentes como *fallar* e *falar;* êrros crassos como *hypodrómo* e *chrysantêmo;* disparates como *lyrio* e quejandos, onde o *i* grego aparecia por mero luxo ou boniteza, tão legitimamente como se escrevêssemos *vynho, apyto* ou *galynha.* Uns escreviam *leval-os,* outros *leva-los,* outros ainda *levá-los,* querendo exprimir a mesma coisa; grafava-se *empreza,* onde o *z* nada tem que fazer, e *rasão,* sem razão para aí meter *s;* e dobravam-se *ad libitum* consoantes inúteis; metiam-se *hh* por capricho em palavras como *cathegoria* e *authoridade,* etc., etc.

Era, portanto, mais que oportuna, urgentíssima, a iniciativa tomada pelo govêrno português; e a execução técnica foi entregue aos mais autorizados especialistas a quem poderia encomendar-se um trabalho dêstes. Apesar de tudo isto, e de passados onze anos de vigência da reforma ortográfica, há ainda muito quem, por espírito de hábito ou rotina, por desgôsto pseudo-estético, por sectarismo político até, e fora de Portugal também por mal colocado orgulho patriótico, ignore ou deteste a modificação estabelecida. E alguns dêsses levam a mal que nós aqui tenhamos seguido esta norma, como se houvesse algures à nossa escolha qualquer padrão autorizado, seguro e aproveitável, além da nova ortografia oficial portuguesa.

Adoptaram-na no Brasil escritores e filólogos como Afrânio Peixoto, Amadeu Amaral, Mário Barreto, Silva Ramos e Sousa da Silveira, além de a ter aprovado e seguido algum tempo a própria Academia Brasileira. Em Portugal é lei do país, obedecida em tôdas as publicações oficiais e escolares, respeitada pela nossa Academia e observada por muitíssimos dos nossos publicistas e literatos, como Afonso Lopes Vieira, Antero de Figueiredo, António Sardinha, António Sérgio, Aquilino Ribeiro, Augusto Gil, Braamcamp Freire, Carlos Malheiro Dias, David Lopes, Eugénio de Castro, Henrique Lopes de Mendonça, Jaime Cortesão, Jaime de Magalhães Lima, José Maria Rodrigues, Júlio Brandão, Júlio Dantas, Luciano Pereira da Silva, Manuel Ribeiro, Manuel da Silva Gaio, Rodolfo Dalgado, etc., etc., não falando já dos oito que dela teem, no todo ou em parte, a responsabilidade scientífica.

¿Com que direito, a que título e sob que presunção de autoridade ou competência, poderíamos nós revoltar-nos contra uma lei estudada pelos nossos mais autorizados especialistas, promulgada pelo nosso Govêrno, seguida pelas nossas escolas e corpos scientíficos mais altos, aceita por tantos homens ilustres de sciências e letras de Portugal e Brasil?

Dado, porém, que quiséssemos, e devêssemos, até, insurgir-nos contra a ortografia oficial, ¿que outra escrita adoptaríamos em lugar dela? ¿A antiga mi-

séria, residente em parte incerta, em tudo hesitante, disparatada e caótica, a tal ponto que admitia *português* e *portuguez*, *brasileiro* e *brazileiro*, ignorante até da maneira fixa de escrever o nome da própria lingua, ou o do mais numeroso povo que a usa?

Parece-nos impróprio de pessoas razoáveis quebrar lanças quixotescamente por tão pêca Dulcineia como era a nossa grafia usual antiga. Mas compreendemos e respeitamos o sentimento dos escritores portugueses que continuam ainda hoje a grafar como de antes as suas obras, sem contudo abdicarmos do direito de rir de algumas demonstrações mais caricatas da sua contrariedade.

*

A oposição portuguesa ao decreto ortográfico arruma-se fàcilmente em dois compartimentos separados: oposição técnica e oposição artística.

Gritou logo e gritou alto a primeira destas, sem esperar pela execução prática da lei, como fêz a segunda. E a razão desta diferença de porte é muito simples: a oposição técnica foi ferida de chofre, *pelo mero facto* da promulgação oficial; a oposição artística, ao contrário, só preocupada de *aspectos*, não deu pela ofensa senão quando a transfiguração gráfica das palavras lhe feriu os olhos desagradàvelmente.

Oposição de especialistas, a primeira era talvez, em parte, a dos fornecedores que tinham a sua loja ou quitanda ortográfica mais ou menos estabelecida e *habilitada*, mas não foram preferidos. Oposição da vaidade, podia ser cumulativamente a do interêsse, dado que na quitanda scientifica houvesse ao tempo um saldo graúdo de vocabulários cozinhados segundo outras receitas, e que a execução do decreto atirou logo para para o lote invendável dos *monos*.

Pela sua própria origem e natureza havia esta oposição de durar pouco, embora começasse por berrar muito. De mais á mais o Govêrno teve o judicioso cuidado de basear o seu decreto na opinião da maior e melhor parte dos técnicos; donde resultou que dois ou três, justa ou injustamente esquecidos, logo se anularam uns aos outros, êste a vociferar que a reforma era tímida, outro a clamar que era temível. O que o Govêrno poderia ter feito, se valesse a pena, era mandar-lhes a fábula do velho, do rapaz e do burro, transcrita (por maior pirraça) na ortografia nova. Mas não foi preciso. Oito ou dez anos bastaram para calar de todo a vaidade ou o interêsse ferido.

Tendo começado mais tarde que a oposição técnica, a oposição artística durou mais e dura ainda. A sua mola não é a vaidade, nem o interêsse, mas o hábito, quero dizer: Sua Majestade o

definitivamente, substituindo, transpondo (?) *e sobretudo eliminando — uma obra elegante, racional, estável, forte e acima de tudo essencialmente portuguesa.*

Para mim esta indignação do falecido Abel Botelho constitui caso típico de crítica literata a uma reforma ortográfica. Pela sua pena falava o hábito inveterado, que não tem outra lógica além da fúria que lhe causa o incómodo da inovação. Os defeitos da nova ortografia sintetizava-os êle com epítetos contraditórios: *planturesco* e *estreito, mesquinho* e *excessivo*. O seu desejo era evidentemente que a ortografia se simplificasse... sem se lhe bulir, o que perfeitamente se vê quando diz: «*Esta palavra* hymno, *escrita assim, tem uma estrutura perfeita, tem poesia, tem encanto; simplifiquem-na segundo a última moda, e converterão êsse belo vocábulo, tão expressivo, tão cheio, em coisa nenhuma*... O mal-estar do escritor traduzia-se nêle por argumentos inconsistentes e até por palavras sem nexo lógico, como quando falava das *manifestações excessivas dos povos em decadência*. E o programa apresentado para a organização de uma ortografia a seu gôsto, faria suar, e desistir, qualquer assembleia de sábios escolhidos por êle. Queria uma grafia elegante, como se, em tal matéria, pudesse existir outra elegância além da que, puramente subjectiva, o uso e o hábito emprestam às

formas verbais escritas ou impressas. Queria que a ortografia fôsse *estável* e *definitiva,* adiantando-se assim, sem dar por isso, aos que, daqui por cinqüenta ou cem anos, hão-de defender à unhada (como êle a antiga) a ortografia hoje nova, se alguém pretender ou ameaçar modificá-la. Queria uma ortografia racional, coisa que nunca houve, nem há, nem pode haver, em-quanto as línguas forem o que hão-de ser sempre: criações maravilhosas, feitas a um tempo de fantasia e de lógica, de indisciplina e de regra, de fixidez e volubilidade, de poesia e de gramática. E queriá por último uma ortografia *forte* e *essencialmente portuguesa* — dois adjectivos e um advérbio que produzem muito efeito, mas nenhum sentido.

O que fazia verdadeiramente típico, como documento de revolta do hábito, o caso de Abel Botelho e da sua oposição à ortografia nova — é que êsse escritor não era criatura de hábitos. Foi êle um dos três membros da comissão republicana que substituiu por verde e vermelho as côres azul e branca da bandeira nacional. Vinte e cinco ou trinta anos de carreira militar, que já tinha ao raiar da aurora de 5 de Outubro, não bastaram para o habituar à velha bandeira, a ponto de que a defendesse ali, com o seu voto, ao menos, quem jurara defendê-la com o seu sangue.

Em literatura Abel Botelho tinha, nos tempos

monárquicos, o vício de descrever em romance os maus costumes, a que êle chamava genèricamente *Patologia Social*. Logo que a República foi implantada, abjurou sem saüdade dêste seu velho hábito, declarando a um jornalista que aquele acontecimento político ¡acabara em Portugal com tudo quando era socialmente patológico! Doutrina que o obrigaria a escrever daí por diante tôda uma série de romances de *Fisiologia social* ou de *Higiene Republicana*, se lhe não tivesse parecido mais higiénico ir procurar melhores ares em Buenos Aires, para onde se fêz nomear ministro.

Curioso é notar que Abel Botelho, tão conservador em matéria ortográfica, não tinha hábitos, nem respeito dos hábitos alheios, no tocante ao vocabulário. Êsse escritor feriu profundamente o bom gôsto de quem o lia, eivando a sua linguagem de neologismos deselegantes, de inovações inúteis, de grotescos desengonçamentos na derivação das palavras. Não se ensaiava para escrever *caprichivo* em vez de *caprichoso*, ou *compreensoso*, em vez de *compreensivo*. Já vimos, numa transcrição anterior do seu próprio libelo contra a nova ortografia, como êle foi buscar o adjectivo *plantureux*, já suficientemente insuportável em francês, para fabricar com êle o seu incrível e medonho *planturesco*. E foi êste inventor de palavrões novos o primeiro escritor português que apareceu, em nome da ele-

gância, a repontar contra a supressão de qualquer letrinha inútil nas palavras velhas...

... Nem de encomenda!

* * *

Os Franceses escrevem *hymne,* os Espanhóis *himno* e os Italianos *inno;* e a estas três formas de exprimir gràficamente as três palavras de sentido igual correspondem pronunciações diversas. Abstraiamos, porém, da diversidade de pronúncia; suponhamos que acabávamos de ler aqueles vocábulos em outros tantos belos poemas escritos em cada uma das três línguas mencionadas: ninguém dirá ou pensará que, um instante sequer, nos ocorresse comparar os meros aspectos gráficos de *hymne, himno* e *inno,* e concluir que um dêles fôsse mais belo ou mais estético do que outro qualquer. Poderiamos, de-certo, entrando analiticamente em comparações de sonoridade, achar mais música no *inno* italiano do que no *hymne* francês; mas faria figura de doido aquele que, finda a leitura da obra de arte italiana, se pusesse a lamentar, como feia, a falta do *h* e do *y* na forma *inno;* ou outro, mais dado à simplicidade ortográfica, a quem ouvissemos extasiar-se, em meio da leitura, porque a escrita itálica, bela-

mente, estèticamente, no seu sentir, se libertou de muitas escravidões etimológicas.

As línguas francesa, italiana, castelhana, assim como a inglêsa e a alemã — para só falarmos das mais conhecidas — teem arrumadas e unificadas as suas grafias respectivas. Umas mais simples, outras mais complicadas; umas mais próximas, outras mais distantes do ideal inatingível de rigor lógico máximo ou de perfeita exactidão fonética — certo é que em cada nação onde se falam e escrevem essas línguas todos se sujeitam a certa norma gráfica estabelecida, e a ninguém ali se suscita como caso ou problema de estética o aspecto da palavra escrita. Normalmente está a grafia para a língua literária ou artística como o cinzel para a escultura ou o pincel para o quadro; é ferramenta, é aparelho técnico, é ingrediente, ou bastidor — inteiramente alheio e externo ao puro efeito de arte. Ortografia quer dizer ordem, disciplina, sistema, costume. Onde exista, não se impõe, como acontece à boa dona de albergue, que o hóspede reconhece e aprecia pelo confôrto que goza, embora ela lhe não apareça para a conversa. Ortografia e estética da linguagem são, pois, em certo modo, termos estranhos ou antinómicos; e em qualquer tratado ou estudo de estética da língua alemã, ou da língua francesa, mal se compreenderia um capítulo sôbre o aspecto gráfico da fala nacional.

*
* *

Em português, pelo contrário, temos várias grafias, muitas heterografias — e, por em-quanto, nenhuma ortografia, quer dizer: nenhum cânone gráfico que todos, em Portugal como no Brasil, observem sem discussão. De onde resulta que nas pinturas literárias portuguesas e brasileiras se sentem intempestivamente os pêlos do pincel; e que a nossa lingua veio a parecer-se com uma estalagem desordenada, que mais inóspita se tornasse ainda com a vozearia da patroa, das filhas e das criadas, a gritarem, cada uma para seu lado, sôbre o melhor arranjo possível da casa que nunca arrumam a valer.

Assim entra de-certo a grafia nos domínios da estética lingüística; mas entra, por desgraça e tristeza, e até por vergonha nossa, como macaco em guarda-loiça.

Na falta de ordem gera-se o caos; e as pobres veleidades de o evitar não fazem senão agravá-lo, desconfortando-nos, porque além de informe o tornam bulhento. Cruzam-se as propostas; abalroam as formas dispares; ouvem-se queixas e zangas; predomina a hesitação e a incerteza; e o hábito, incapaz de formar-se como nível médio nesta água agitada e doida, a cada passo se erriça e irrita contra o desábito constante. O mesmo poeta es-

creve, na mesma estrofe, *mágua* e *mágoa, lyrio* e *lírio, dôr* e *dor*. Outro poeta, que gosta de *hymno* vendo que o rival usa *hino*, mais se encanzina a julgar que tem génio e que o colega é um burro. Cada um faz o que quer, e ninguém sabe ao certo o que há-de fazer. O próprio Estado — ¡maravilha máxima e triste! — não atina como deva escrever o nome da nação que representa, e chama-lhe *Brasil* e *Brazil* em duas estampilhas coladas na mesma carta de que se fêz portador...

* *

Diversidade, multiplicidade, variação, hesitação — eis o que é inestético, ou deselegante, ou feio, em matéria de grafia. Desde que todos escrevam em português da mesma maneira, o problema estético desaparecerá como por encanto, salvo, é claro, o indispensável período transitório em que não pode esperar-se que os velhos hábitos se modifiquem sem discussão e sem protesto. Passado êsse, o tempo, auxiliado pela escola, trará por fôrça o resultado desejado e necessário, que é a unificação das grafias divergentes.

Porque a verdadeira vantagem de uma escrita oficial a que todos se subordinem não é, como muitos pensam e querem, a da simplicidade. E'

principalmente, senão ùnicamente, a da uniformidade.

Simples, são-no afinal tôdas as grafias, visto que tôdas afinal se aprendem; e complicadas, tôdas terão de o ser também, por outro lado, em-quanto o nosso alfabeto continuar a fornecer-nos apenas vinte e poucos símbolos para exprimirmos gràficamente muito maior quantidade de vozes.

De tôdas as modernas línguas mestras nenhuma terá mais complicada grafia que o inglês, visto que em nenhuma se patenteia mais escandalosa disparidade entre escrita e pronúncia. E' o que fazia dizer com tanta graça a Alexandre Herculano que os Inglêses escrevem *Sardanapalo*, e leem... *Nabucodonozor*. No em-tanto o inglês tem feito uma carreira triunfal, porque a dificuldade da sua grafia não é bastante para anular a facilidade da sua gramática. E à língua inglêsa não pode assacar-se êste tremendo defeito que tem tido a nossa, esta anarquia gráfica donde resulta que muitas pessoas ilustradas, e não destituídas de senso ortográfico, não sabem como hão-de escrever; e que em muitas escolas as grafias teem variado nas diversas aulas de professor para professor, quando não é na mesma aula, de compêndio para compêndio.

Não é pela facilidade da sua escrita, mas pela riqueza da sua literatura ou pela amplitude da sua expansão, que uma língua se impõe ao estranjeiro.

Isto, porém, não impede que a qualquer língu
convenha facilitar quanto possível o seu aces
aos estranhos, arredando-lhes do caminho todos
evitáveis motivos de desânimo. Por êste lado nã
pode negar-se que a iniciativa do Govêrno po
tuguês foi boa, pois que tendia louvàvelment
à unidade gráfica, além de constituir uma sim
plificação das heterografias em voga. E igua
vantagem deve reconhecer-se, quando se discut
de boa-fé e sem preconceitos, ao emprêgo abun
dante dos acentos para marcar as sílabas tónicas
ou distinguir palavras que se escrevem com a
mesmas letras, mas teem diferente pronúnci
(força, fôrça; emprego, emprêgo, etc.).

Mas êste capítulo da acentuação é, na reforma
o que mais se presta à caricatura, porque abala vio
lentamente o hábito entranhado e dá azo a que se
diga com certa plausibilidade que os reformadores
simplificaram... complicando. Dentro da própria
comissão houve quem discordasse do sistema ador
tado afinal, bastando citar o dr. José Leite de
Vasconcelos, que entendia que só se acentuassem
as palavras a que se dá freqüentemente acentua
ção incorrecta, ou que sem acento podem proferir
-se de dois modos. Era um critério, era outro
critério, era um dos muitos e variados e opostos
critérios, mas não obteve vencimento. E, se na
própria comissão não houve unanimidade, ¿cono

estranhar que a não haja no público? Em assunto de reforma ortográfica, mais que em outro qualquer, é inútil querer contentar *tout le monde et son père*. Uma vez resolvido de certa maneira por quem de direito, manda o bom-senso, creio eu, que os vencidos perdoem a própria derrota em benefício da disciplina geral.

Pode certamente pensar-se e dizer-se, sem sair dos limites da razão e da sciência, que o critério da comissão técnica reformadora podia ter sido outro, e melhor. O pior é que até pode pensar-se, e dizer-se, que poderia ter sido, não só *outro*, mas *outros*. E como nesta matéria, mais que em nenhuma, os critérios adoptáveis podem ser vários, e muitos, e opostos; e como cada sábio e cada ignorante, e até cada analfabeto, tem o seu; e como o que exactamente se queria atingir era a uniformidade, e não a multiplicação, a discordância e o disparate — ¿porque não seguir sem marralhar o que foi decretado, e logo de entrada obteve, porque foi decretado, superioridade, maioria e fôrça? Tôdas as publicações oficiais, todos os livros de aula, muitas emprêsas jornalísticas, muitas indústrias editoriais, muitas revistas scientíficas e técnicas, muitas casas de comércio, muitos escritores — adoptaram logo, e vão adoptando cada vez mais, a nova ortografia. ¿Para que serve então repontar, desobedecer, remar contra a corren-

te?... Só pode servir, creio eu, para complicar para atrapalhar, — além de vir trazer-nos uma nova prova, bem desnecessária, de que somos gente indisciplinada, incapaz de fazer, perante a vantagem colectiva, o sacrifício inteligente dos próprios hábitos, predilecções, sentimentos, ideias, manias ou preguiças.

*

* *

Já se disse que a nova ortografia portuguesa fêz mal em seguir o critério de simplificação adoptado pelo castelhano e pelo italiano, devendo, antes ter-se encostado ao francês, mais respeitoso dos pergaminhos latinos e mais submisso à regra etimológica.

Para defender esta doutrina alegou-se primeiro o uso: Se as grafias anteriores, embora irregulares e caóticas, se aproximavam no em-tanto mais do tipo francês, que do italiano — ¿porque não seguir esta prática? Se em ortografia, como em tudo, e mais do que em tanta outra coisa, o uso faz lei, ¿para que cortar com o uso antigo, forçando-nos a criar costume novo?... Disse-se ainda: Sendo a cultura intelectual portuguesa subsidiária do francês e não do castelhano, convinha deixar a nossa língua vestir-se antes à francesa do que à espanhola. E acrescentou-se mais que a ortografia

simplificada aproxima, à vista pelo menos, o português do espanhol, indo assim ao arrepio do instinto ou do sentimento nacional, que, na grafia como em tudo, tem procurado separar bem a Espanha de Portugal.

Há nestes argumentos uma parte sentimental, que deixa os técnicos indiferentes; e há outra técnica — a que se refere ao uso — que lhes não parece bastante técnica. Para êles, que lidam com a obra dos séculos e contam o tempo por unidades maiores do que as nossas, nunca houve *uso* em matéria de ortografia portuguesa, mas apenas uma série anárquica de *abusos*, diferentes e sucessivos.

Eu tenho, contra a simplificação ortográfica, um argumento mais prático, e que me parece de algum valor. Êsse poderia reforçar a opinião dos que entendem que devíamos, como os Franceses, conservar na escrita os vestígios da latinidade e do helenismo:—a aprendizagem das línguas estranjeiras principais e do latim fica, por causa desta simplificação, consideràvelmente dificultada. Os rapazes dos liceus aplicam o decreto português, com a maior naturalidade e teimosia, à escrita do francês, do inglês e do alemão. Escrevem *fisique* em vez de *physique; disapear* em vez de *disappear; Termometer* em vez de *Thermometer*, e assim por diante. Mas é possível que êste pequeno contratempo, não previsto pelos sábios, aliado aos ensinamentos

da guerra europeia, não prevista pelos políticos tenha influência salutar na orientação futura dos nossos planos de ensino secundário. E' preciso, como resposta ao pan-germanismo, torná-los pan-latinistas; e dar nêles ao latim o lugar que lhe compete em país latino, e que a reforma ortográfica tornou necessàriamente maior, deslatinizando a língua portuguesa.

Quanto ao mais, não nos parece (e ainda mal) que a simplificação ortográfica nos emancipe da tutoria francesa, nem por outro lado cremos que Portugal se dissolva na Ibéria, pelo simples facto de haver cortado da sua escrita as consoantes geminadas sem valor prosódico, e os grupos *ch*, *ph*, e *th*, em palavras de origem grega ou latina.

*

* *

Considerando a nossa reforma ortográfica uma construção técnica perfeita, contra a qual, e já ela vai em doze anos de carreira, se não levantou ainda argumento scientifico valioso; entendendo, como fica explicado, que a oposição estética ou literária não era de receber, e acabaria por sucumbir naturalmente; julgando, em-fim, que em semelhante assunto o que sobretudo importa é a uniformidade gráfica e a disciplina consciente com

que cada um deve trabalhar para ela — desde princípio nos subordinámos à reforma portuguesa, adoptando-a no primeiro livro que publicámos depois da sua promulgação (1) e defendendo-a por essa mesma época no *Commercio do Porto*, e no *Jornal do Commercio*, do Rio de Janeiro.

Está bem de ver que, para se obter a tão desejada e tão útil unidade gráfica, muito convinha que a reforma se tivesse feito de acôrdo com o Brasil. Mas não se esqueça que já em 1907, quatro anos antes, a Academia Brasileira de Letras adoptara de sua conta uma ortografia nova, quási sónica, muito mais radical que a decretada em 1911 pelo Govêrno português; e não se perca outro-sim de vista que quatro anos depois, em 1915, a mesma Academia Brasileira deliberou aceitar a ortografia oficial portuguesa. Mais tarde, em 1919, esta deliberação foi infelizmente revogada, voltando a douta sociedade ao emprêgo da grafia chamada usual. E mais recentemente, em Julho de 1922, a *Revista de Língua Portuguesa* publicou um *Formulário ortográfico*, organizado pelo seu ilustre director, dr. Laudelino Freire, trabalho menos corajoso do que a reforma portuguesa, mas em verdade baseado nela, e que assim constitui uma espécie de

(1) *Europa em guerra*, Lisboa, 1915.

compromisso entre aquela nossa reforma e a chamada *grafia usual* anterior. Parece que êste novo código de escrita tem sido adoptado por alguns professores e escolas, de modo que o Brasil está actualmente usufruindo três grafias, pelo menos: a antiga, a oficial portuguesa, e a do dr. Laudelino Freire.

Não seremos nós quem o felicite por tanta abundância e riqueza. Pelo contrário, em tôda a sinceridade lhe desejamos que em breve empobreça a êste respeito até atingir a unidade necessária, obtendo ao menos o que já temos em Portugal, que é a possibilidade de nos unirmos todos em volta de uma bandeira ortográfica única, reconhecível e prestigiosa.

Seria naturalmente muito de querer que Brasileiros e Portugueses se combinassem uns e outros para tal fim, mostrando a Inglêses e Espanhóis da Europa e da América que não são menos sensatos e menos civilizados do que êles. E se, para darmos todos esta bela prova de sensatez e civilização, fôsse preciso que Portugal arripiasse caminho no sentido de pôr de parte certas alterações que alguns escritores e professores brasileiros acham demasiado radicais — seria eu o primeiro a aconselhar o recuo em benefício da unificação.

Baseado como é nos trabalhos de Gonçalves Viana, organização genial de glotólogo que estu-

ou a fundo durante a vida inteira o seu assunto, ão vejo nem creio que no actual código da es- rita oficial portuguesa seja possível introduzir nelhoramentos scientíficos. Também não vejo nem reio que haja verdade e justiça na acusação que lguns lhe fazem, de ser exagerado na parte em ue corrige certos erros e divergências das grafias ue substituiu. Mas, no tocante à simplificação ráfica, pode perfeitamente admitir-se que nos ncostemos antes ao tipo francês e inglês do que ao italiano e castelhano, assim como no capítulo da acentuação será talvez possível seguir-se outro critério menos minucioso e impertinente.

Outorgue o Brasil plenos poderes a uma comis- são de peritos, juntem-se estes com outros tantos especialistas portugueses, e dê-se depois vigor ofi- cial, cá e lá, ao que a delegação mista resolver por unanimidade ou maioria. Pela nossa parte desde já prometemos subordinar-nos a êsse novo instituto gráfico luso-brasileiro, assim como nos temos submetido à norma portuguesa vigente. E estamos certos de que em Portugal e no Brasil não faltarão muitos outros homens de boa vontade, que procedam do mesmo modo, e assim rompam cami- nho à fecunda unificação que se deseja.

* * *

*

* *

Diz o dr. Laudelino Freire (1), falando da língua portuguesa (e dando uma perna aos mosquitos do nativismo lusófobo):

«Emergiu num canto peninsular *para ser quási afogada no regaço materno* (???...) O **acaso**, porém, quis que ela ressurgisse nos lábios de outra gente, que, elevando-se hoje a vinte e seis milhões de habitantes, tem o dever de fazê-la sua, conservá-la, amá-la enternecidamente...»

Não vejo como possa atribuir-se ao acaso a transplantação e permanência de nossa língua no Brasil, nem chego sequer a compreender a ingratidão que tais palavras implicam, primeiro para o povo que deu ao idioma português a sua indestrutível vitalidade dentro da Península, e depois para os colonizadores lusitanos e para os colonos brasileiros, que souberam e puderam manter durante séculos a unidade da língua originária em tão grande extensão americana.

Onde se lê *acaso* deve estar *energia, tenacidade, vivacidade, superioridade, robustez, instinto forte de conservação nacional, heroísmo exemplar e raro*

---

(1) V. pág. 187 do presente volume.

de resistência e persistência. Se nos tivesse saído na lotaria êste previlégio inestimável da língua própria e diferente, graças à qual temos no mundo uma personalidade distinta e um lugar amplo que ninguém a sério pensa em tirar-nos, não a amaríamos de-certo como a amamos, cá de dentro e bem do fundo, como se ama a bandeira que nos une, a mãe que nos criou e a existência que nos faz o que somos. Sem a língua que falamos não seríamos, porque seríamos outros. Ela é verdadeiramente a nossa certidão de vida e saúde, vida e saúde que estão em nós, que nos veem na corrente do sangue através de um longo curso de gerações vencedoras dos séculos, triunfantes das lutas de nações e de raças, resistentes às mil vicissitudes da história; e a essas gerações devemos nós gratidão, para sermos dignos não já só delas, mas até de nós próprios, isto é: da existência que gozamos e da individualidade que temos.

A êsse heroísmo dos antepassados, a essas vitórias da Grei sôbre o Tempo e o Espaço, a êsse génio nacional que se revelou na guerra, na política, na sciência náutica, na literatura, na expansão trans-oceânica, na defesa da unidade brasílica, se deve a diferenciação primitiva da linguagem, e depois a sua fixação literária, a consciência que tomou de si própria, a sua transfusão a outras raças e outros climas, a alma viva que lhe deu êste

grande presente e lhe promete ainda maior futuro. Para tal futuro trabalhamos todos hoje, continuando, não pelo acaso, mas por um misto de vontade livre e de irresistível instinto, o secular esfôrço dos mortos. Para tal futuro trabalhamos no Brasil mais que em Portugal, não pelo acaso, mas porque lá, longe das nascentes da fala comum, são mais graves as ameaças que se alteiam contra a sua imortalidade. Para tal futuro trabalha no Rio de Janeiro a *Revista de Língua Portuguesa* não pelo acaso, mas com firme propósito de prestar bom serviço e com plena consciência do serviço que presta. E no dia, que já não vem longe, em que o português de Portugal e o português do Brasil tenham a sua ortografia unificada depois de organizada, como a teem com insignificantes diferenças o inglês e o castelhano da Europa e da América, não será pelo acaso que haveremos dado essa grande prova de bom-senso, de disciplina, de solidariedade e de civilização, mas porque assim o teremos querido e podido com firmeza e inteligência, vencendo aliás, para alcançar isto, obstáculos bem menos formidáveis do que tantos de que a linguagem triunfou em mil anos de vida que já leva.

II

A LÍNGUA PORTUGUESA NO BRASIL

Em Portugal, quando dois conhecidos se encontram, é quási certo que falarão de politica e dirão mal ou bem do sr. Costa, do sr. Silva, do sr. Ameida e outros régulos da Democracia indígena; no Brasil creio que o tema dêstes conversadores encontradiços é muita vez assambarcado pelos casos do bem falar ou do bem escrever, da leitura dos clássicos ou da colocação dos pronomes; e que se discute ou admira ainda mais o Ruy Barbosa vernáculo, do que o Ruy Barbosa politico. E deve dizer-se em boa verdade que os Brasileiros nos ganham pela vantagem dos resultados, pois estou certo que teem lá muito mais bem tratada a Lingua escrita, do que nós aqui a Politica activa.

«Se fizermos uma estatistica bibliográfica (escreveu Afrânio Peixoto (1), e compararmos os Lusitanos e os Brasileiros na produção literária, — que

---

(1) *Paladinos da Linguagem*, 2.º vol., pág. 31.

ainda agora é de um livro aqui editado para três publicados além-mar — veremos que está invertida a proporção: que a cada gramática portuguesa correspondem três outras brasileiras...»

«O purismo é aqui (no Brasil) uma preocupação maior que em Portugal — diz Alberto d'Oliveira (1). As discussões gramaticais e filológicas teem no Brasil as honras da popularidade...»

Há neste facto a revelação de um instinto colectivo, que sente ou sabe como o nosso português se arrisca, num país geogràficamente imenso, ainda em plena formação étnica pelo afluxo de imigrações variadas, a degenerar e transformar-se numa língua cada vez mais diferente, ou, pior ainda, a plurifurcar-se em falares tão diversos, que, de envôlta com a unidade lingüística, possa um dia perder-se ali também a própria coesão nacional. De modo que o purismo constitui no Brasil, em certo sentido, com o seu zêlo que por vezes levanta irritações naturais, uma forma de nacionalismo ou patriotismo vidente.

Pode até recear-se, talvez, que o cuidado vernáculo de tantos escritores admiráveis, o zêlo gramatical de tantos mestres insignes da língua, que ali se teem formado e vão dia a dia aumentando

(1) Obra cit., pag. 66.

em número, saber e esfôrço, não baste por si para contrariar a acção deformadora poderosissima das leis naturais: e que a deformação ou modificação lenta da fala galgará afinal as sebes ou valos que pretende opor-lhe a língua escrita culta, se esta, e o seu árduo trabalho artificial, não forem devidamente auxiliados pela escola difundida e persistente, que imponha a tôda a vasta nação um cânone médio de prosódia, léxico e sintaxe, e transforme de certo modo o artifício em segunda natureza.

Dar-se há assim no Brasil, com êsse indispensável esfôrço lingüístico metódico e persistente, o que acontece e não pode deixar de acontecer em todos os paises extensos, como a Itália ou a Alemanha, que manteem, por obra e graça da literatura, da escola e da unidade política, a supremacia da língua culta geral contra a fôrça centrífuga dos dialectos locais. E nesse duelo permanente entre cultura e natureza, semelhante à luta sem descanso do jardineiro com a terra e o clima, o pensamento e o progresso da nação inteira beneficiarão da obra dos séculos, do trabalho lento de muitas gerações, que em Portugal e já no próprio Brasil, apesar da sua mocidade, pouco a pouco, pelo esfôrço ou pelo génio de grandes criadores ou intérpetes literários, foram transformando a inculta fala medieval de pastores e pescadores de um cantinho ociden-

tal hispânico, numa língua fidalga e forte, compreendida já hoje por cêrca de cinqüenta milhões de almas, instrumento de uma civilização adulta, capaz de exprimir as ideias mais complicadas e os mais altos e finos sentimentos, órgão de uma das mais antigas e mais ricas literaturas modernas e pronta, portanto, para servir as nobres aspirações de um povo grande e jovem, certo de ter ante si o mais belo futuro e nobremente desejoso de o não perder.

*
* *

Como escritores portugueses devemos nós considerar e estimar todos aqueles que no Brasil contribuem, pelo talento e pelo esfôrço, para manter a unidade, e por ela a persistência e o prestígio, da língua comum. Devemos até, em certo sentido, estimá-los mais ainda que aos nossos próprios poetas e prosadores de Portugal, porque êstes não teem, como aqueles, de lutar contra a maré contrária das fôrças naturais ambientes. E quando algum, como por vezes acontece, cansado dessa luta contínua, denuncia a sua fadiga por certo mau humor contra nós próprios, por muito inocentes que sejamos e nos julguemos do mal que êle sofre, justo é que tomemos quanto possível à boa parte êsses naturais desabafos do trabalhador que a na-

tureza contraria em vez de o ajudar, ou que tem de contrariar a natureza em vez de se deixar ir ao som dela.

Muitos Suiços e Belgas falam francês, e falam-no um pouco diferente do que se fala em França, embora o escrevam igual. Mas a língua literária francesa está definitavamente fixada em tôdas aquelas nações; as diferenças prosódicas são menores entre elas; as sintácticas pode dizer-se que não existem; e, circunstância ponderável mais que tôdas as outras, Suiços e Belgas não se encontram em face da França na situação de antigos colonos perante antigos dominadores. A's querelas de assunto lingüístico não poderiam misturar-se, dado que ali as houvesse, os sentimentos de patriotismo, de independência nacional, de soberania do espírito revoltada contra suzeranias de expressão. Já o mesmo não sucede nos Estados-Unidos, onde volta e meia se diz ou escreve que é precisa *uma nova Declaração de Independência*, e se declara *absurdo, desprezível e servilmente colonial, preocupar-se um escritor americano com saber se a expressão que lhe ocorre é ou não é bom inglês.* E todos estes ciosos e orgulhosos gritos patrióticos são expressos em ótimo inglês, como em ótimo português se podem ler clamores de alma semelhantes, soltados por escritores brasileiros adoradores da sua língua literária, que é a nossa, mas

que a êles lhes custa que não seja só sua. E' certo que foi ela que os fêz nascer a êles, e que portanto deveriam sempre agradecer-nos por lhes termos dado tal mãe; mas esquecem às vezes êste pio dever, levando-nos a mal não poderem chamar-lhe antes sua filha.

Invertamos os papéis, ponhamo-nos bem objectivamente no lugar dêles, e logo compreenderemos que o nosso sentimento seria não só igual, mas igualmente desculpável.

*
* *

Como em tôda a parte, apresenta-se no Brasil a língua nacional sob três aspectos marcadamente diferentes: a língua do povo inculto, a fala corrente das pessoas mais ou menos educadas, e a linguagem escrita e literária. Mas as bàrreiras que separam ali estas três formas da linguagem são mais altas do que por exemplo entre nós; e, além disto, ao passo que em Portugal estas se auxiliam umas às outras, porque em certo modo se completam, no Brasil desajudam-se e hostilizam-se muitas vezes.

Entre a língua falada em Portugal pela gente culta, e a língua literária despretensiosa, podem existir meras diferenças de estilo, que na escrita é

mais cuidado, ou de vocabulário, que ao escrever se varia mais que na fala corrente. No Brasil tais diferenças invadem o próprio domínio estrutural, sintáctico, da língua, de modo que, por exemplo na aplicação e colocação dos pronomes pessoais, no uso das preposições e na regência dos verbos, empregam os mais cultos, falando, certas formas que se não atreveriam a escrever.

Veja-se a êste respeito o que diz o ilustre professor Sousa da Silveira, no texto transcrito a pág. 15 e 16 do presente volume; e leiam-se as frases seguintes, por nós respigadas em poucas páginas da sétima edição (1914) de um livro de leitura escolar, aprovado e mandado adoptar no distrito Federal e nos Estados de S. Paulo e Minas Gerais:

«Meu navio *não move* nada.»

«Tens uma linda fita, Fabiana. — não *fales a côr, eu sei*.»

«¿Quando *eu hei-de* ter uma rôla?»

«Eu mandava o gato *te engolir*.»

«¡Atirar cacos de tejolos *nos* pássaros!»

«¿Qual das bonecas *tu amas?*»

«Dei *a ela* um bocado de chocolate, e logc chôro da menina *foi-se*.»

«Vereis que *olvidam de* tudo.»

«Teve de subir *num galho* de mangueira.»

«A pobrezinha *se cansou*, de tanto que se esforçou para escapar.»

«¡Mas é muito feia! *Parece* com o jacaré...»

«Mais tarde a própria Beatriz *fêz todos sentarem*...»

«O pai de Rangel resolveu *passar uma lição no filho* (dar uma lição ao filho).»

O haverem-se tais particularidades do português brasileiro imposto a um professor, e autor de livros de leitura escolar, mostra como elas estão radicadas e generalizadas, e como é difícil resistir-lhes, até por parte de uma classe ilustrada e tão zelosa da correcção da linguagem, qual é o professorado público no Brasil.

Pelo que respeita à diferenciação léxica e prosódica, é bem maior a distância entre o português de aquém- e o de além-Atlântico. Sirvam de exemplo alguns trechos de prosa narrativa, tirados dos interessantíssimos *Poemas Bravios*, do vate popular Catullo Cearense, cuja fama, tão alta e merecida, é já grande em Portugal:

«João Mucuim ha tres anno tinha perdido o ferro, mas porêm, graças a Deos, tinha sarvado a semente. A roça do pae de minha muié não tinha parêia pul'aquelles brêdo... O João vivia contente, que seu doutô nem magina! Lá pul'um anno

não se cuiê tudo cumo sempe havéra de sê, o véio não se quêxava, cumo os outro fazia. A sua mulé, a Maracanã, quando tava cum a macacoa, era uma merunhanha; mas porêm, não tando cum a estalicida, era mais doce que um caju castello... Prá não tá cum mapiage, eu digo a Vossa Senhoria, seu doutô, que nós tudo vivia alli dento daquelle mucambo, coberto de capim de côco da praia, munto mais mió que o seu Perzidente, no seu Palaço, aqui na Côrte. Faz cinco dia que cheguemo nestas Vinida da sua Capitá e eu já tôu ardendo prá cahí na madêra! Se o João Mucuim, que vêio aqui prú móde d'uns negoço, não quizé dizová desta porquêra inté o fim deste mez, que é o mez da mutuca, eu lhe falo cum léardade que abro os panno sozinho. O seu Mucuim tá lambendo os beiço, cumo onça, quando arada de fome, vê uma janta, se remexendo dento d'um capoão!...» (1)

*

* *

Bastam êstes exemplos para mostrar a importância das alteraçõos que a língua portuguesa popular tem sofrido no Brasil e, portanto, a dificul-

(1) *Poemas Bravios*, Rio, 1921, pág. 226 e 227.

dade do combate que os professores, os filólogos e os escritores brasileiros estão travando contra elas. E se a língua portuguesa tem de continuar a ser ali o instrumento nacional de comunicação e de cultura; se à nacionalidade brasileira convém que essa língua se mantenha para assegurar no futuro, como já fêz no passado, a unidade política de tão extenso país, justo é dizer que podem e devem considerar-se literalmente admiráveis a consciência, a dedicação, o espírito patriótico e a heróica tenacidade, com que a maioria dos homens cultos brasileiros responsáveis e ponderados, senão todos êles, unem fileiras contra o inimigo ambiente, e, recalcando em si próprios as tendências que êle lhes impõe, continuam a acometê-lo vitoriosamente. A' coragem com que o fazem podemos bem chamar sôbre-humana, porque a luta é com a Natureza, e não há mais forte e teimosa adversária. Quanto aos resultados actuais do combate e aos prognósticos possíveis sôbre o seu final desfecho, êste livro, que é em grande parte homenagem a tão árduos esforços e a tão beneméritos lutadores, pode dar ideia aproximada da excelência da situação.

Nos dois tomos anteriores de *Paladinos da Linguagem*, já incluímos transcrições de sete prosadores e poetas brasileiros: Machado de Assis, José Veríssimo, Olavo Bilac, Afrânio Peixoto, Coelho

Netto e Raimundo Corrêa; no presente volume prodominam êles, pois são maioria entre os quarenta e um autores extractados. E se é certo que as transcrições brasileiras de professores de português, de filólogos, de defensores encartados da vernaculidade, entram aqui adiante na proporção de metade, fácil é ver que os restantes — poetas, críticos ou filósofos — se revelam conhecedores profundos da língua portuguesa; e que os seus camaradas de Portugal não lhes ganham na pureza de expressão.

Convém que entre nós se aprecie, por tão valiosas amostras, a saúde e o viço que a nossa língua literária continua a ter no Brasil. E é também oportuno saber-se aqui que o combate assim travado contra a evolução divergente da língua popular é muita vez acompanhado, senão sempre, de circunstâncias verdadeiramente dramáticas.

O maior drama passa-se não raro dentro em um só e mesmo individuo, dilacerado entre o amor cívico da tradição lingüística e o instinto étnico a revoltar-se contra as peias ou contorsões a que aquele tem de forçá-lo. E então ver-se há um escritor brasileiro a queixar-se, em português mais puro que o de muitos escritores nossos, e tão actual como o dêstes, de estar *algemado nos pulsos* e de *pagar tributo à submissão das palavras*.

São do eminente académico prof. João Ribeiro

as frases que aí ficam sublinhadas. E o sr. João Ribeiro deve contar-se entre os que mais e melhor teem trabalhado no Brasil, como erudito e como artista (porque ambas as coisas é, e em sumo grau) para o conhecimento profundo e o uso correctíssimo da língua portuguesa. Sigamo-lo, um pouco mais, nos protestos da sua tão explicável contrariedade:

«Por vezes temos meditado nas atribulações que sofre o nosso homem de letras no uso da sua própria língua... A nossa gramática não pode ser inteiramente a mesma dos portugueses. As diferenciações regionais reclamam estilo e método diversos. A verdade é que, corrigindo-nos, estamos de facto a mutilar ideias e sentimentos que nos são pessoais. Já não é a língua que apuramos, é o nosso espírito que sujeitamos a servilismo inexplicável... Trocar um vocábulo, uma inflexão nossa por outra de Coimbra, é alterar o valor de ambos a preço de uniformidades artificiais e enganadoras. O facto mais característico (por ser o mais estudado e conhecido) é o da chamada *colocação dos pronomes*. Fora daí há uma multidão de outros pequeninos factos, que nos atarantam a paciência e dão largas ensanchas aos profissionais do *que se deve dizer*. — «Uma casa *mobiliada*». — «Não, senhor; diga uma casa *mobilada*, que é como se

diz em Lisboa.» — O trem *descarrilhou.*» — «Alto lá! diga *descarrilou*, que é o certo. E *trem* não é palavra de bom cunho. *Combóio* é que é.» Eis o que é intolerável. Ora pois. Somos um povo; vamos festejar um século de independência, e não temos mais que uma *Gazeta de Holanda* cheia de calúnias e mentiras lingüísticas. A primeira lição elementar de tôdas as sciências é que objectivamente não pode haver um fenómeno bom, e outro mau ou ruim. Todos os fenómenos são essencialmente legitimos. Todos os factos de linguagem, cá e lá, teem igual excelência como fenómenos. «— Não quero *me* alongar... — «Perdão! Não *me* quero alongar; ou então: não quero alongar-*me*.» — «Não há dúvida; mas eu digo por um terceiro modo, e, quem sabe se não estou a criar uma utilidade nova e um delicado matiz que a lingua europeia não possui...» (1).

¿E quem pode negar que estas queixas se fundam na verdade, e que o escritor tem razão em tudo isto que diz? Razão teórica, natural, espontânea, psicológica. Mas, para ter razão prática também, precisa de matar dentro em si mesmo *o outro*, quero dizer: o *escravo*, o *algemado*, o *mu-*

(1) V. *A lingua nacional*, S. Paulo, 1921, pág. 8 e ss.

tilado, o que cria *delicados matizes*, para logo os estrangular no próprio berço. Precisa de escrever como fala e como ouve falar; precisa de proclamar por uma vez a nova Independência, o 7 de Setembro da liberdade de expressão literária, e de sair com a nova língua, com o brasileiro lídimo, para a guerra aberta com a velha fala intrometida e teimosa. E se fizer partido, o triunfo é certo, porque a Natureza está do seu lado como aliada poderosa, e essa nem pede que a ajudem: reclama apenas que a não contrariem.

E aí tendes o drama, a que podemos até chamar tragédia, porque na sua base trava-se um conflito moral insolúvel, o embate de duas vontades que se incomodam, que se hostilizam, e, não podendo harmonizar-se, não querem também desistir...

*
* *

Dissemos acima que o zêlo dos puristas levanta por vezes no Brasil irritações naturais. Exemplo clássico desta invasão sentimental no domínio lingüístico dá-no-lo o conflito scientífico da colocação dos pronomes pessoais, logo azedado em conflito pessoal dos pronomes, porque à volta dêle e por sua causa podem sentir-se dolorosamente pisados afectos tão nobres como o da justa glória lite

rária, e impulsos morais tão respeitáveis como o do próprio amor filial.

E no em-tanto aí estão adiante dezenas de páginas de prosa e poesia brasileira, onde não me recordo de haver notado, ao escolher os trechos e corrigir as provas, um só pronome complemento fora do seu lugar português.

Mas há cinqüenta, há trinta, há vinte anos talvez, ainda não era assim, como pode ver-se, por exemplo, das seguintes frases do grande novelista romântico José de Alencar, considerado por alguns críticos como o verdadeiro fundador da literatura brasileira independente:

«Por aquelas devezas já envoltas no umbroso manto, *só destacam-se* as capas das árvores altaneiras.»

«... profundos e longos mugidos com que se despede o sol e que *propagam-se* pelo êrmo.»

«... a grande voz da floresta que *exala-se*.»

«... nenhum estôrvo *surge-lhes* avante.»

Leiam-se, depois dêstes exemplos, os belos trechos do sr. Mário de Alencar, poeta e prosador dos mais notáveis do Brasil de hoje (1); contem-se os

(1) V. pág. 205 e ss. dêste volume.

passos (onze, salvo êrro) em que êle podia ter adoptado a colocação dialectal do pronome complemento, e ver-se há que nem uma só vez se permitiu fazê-lo. Digno representante do nome e do sangue de José de Alencar, êste ilustre académico serve-nos bem para mostrar o caminho andado numa geração pela língua culta do Brasil. Como o sr. João Ribeiro, também o sr. Mário de Alencar protesta contra a violência feita à sintaxe brasileira, lamentando que os escritores tenham de servir-se *de uma terceira língua, que não é a dos modelos que imitamos, nem a do tempo em que vivemos*. E', diz êle, *o idioma da seita gramatical*. Não cremos que o seja, pois os exemplos citados num seu erudito artigo da *Revista de Língua Portuguesa* (1) são raridades poéticas de Filinto, Sá de Miranda, Gil Vicente ou Bernardim Ribeiro, e o *me parece* de Castilho, português corrente então como hoje, veio-nos talvez do Brasil, se não preferirem explicá-lo como elipse de uma frase parentética *(ao que me parece,* ou *como me parece)*.

Mas, se a língua dos escritores brasileiros não é *terceira*, é com certeza *segunda*, para êles; e à contrariedade intelectual, e até talvez quási física, que em muitos deve tanta vez provocar o esfôrço

(1) V. Ano 1.º, n.º 2, Rio, 1919, pág. 185 e ss.

feito para se servirem dela, junta-se, no caso do sr. Mário de Alencar, o ressentimento pessoal bem explicável, e até muito nobre, de que esta quezília da arrumação dos pronomes tenha servido para que alguns recta-pronúncias sem tino e sem tacto procurassem diminuir, aliás sem êxito visível, a fama altíssima de José de Alencar. Êste é já hoje, e há-de ser sempre, um grande clássico brasileiro. Passem os Rufus e Cícero fique.

*

* *

Tendo aludido aos melindres patrióticos que uma bulha gramatical pode suscitar no Brasil, e suscitá-la contra nós, embora indirectamente, pareceu talvez ao Leitor que estávamos exagerando. Vamos provar-lhe já, com algumas transcrições do artigo do sr. Mário de Alencar sôbre os pronomes, que não há nada mais certo.

Vejamos, primeiro, êste curioso passo de história político-lingüística, onde se aprende que a proclamação da República em Portugal presenteou o Brasil com um refôrço de independência:

«O estado de subordinação literária em que parecia comprazer-se o Brasil relativamente a Portugal, à feição dum filho dos tempos patriarcais,

nunca de todo emancipado da tutela paterna, vexado de fazer a barba sem licença do pai, ou atemorizado de em presença dêle fumar o seu cachimbo de homem, parece que já terminou. Era em si mesmo uma reacção, *particularizada na Côrte* contra o movimento de tôdo o império, e ainda, depois de extinta a côrte, prevalecia o seu efeito por inércia, *ou por consciência remota da ancianidade portuguesa, corporificada na tradição e continuação do trôno dos Braganças.* A revolução política de 1907 (leia-se de 1910) *desmoralizou porém a ascendência reaccionária.*» (1)

Em seguida, e sempre a propósito da topografia pronominal, menciona o sr. Alencar a falada aproximação luso-brasileira, que êle acha utópica e inconveniente para nós:

«E hoje é de Portugal, irmanado no rejuvenescimento de formas (deve ler-se talvez *novas)* fórmulas políticas, a iniciativa de uma aproximação mais apertada, e o propósito de uma conjunção que unifique as duas nações, em sentimento, ideal e interêsses, como foram unidas no passado e ainda o são pela língua. Não reparo no que tem de

(1) *Revista de Língua Portuguesa*, n.º 2, Rio, 1919, pág. 194.

utopia essa aspiração; nem me demoro com apreciar o inconveniente que resultaria, se ela pudesse realizar-se, para um dos dois povos, provàvelmente, certamente para o português, cujas condições são social e geogràficamente inferiores às do Brasil (1).»

Seja porém como fôr, o eminente académico brasileiro vê, nesses avanços lusos para uma união luso-brasileira, a certeza de que o Brasil vai ficar mais uma vez independente (a terceira, salvo êrro) e senhor de aboletar os pronomes onde melhor lhe apeteça:

«O que importa notar é o reconhecimento por parte de Portugal do nosso valor, já provado e naturalmente crescente. A espontaneidade com que êle nos propõe essa união implica a *certeza* de nossa absoluta independência *(cá a temos pela quarta vez)*, da equivalência dos nossos direitos de povo, da nosssa autonomia de pensamento, *da nossa capacidade reformadora na evolução da língua comum, e por conseqüência da prevalência nas terras do Brasil da prosódia brasileira* (2).»

---

(1) Lug. citado, pág. 197.

(2) Lug. citado, pág. 195.

E eis agora o final, com a sua regra comum de bem viver, que é *amigos, amigos, mas pronomes à parte:*

«E condição de harmonia, aceita ou declinada a proposta amistosa, é o direito e a realidade da diferença peculiar a cada povo. Diante de Portugal somos e devemos ser, no que respeita ao pensamento e à língua, como a tudo o mais, *um nome brasileiro, não um mero pronome português* (1).»

Convém encarar e devolver sempre com serenidade estes excessos e desconfianças, que já dissemos serem naturais, justificáveis e comuns a outros povos tão soberanamente independentes, tão provadamente adultos como o brasileiro.

Não há nem pode haver em Portugal nenhum Português responsável que não reconheça (para só falarmos da demanda lingüística) que a *capacidade reformadora do Brasil na evolução da língua* é não só grande, mas infinita; e que a *prevalência da prosódia brasileira em terras do Brasil* é não só justiça, mas fatalidade.

Ora acontece que o Brasil teve, até lhe chegar o Romantismo, uma língua escrita única, ou seja o

(1) Lug. citado, pág. 195.

português literário de Portugal. A chamada escola de Minas Gerais, com Santa-Rita Durão, Cláudio Manuel da Costa, os Alvarengas, etc, colocava os seus pronomes e escrevia em geral o português como Tomás Gonzaga e como nós (1). Depois veio José de Alencar, veio o desejo natural de reforçar com a própria independência lingüística a independência política — e a colocação dialectal dos pronomes invadiu a literatura. Há cêrca de quarenta anos começou a reacção literária ou lingüística, e desde então formaram-se na-

(1) No seu belo estudo sôbre o português da Escola Mineira (*Rev. de Ling. Port.*, n.º 19, Rio, 1922, pág. 257) cita o sr. Lindolpho Gomes, da Academia de Minas, um único *acidente infeliz e lamentável excepção*, no tocante ao alojamento dos pronomes. É êste, de Alvarenga Peixoto:

«Nem de Alexandre, nem do Augusto quero
Os nomes; sou Dinis», *me disse* apenas,
Com gesto melancólico e severo.

Tratando-se de versos, êste *me disse* não me soou estranho. E logo encontrei dois irmãos seus, muito mais novos, e portuguesíssimos:

— «Sempre contigo me houveste»
lhe diz, apontando ao céu,

que é de Castilho, no *Natal do Pobrezinho*; e

— «Toma esta saca, *lhe diz*,

que é de Bulhão Pato (*Sátiras*, 1873, pág. 39-43).

* * * * *

turalmente dois partidos, que lutam encarniçadamente; e assim como os Brasileiros teem pleno direito de se decidirem afinal por um ou por outro, a nós, Portugueses, é-nos igualmente lícito simpatizar mais com um que com outro: com o que defende a língua literária da Escola Mineira, que é a nossa.

Ora o partido mais forte é o outro, porque tem por si as fôrças naturais. Quando lhe entregarem o baluarte dos pronomes, êle expugnará outros e outros, até entrar na fortaleza cercada. Se a escola, de norte a sul do Brasil, não influir eficazmente na língua do povo, esta encontrar-se há dentro em cem ou cento e cinqüenta anos, perante o português literário do Brasil, mais ou menos na mesma situação em que estavam, perante o latim, na Idade Média, os vários *romances* de que descende a nossa língua e outras. Um dos actuais crioulos brasileiros encontrará o seu Dante, como o teve o toscano na Itália; e se Portugal, menos feliz do que a Roma antiga, durar ainda para assistir à degeneração e morte da sua língua na América, êsse dia será para êle um dia de luto bem pesado.

Devemos, pois, amar fraternalmente os homens de letras brasileiros, prosadores, poetas ou filólogos, que lá trabalham, e lutam, e sofrem, para demorar, ao menos, a evolução destrutiva da nossa

língua literária. Devemos considerar como verdadeiros clássicos portugueses que são, e ler, e compulsar, os Bilac, os Ruy Barbosa, os Mário de Alencar e tantos outros, capazes como estes de nos ajudarem a defender contra a invasão do francesismo a pureza do português. Devemos ter nas nossas estantes as obras scientíficas sôbre a língua comum escritas no Brasil por mestres como João Ribeiro, Mário Barreto, Said Ali, Sousa da Silveira, etc., continuadores beneméritos do trabalho dos nossos grandes filólogos nacionais. Devemos assinar em tôdas as nossas escolas secundárias e em tôdas as nossas Faculdades de Letras as publicações brasileiras como a *Revista de Língua Portuguesa*, que seria vergonha não colocar à mão de todos os mestres encarregados de aperfeiçoar o ensino lingüistico ou literário do português, como excelente material de estudo e estimulante precioso para igual devoção no culto da língua pátria.

Lisboa, 27 de Outubro de 1922.

A. DE C.

PALADINOS DA LINGUAGEM

TERCEIRA SÉRIE

I

Alberto de Oliveira

Da Academia Brasileira

PSEUDO-PARNASIANISMO BRASILEIRO

PRECISAMENTE, entre nós nunca houve parnasianismo. Houve, sim, por influxo dêste, um desvio da corrente poética, que, engrossada a princípio dos melhores cabedais românticos, rolava últimamente rasa e desfalecida. Houve substituïção e melhoria de alguns ideais, a dos elementos de elocução, linguagem e tudo o mais tocante ao meneio do verso. Houve isso e a demais disso o alvorôço e entusiasmo próprios de moços. Não se procurou abafar à poesia o seu sentimento, como sem observação e de má vontade se tem afirmado; procurou-se, sim, esmondar o que nela havia sôbre fútil exagerado ou artificial.

«A poesia subjectiva chegara efectivamente aos derradeiros limites da convenção; descera ao brinco pueril, a uma enfiada de cousas piegas e vulgares; os grandes dias de outrora tinham positivamente acabado; e se de longe algum raio de luz vinha aquecer a poesia transida e debilitada, era talvez uma estrêla — não era o sol.»

São palavras de Machado de Assis, e já para êste valioso depoimento apelei em outro lugar.

Nova geração acudiu a tempo, fatal e necessária, a êste estado de cousas.

Tomou-se desde então mais a sério o ofício de lidar com a palavra — que não foi senão repor no seu lugar êste ofício ou arte, sempre reverenciada dos bons espíritos; e não direi o «culto da forma», mas o empenho de bem escrever, aprimorando esta, ou expurgando-a de vícios que a desafeiam, tornou-se mira principal dos poetas de então.

(Da *Rev. da Acad. Bras. de Letras*, n.º 13, Rio, Abril de 1920, pág. 160.)

II

Álvaro Sousa da Silveira [1]

A ORTOGRAFIA DA LÍNGUA PORTUGUESA

Não tinha a língua portuguesa ortografia; tem-na agora, desde 1911, e pode ufanar-se de que, para se lhe comparar em beleza e simplicidade, só existe a castelhana.

Verificando-se na língua, desde remotos tempos, desenfreada anarquia gráfica, era de esperar que se acolhesse com unânimes aplausos o sistema simples e fácil que, abonado por eminentíssimos filólogos, viesse pôr termo à balbúrdia reinante.

---

(1) Sábio professor da Escola Normal do Rio de Janeiro, distintíssimo filólogo, colaborador da *Revista de Língua Portuguesa*.

Tal não há sucedido porém: contra o sistema proposto se teem levantado encapeladas ondas de hostilidade. É verdade que, no embate, êle se mostra com firmeza de fraga, e elas são as vencidas, porque, se estrondeiam presumidamente, logo se desfazem em escuma balofa e passageira.

Êsses botes inimigos, filhos uns da ignorância (no bom sentido da palavra), outros da obstinação acintosa, hão-de cessar um dia; e então a ortografia oficial portuguesa campeará, na sua harmoniosa e soberba simplicidade, senhora do nosso idioma em tôda a vasta área onde êle se alastra e floresce.

Tal predomínio merece bem a ortografia que adoptou, sistematizando-as, as seguintes simplificações, que já se vinham manifestando, mas sem método:

a) substituïção de *y* por *i*.

b) idem dos grupos *ph, th, ch (=k), rh* respectivamente por *f, t,* c ou *qu,* e *r*.

c) abolição das letras dobradas, quando não indiquem som diferente das simples; de sorte que só poderão ser geminadas em português *rr, ss, mm* (como em *emmalar*), *nn* (como em *ennastrar*).

d) uniformização gráfica dos ditongos

orais decrescentes, por meio da representação da subjuntiva pela letra *i* ou *u*, e não por *e* nem *o*: *pai*, *cai*, *sais*, *anzóis*, *meu*, *chapéu*, *grau*; e não *pae*, *cae*, *saes*, *anzoes*, *meo*, *chapéo*, *gráo*.

e) supressão do *h* inicial do radical nos compostos por prefixação: *humano*, mas *desumano* e *inumano*.

f) simplificação, em certos casos, de grupos consonânticos: *pronto* e não *prompto*, *vitória* e não *victória*, etc.

Esta ortografia, ao contrário do que às vezes por aí propalam, não é fonética, quer dizer que não intenta reflectir exactamente a pronúncia de um certo grupo de indivíduos. Apenas pratica simplificações que, tirando à escrita o aspecto bárbaro, emaranhado e pedantesco, que apresentava, permitem, contudo, que a língua diversamente pronunciada por Brasileiros e Portugueses, seja nos dois países grafada do mesmo modo.

Assim, manda escrever *rei*, que um Brasileiro lerá *rêi* e um Português *rêi* ou *râi*; *tem*, que será lido *tēi* ou *tãi*, conforme a pronúncia do leitor. Não introduz em geral alterações na representação tradicional das vogais; mas, quando por mo-

tivos scientificos o faz em dois ou três vocábulos, usa de tal prudência, que admite a forma corrente concomitante com a que propõe como preferível. Assim registra *real* e *rial* (cognato de *rei); leal* e *lial.*

Eu, que sou Brasileiro, pronuncio *rial* e *lial.* Igualmente alguns Brasileiros que consultei. E os nossos poetas, que leem numa sílaba *real* e *leal,* parece que inculcam a mesma pronúncia, porque, proferindo-se como monossílabos aqueles vocábulos, o *ea* forma ditongo crescente, em que o *a* é a base e o *e* (= i consoante) é a prepositiva.

Mas admitamos o pior caso: que haja, entre nós, a pronúncia *lèal* e *rèal.* Quem as tiver, prefira, das formas consignadas no vocabulário, a que melhor lhe quadra. E fica resolvida a questão.

*

Quanto às razões que militam em favor da substituïção do *y* por *i,* são diversas: a recta grafia fica mais uniforme e mais fácil, e portanto mais acessível ao comum das pessoas; não se comete nenhum sacrilégio contra a índole de nossa lín-

gua, porque é uma verdade, bem conhecida de quem quer que seja, medianamente versado na leitura de nossos antigos escritores, que a êstes não repugnava assinalar por *i* o nosso *i* correspondente a um υ (ípsilon) grego. Assim, vemos em Vieira, *Sermões*, 1689, 5.ª parte, pág. 505, *pigmeu* e não *pygmeu;* e em Camões, *Lus.*, III, 125, *cristalino* e não *crystallino*; III, 119, *tirano* e não *tyranno*....

*
* *

.... Um ponto em que impertinentemente insistem os inimigos da boa escrita da nossa língua, é o que êles chamam o absurdo de se conservar o *h* inicial etimológico, banindo-se, porém, dos compostos por prefixação; isto é: o escrevermos, por ex., *humano* (com *h)* e *desumano* sem *h).*

Antes de mais nada, saiba-se que ninguém morre de amores pelo *h* inicial, ainda quando etimológico. Gonçalves Viana, na *Ortografia Nacional*, aconselhava a sua proscrição, que importava, apenas, a generalização de uma tendên-

cia manifestada na língua em tempos mais afastados *(aver, omildade*, etc.) e revelada ainda hoje nas formas literais *inverno* (de *hibernu), arrepiar* (de *horripilare), ora* (de *hora), andorinha* (de *hindurinea* por *hirundinea),* afora palavras de origem germânica, tais como *elmo* (de *helm), arenque* (de *harinc), içar* (de *hizen),* e outras.

A conservação do *h* inicial traduz uma pura medida de fim prático, uma das concessões feitas ao uso hodierno, com o fim de diminuir a resistência que a ortografia haveria de encontrar.

E a supressão do *h* nos compostos foi determinada principalmente pelo intuito de evitar o encontro daquela letra com o *n*, formando o grupo *nh*, e a errónea leitura decorrente e tão comum antes de tal expediente: *inumano, inibir, inalar*, afastando a possibilidade de ler-se *i-nhuma-no, i-nhi-bir, i-nha-lar.*

Bastaria esta só consideração para justificar tal resolução dos ilustres autores da ortografia oficial; mas a própria mixórdia da grafia usual lhes fornecia modêlo para assim procederem. Costuma ela representar por espírito áspero grego:

assim αιμα que exprime sangue, transcrevem *hema*, que aparece com *h* inicial, em *hematose*, *hemoglobina*, *hemoptise*, mas sem êle nos compostos: *anemia* (e não *anhemia*), *uremia* (urea no sangue), *septicemia* (de séptico + hem + ia).

Nos *Lusíadas*, nas impressões de 1572, vê-se *honrado* em *V*, 1 e 46, e *honrou* em *IV*, 63; mas *desonra (s)* em *IV*, 43, *IV*, 103, *V*, 57 e *desonrado* em *IV*, 5.

De sorte que, só havendo vantagem prática em se não manter o *h* no interior do vocábulo, nada mais se faz, suprimindo-o em tal situação, do que tornar genérico um processo já restritamente usado na língua....

*
* *

.... Estou plenamente convencido de que só o desconhecimento da sciência da linguagem, ou a má vontade, é que oporão barreira à difusão da verdadeira ortografia portuguesa.

Opinam alguns que a conservação de certos caracteres presta o excelente serviço de indicar o étimo das palavras. Por isso clamam que é grave dano à

nossa língua o escrevermos *hipótese* e *hipopótamo*, porque identificamos na escrita dois elementos diferentes: o *hipo* de *hipótese*, que é o grego ὑπό, e o de *hipopótamo*, que é o grego ἵππος.

Mas não descubro o inconveniente disso. Só quem conhece o étimo dos vocábulos é que sabe os elementos que os compõem, e êsse os discerne com segurança, seja qual for a sua escrita. Não há diferença gráfica no *a* inicial das seguintes palavras: *apatia*, *abutre*, *agora;* no em-tanto sabe-se que na primeira êle é o prefixo privativo grego; na segunda uma vogal prostética, pois *abutre* provém do lat. *vulture* através de *buitre* e *abuitre;* e na última é o *a* de *hac*, que, anteposto a *hora*, formou a locução *hac hora*, mudada em *agora* pela acção das leis fonéticas....

.... A conservação da grafia chamada usual não traz à nossa lingua senão sérios prejuízos, pela confusão e incerteza que favorece e fomenta.

Ensine-se ao estudante a história do idioma, as leis da sua evolução, e êle ficará habilitado a imediatamente enunciar as formas portuguesas que poderiam resultar de um vocábulo latino, e até, com

certa perspicácia especial, por uma espécie de integração lingüística, semelhante à integração matemática, poderá, dado o vocábulo português, remontar à sua fonte latina....

.... A oposição ao sistema ortográfico português só revela o triste estado de atraso em que jazemos, no que respeita à bela, interessante, instrutiva e deleitosa sciência da linguagem.

Divulguemos os novos métodos de estudo, para que saiamos quanto antes dêste feio empirismo, tão favorável ao surto das presunções audaciosas, que se apresentam com objecções ridículas, mas que supõem irrespondíveis; pretendem, com superficiais e desconexas noções, ensinar aos profundos conhecedores da matéria; e teem veleidades etimológicas que, na frase cáustica de Mário Barreto, «causam riso aos verdadeiros etimologistas.»

Como conseqüência natural da difusão do ensino scientífico de nossa língua, virá a adopção espontânea da sua legítima ortografia, que é a ortografia oficial portuguesa.

(Da *Revista de Língua Port.*, n.º 7, Rio, 1920, pág. 139 e ss.)

FUTURO DA LÍNGUA PORTUGUESA NO BRASIL

Uma língua falada em vasta superfície geográfica não pode ter uniformidade perfeita. De região para região se apresentam divergências de vária espécie, entre as quais sobrelevam as de carácter fonético, e as que resultam do vocabulário local. Concretamente, não há uma língua, e sim vários dialectos.

Estabelecendo a união entre os dialectos, existe em geral uma língua escrita, diferente da falada, pois, como diz muito bem Said Ali, «em todos os países, em tôdas as camadas sociais o homem, ao fixar suas ideias no papiro, no pergaminho, no papel, sente perfeitamente que vai deixar o ambiente habitual para alçar-se a uma esfera superior mais pura,» e nestas circunstâncias «as mesmas vulgaridades da vida não lhe parecem dignas de serem descritas senão em linguagem acima da vulgar.» *(Dificuldades da L. Port.*, 289).

Para nenhuma outra língua me parece isto tão verdadeiro como para a nossa, — a que usamos no Brasil.

Trazida pelos Portugueses, implantada,

muito longe da Metrópole, em meio físico e social muito diverso, posta em contacto com elementos indígenas, e africanos, cedo para aqui importados da África, e mais, penetrando e espalhando-se por dilatado território, não tardou a acusar diferenças em relação ao português europeu. Conservou formas que êste ia perdendo (arcaísmos), assimilou expressões das línguas com as quais convivia, alterou a significação das palavras, criou outras, e, principalmente, realizou, por influência do clima e dos elementos étnicos estranhos, modificações na estrutura material dos vocábulos.

Cedo a nossa língua falada, ainda nos grandes centros, se diferençou notàvelmente da nossa língua escrita, conservada mais ou menos fiel à de Portugal, graças ao estudo a que nos levou «a necessidade de manusear os antigos clássicos e imitar os primores e a urbanidade da língua, que comprometíamos na babel de tantas raças.» Ainda as pessoas ilustradas e com propensão para a leitura dos grandes modelos vernáculos, não conseguem despojar-se completamente dos nossos modismos quando falam, se bem

que, escrevendo, a língua portuguesa lhes flua pura e fácil da pena exercitada.

Tem sido tal a acção do ensino e da leitura dos exemplares clássicos, que expressões que no falar cotidiano ouvimos e empregamos com a maior naturalidade, nos chocariam violentamente, se as topássemos nalgum escrito. A muitos até moveriam elas ao riso e à galhofa: «*Êle ê vem. ¿Quê dê o meu chapéu? Nunca vi ela tão contente como hoje. Não faz isto, por favor; não me amola mais, já te disse. Ele trouxe isto para mim ver.*»

Há, pois, uma certa barreira entre as duas línguas, a falada e a literária; mas essa barreira não é tal, que impeça a reacção recíproca de uma sôbre outra, numa espécie de osmose lingüística.

Assim, a nossa língua escrita, não obstante a sua fidelidade para com a língua de Portugal, se tem enriquecido com vocábulos de criação nossa, do nosso meio, ainda que de fonte estranjeira algumas vezes, como *bonde*, que é de origem inglêsa; com expressões indígenas, como *xará*, *caipora*, *perereca*, e muitas outras; ou africanas, como *cochilar*, comum em Machado de Assis, e de que tenho à mão

um exemplo de Rui Barbosa, nas *Cartas de Inglaterra*, pág. 265.

Por outro lado, a influência da língua literária vai expungindo do falar de muitos certas locuções, como a citada *trouxe isto para mim ver*, que nem todos dizem, ainda falando despreocupadamente. Os próprios negros se nota que falam hoje melhor do que dantes.

A leitura atenta dos grandes mestres de vernaculidade tem permitido que na literatura nacional figurem escritores que revestem o pensamento com a mais límpida forma portuguesa, como, entre os grandes poetas, Raimundo Correia, e, dos prosadores, Machado de Assis.

Ao revés, o amor das coisas do torrão natal tem feito aparecer poetas que se comprazem em exibir os seus assuntos através do colorido encantador dos falares locais.

Não acredito que estas produções, em que enxameiam termos e maneiras puramente regionais, venham recalcar para lugar secundário as nossas obras de valor escritas em língua literária; nem que se encorporem no vocabulário geral tôdas as vozes e dizeres regionais. Se

assim fôsse, ¿quem se entenderia, na mu
tiplicidade e variedade do léxico, avolu
mado pelas copiosas contribuïções d
cada recanto do nosso imenso Brasil?
que se dará por certo é que continuer
a penetrar na língua literária e nela to
mar assento expressões locais, por vi
dos escritos dos autores nacionais d
pujante individualidade.

(Da *Rev. de Lingua Port.*, n.º 11, Ri
1921, pág. 23 e ss.)

III

Antônio Austregésilo

Da Academia Brasileira

SOBRIEDADE E ÊNFASE

O ESTUDO scientífico, ou a filologia moderna, tem revelado novos aspectos gerais, que podem ser adaptados ao nosso vernáculo. Nem sempre o que foi dito por clássicos é absolutamente puro; e podemos opor-lhes o nosso critério para o que for consentâneo e justo à inteligência da linguagem. Quer no aspecto etimológico, sintáctico, ou semântico, as modificações hão-de surgir naturalmente no conceito dos povos acêrca dos factos idiomáticos.

Esta liberdade de reforma é moderada pela gramática, que acompanha de perto a língua, e diminui as mesnadas de erros da maioria. A gramática não faz estilis-

tas, mas é uma espécie de terror, necessário aos escritores.

O evolver da língua deve fazer muitas concessões aos cultores modernos do português. Como refere João Ribeiro, «pouco valerá a razão de que a língua se acha constituída; o carácter mesmo de tôdas as línguas é ser um superorganismo em progresso ou em decadência, e sempre em movimento.»

Cândido de Figueiredo, na resposta à crítica de Heráclito Graça, desfaz algumas vezes na autoridade de Filinto, Camilo, Adolfo Coelho e Garrett, quando é sabido que alguns dêstes foram iniciadores do renascimento, da maleabilidade da língua portuguesa.

Garrett e Camilo, podemos dizer, tiraram a gravidade do português e provaram a sua leveza e fartura, ora despertando a solenidade, ora a criabilidade do idioma lusitano, como fêz sobretudo Camilo, que, depois de Vieira, deve ser considerado o malabarista mais ágil do vocabulário português.

Essa reacção foi desvirtuada pelo génio scintilante de Eça de Queiroz, e pelas ousadias brilhantes de Fialho de Almeida.

Felizmente Ramalho Ortigão, em sua sobriedade e elegância, ateve-se mais ao regime dos puros, mas cedeu ao francesismo, afim de não fugir à moda do seu tempo. Eça, que foi um dos maiores artistas contemporâneos, e que provou exuberantemente a gracilidade da língua, a sua pouca barbaria, fugindo da ênfase e seduzindo tôda a mocidade portuguesa e brasileira com o seu estilo simples e elegante; Eça, dizia eu, poderia ter sido, pelo seu génio, o iniciador da moderna fase da língua vernácula, se não vivesse tão dominado pela influência francesa, e a tal ponto que motivou a frase do conhecido crítico português: «é pêna que êste rapaz escreva as suas obras em francês.»

Sem exagêro de patriotismo podemos dizer que cabe, talvez, a Machado de Assis a honra que Eça de Queiroz não soube lograr, um dos raros escritores da língua portuguesa que, pela sobriedade helénica do estilo, é comparável a Renan e a Anatólio France.

A ênfase, porém, é a maneira habitual dos escritores de além e de aquém mar, que manejam o português, e é muito difícil agradar à maioria dos leitores em

nosso idioma, sem a ênfase e, às vezes, sem a barbaria. É, possìvelmente, condição do nosso meio, da nossa civilização, do tropicalismo da nossa imaginação, do nosso gôsto literário. Entre nós a simplicidade se confunde com a trivialidade, e ¡ai do escritor que não provar exuberância de imaginação, ou riqueza de vocabulário!

(Da *Rev. da Acad. Bras. de Letras*, n.º 13. Rio, Abril de 1920, pág. 111 e ss.)

IV

António de Moraes e Silva

(1757?-1825?)

CLÁSSICOS E PURISTAS

A IGNORÂNCIA em que eu me achava das coisas da Pátria, fêz que lançasse mão dos nossos bons Autotores, para nêles me instruir, e por seu auxílio me tirar da vergonha, que tal negligência deve causar a todo o homem ingénuo. Apliquei-me pois à lição dêles, e sucedia-me isto em terra estranha, onde me levaram trabalhos, desconhecido, sem recomendação, e marcado com o ferrete da desgraça, origem de ludíbrios e vitupérios, com que se afoitam aos infelizes as almas triviais. Não é porém do toque destas a do Il.mo e Ex.mo Sr. Luís Pinto de Sousa Coutinho, Senhor de Balsemão,

Tendais e Ferreiros, varão benemérito d
Humanidade e da Pátria, a quem, sôbr
infinitos benefícios, e os maiores que s
podem pretender neste mundo, devo
de me franquear a sua mui escolhida
copiosa livraria. Nela achei boa cópia dos
nossos livros clássicos, de cuja leitura
vim a conhecer que me era necessário
estudar a língua materna, que eu, como
muita gente, presumia saber arrazoada-
mente. Entendi também que, conversando
muito os tais autores, é que poderia fazer
alguns progressos, e fui contínuo em os
revolver por mais de seis anos....

.... Os Puristas portugueses não con-
cordam acêrca do merecimento dos nos-
sos Clássicos: uns querem que Vieira
(grande mestre da língua, na verdade)
seja oráculo na propriedade, pureza, e
até na ortografia das palavras; há-de se
usar de *amfóra*, *busano* e escrever *aça-
calado*, porque são de Vieira; outros
teem-no por autor suspeito na pureza da
língua, e não consentem o que não traz
o cunho e sêlo de Lopes, Zurara, Casta-
nheda, Frei Marcos de Lisboa, Pinheiro,
etc. ¿Estes senhores esquecem-se por
ventura do que Horácio recomenda na

Epist. 2. L. 2. v. 115 e ss., e na *Poética*, desde o v. 45 até 72? (1). Conforme a es-

(1) Para elucidação do Leitor, e evitando alongar muito esta nota, transcreveremos aqui apenas alguns versos mais característicos da *Poética*, de Horácio, de entre os citados por Moraes. E acrescentaremos em seguida a versão portuguesa que dêles fêz Cândido Lusitano:

Et nova fictaque nuper habebunt verba fidem, si
Graeco fonte cadant, parcè detorta. Quid autem
Caecilio, Plauto que dabit Romanus, ademptum
Virgilio, Varioque? Ego cur acquirere pauca
Si possum, invideor? Cùm lingua Catonis, et Enni
Sermonem patrium ditaverit, et nova rerum
Nomina protulerit? Licuit, semperque licebit
Signatum praesente notâ procudere nomen.

Estas novas palavras inventadas
Serão bem recebidas, se da pura
Fonte Grega nascerem sem violência.
Pois se as pôde inventar Cecílio e Plauto,
¿Porque não há-de ter Vergílio e Vário
A mesma liberdade entre os Romanos?
Se Ennio e Catão, formando novas vozes,
Enriqueceram muito o pátrio idioma,
Eu tomara saber: ¿com que justiça,
Se acrescento uma ou outra, me censuram?
Sempre licito foi, e será sempre,
Com o cunho vulgar bater palavras.

tes princípios ajuntei aqui o antiquado, para se achar a explicação, e se poderem ressuscitar vocábulos antiquados, ou antes esquecidos nos 60 anos em que estivemos sujeitos a Espanha, e quando o Português andava no desuso que refere Manuel de Galhegos no Prólogo do seu poema (1); e também coligi os termos inovados das Artes e Sciências, como *v. g.* os da Mecânica, etc.

(Do Prólogo do *Diccionario da Lingua Port.*, 4.ª ed., Lisboa, 1831, Tômo I, págs. IX e X.)

ESTUDO DA LÍNGUA PÁTRIA

Não te contentes todavia com as noções elementares dêste compêndio (2); sirvam-te sòmente de guia para leres os bons

---

(1) V. pág. 213 do nosso segundo vol. de *Paladinos da Linguagem*.

(2) Refere-se ao *Epitome da Grammatica Portuguesa* que precede o *Diccionario* atrás citado, e de cujo prefácio *Ao leitor benévolo* transportámos para aqui êste trecho.

autores, que desde 1500 fixaram e aperfeiçoaram a língua, e começaram a escrever tão cultamente, ao menos os seus dramas, como os Italianos, que primeiro o fizeram na Europa moderna, antes que os Franceses, Inglêses e outros tivessem poetas correctos e elegantes, nem historiadores e oradores dignos de se lerem, como os nossos Castanheda, Barros, Couto, António Pinto Pereira, Lucena, Diogo de Paiva d'Andrade, Gil Vicente, Francisco de Sá de Miranda, António Ferreira — e a imortal *Lusíada*, tão superior aos nossos épicos em invenção, grandeza e interêsse do assunto, elegância, pureza e majestade de estilo, e tão justamente invejada do grande Tasso. Dêles tirei os exemplos que te propus, nêles te exercita. Conversa-os de dia e de noite, porque, se basta o estudo de um ano para saberes meãmente um idioma estranjeiro, quando quiseres saber a língua pátria perfeita e elegantemente, deves estudar tôda a vida e com muita perfeição os autores clássicos, notando principalmente as analogias peculiares ao génio do nosso idioma.

E dêste modo poderás imitá-los, não

repetindo sempre servilmente as suas palavras e frases, e remendando com elas as tuas composições, como alguns teem feito, mas dizendo coisas novas sem barbarismos, sem galicismos, italianismos e anglicismos, como mui vulgarmente se leem, e mais de ordinário nas traduções dos pouco versados nas línguas estranjeiras, e talvez menos ainda na sua...

V

Aquilino Ribeiro

A LITERATURA REGIONAL E A LINGUAGEM

Meu querido amigo e príncipe das letras, ofereço-lhe êste livro de imagens, de seres e de coisas próprias dos lugares onde a lenda diz ainda: «uma vez um homem traçou do bordão e partiu a correr as sete partidas do mundo; andou, andou, até que foi dar a comarca cujos naturais comiam calhaus e ladravam como cães». Circunscrito, é intuitivo, a indivíduos rudes, teve em mira êste trabalho pintar dessas aldeias montesinhas que moram nos picotos da Beira, olham a Estrêla, o Caramulo, a cernelha do Douro, e, a norte, lhes parece gamela emborcada o Monte-Marão. O vale, que as explora, trata-as despicientemente por «Terras do Demo». Sem dú vida, nunca Cristo ali rom-

peu as sandálias, passou el-rei a caçar ou os apóstolos da Igualdade em propaganda. Bárbaras e agrestes, mercê apenas do seu individualismo se teem mantido, sem perdas nem lucros, à margem da civilização.

A obra de análise que a crítica amável houve por bem de me assinalar em *A Via Sinuosa*, raro se lhe há-de deparar aqui. Tampouco malbaratei louçanias, esmaltes ou vidrilhos da linguagem, soando falso, a propósito de criaturas em que assenta até mal a gravata que os tendeiros para lá levaram.

Estilizei, como não, pela necessidade de fugir à melopeia e à pouca extensão do dizer popular: mas o meu léxicon é o dêles; as minhas vozes, ouvi-lhas; sou mais cronista que carpinteiro de romance; quereria até que êste livro se embrulhasse num pedaço da serguilha em que êles se embrulham.

Se, ao folhear, estas páginas rescenderem ao tojo e ao burel azeitado quando torna dos pisões, terei satisfeito o meu propósito: descer a arte sôbre a bronca, fragrante e sincera Serra, e, em certa medida, activar o desquite entre a nossa língua e essa literatura desnacionalizada,

franchinote, de que se atulha a praça. Uma renascença literária tem de volver às origens, aos clássicos e ao povo; e uma pedra — é uma questão apenas de boa vontade — trago-a eu aqui.

Dizem que a literatura regionalista é uma especulação tôda de generosidade, sem galardão do público. De acôrdo; não se lê com apetite, não tem o nervo, o transporte intelectual, a mesma estética que o gôsto moderno espera num drama de cidade. Todavia Fritz Reuter, alemão, Björnson, norueguês, o próprio Tolstoï, aí firmaram seus nomes. Em Espanha e França está mesmo de moda. Que é uma arte de contracção, suspendendo o espírito em seu voar ou entranhar-se na análise, é certo. Por aí ela peca.

A aldeia serrana, como aquela em que fui nado e baptizado e me criei são e escorreito, é assim mesmo: bulhenta, valerosa, suja, sensual, avara, honrada, com todos os sentimentos e instintos que constituíam o empedrado da comuna antiga. Ainda ali há Abraão, e os santos veem à fala com os zagais nos silenciosos montes; ali roda o velho carro gótico nos, mais velhos, caminhos romanos; é pagã

e crê, em sua religiosidade tôda exterior, adorar o Deus de S. Tomás; conta pelo calendário gregoriano estes terríveis dias de peste, fome e guerra, e está imersa nos nebulosos tempos do rei Vamba.

Em tais condições de primitividade, a pena descreve; mas tornar-se-ia ridícula, analisando. Para dar a verdade local, tem de abstrair da linguagem erudita que forjaram árcades, prègadores e gongóricos vates de má morte; tôdas as aquisições da sciência no tocante às enfermidades da alma e do corpo e são de socorro tam prestimoso ao escritor, ficam fora, se a técnica é severa. Em suma, é escrever com o espírito daquele soldado que deixou o Roteiro marítimo para a Índia; e — aí está a dificuldade — escrever com pena de aço e não pena de pato. Do pincel enciclopédico que poderá usar o autor de hoje resta uma brocha de trolha. Parece-me que esta literatura, porém, é uma necessidade: é picar na nascente, renovar o veio da língua, viciado por outras línguas, corrompido pela gíria das cidades; rebater no estilo ainda muito arredondado do tôrno mecânico, latinizante, dos quinhentistas. A madre é na aldeia;

ali está pura a língua. Por aqui se salva, se não por outros predicados, a arte regionalista.

(Da dedicatória a Carlos Malheiro Dias das *Terras do Demo*, 2.ª ed. Lisboa, 1919.)

VI

Carlos Góes (1)

PAPÁ, MAMÃ

DUAS curiosas singularidades oferecem os vocábulos acima:

a) são universitários, isto é: incorporam-se ao léxico de tôdas as línguas,—salvo tal ou qual diferenciação subtil na tonalidade da vogal aposta às consonâncias iteradas: ora oral aberta, ora oral fechada e ora nasal;

b) são os primeiros vocábulos que a criança tartamudeia ao ensaiar-se na linguagem; são os primeiros acentos que

---

(1) Ilustre filólogo brasileiro, professor do Ginásio de Minas, autor de obras notáveis de lexeologia, etimologia e gramática portuguesa.

balbucia, logo que as primeiras sensações do ambiente despertam no cérebro a razão bruxuleante, que põe em movimento os nervos motores da linguagem.

Coïncide com a prioridade dêsses dois «vocábulos» (se assim se podem chamar) a sua universalidade.

Vem daí a ufania dos pais que enxergam nas informes «palavras» (primeiro vagido racional do tenro infante, a que o tautossilabismo empresta feição notadamente infantil e tartamuda), o apêlo directo àqueles que lhe deram ser e vida: *mamã, pa-pá*, tartareiam universalmente os infantes de todos os países e em tôdas as línguas! ¿Que vocábulos sobrenaturais são êsses, que ao privilégio da prioridade infantil aliam o da generalidade terreal? ¡Creem as mães, em sua doce e falaz ilusão (que nunca ninguém devera roubar-lhes), serem êles o apêlo instintivo, o impulso congénito, a inspiração divina, com que o fruto de suas entranhas se volve ao ser que lhe deu vida!

¡Oh, a doce ilusão fementida das mães! Rude, bruto, desalmado, fôra quem se propusesse esvaecer-lhes a falaz ilusão, — quem, dando ouvidos à Fisiologia, filha

que se diz da Sciência (que não da Fantasia), saísse a proclamar:

— *Má*, *Pá* são articulações resultantes da contracção bi-labial que faz o infante no impulso da fome, no movimento instintivo com que se inclina à sucção da têta materna. *Má*, *pá* valem por «tenho fome»: o tautossilabismo *má-má*, *pá-pá* indica a iteração do apêlo ou reclamo feita já com insistência ou energia.

Razão, pois, não assiste aos etimologistas, todos acordes em considerar *Má* e *Pá* raízes «onomatopaicas». Tal não são, porque a onomatopeia pressupõe a preexistência de ruídos que impressionam o sentido da audição (o sentido preceptor da linguagem) a ponto dêste torná-los paradigma ou padrão de vocábulos decorrentes, meros consectários daquela impressão. São antes RAÍZES FISIOLÓGICAS (as únicas, talvez, em tôda a linguagem), porque decorrem de um movimento fisiológico inerente à função orgânica, qual a junção e contracção dos lábios, no impulso reflexo de apreender, pela sucção, o leite materno.

DO ADJECTIVO

Como os indivíduos, a palavra tem linhagem, hierarquia, prosápia.

E' verdade que há palavras que brotam do chão, como as ervas, como há indivíduos sem ascendência cógnita. Em regra, porém, na linguagem não plebeia, na linguagem culta e fina, a palavra tem sempre a sua linhagem, cujos traços o tempo, a evolução, a acção climática, os costumes acabam por alterar. Ainda, porém, que essas alterações sejam de tal ordem que espunjam a facies primitiva, há sempre, na família de palavras emanadas do mesmo tronco, uma que mantém vivos, inalteráveis, perenes, os traços da genealogia: essa palavra é o Adjectivo, vocábulo por isso heráldico, de estirpe, depositário fiel, custódio das tradições de nobreza e linhagem herdadas de seus avitos.

Tomemos os vocábulos *bôca*, *estrêla*, *gôsto*, *pedra*. Todos os seus derivados que não forem adjectivos, pautar-se hão por aqueles, constituídos em paradigmas ou padrões, para os efeitos da derivação: *bocado*, *embocar*, *estrelejar*, *gostar*, *pe-*

dreira. Mas, se remontarmos ao adjectivo, aí encontraremos estereotipados todos os característicos do étimo latino: *bucal* (cf. bucca), *estelar* (cf. stela), *gustativo* (cf. gustu), *pétreo* (cf. petra).

Tanto que o melhor processo para, em uma família de palavras, remontar ao étimo puro, é procurar o Adjectivo, no qual será fácil rastrear os sinais ou indícios do padrão primitivo.

Mas não é essa a única função, que estrema o Adjectivo entre as demais categorias gramaticais.

O Adjectivo é a tinta que esmalta a frase, é o colorido que lhe imprime tonalidade. Tanto que a excessiva adjectivação torna o estilo berrante, pejado, à guisa de tela em que a derrama e copiosidade de tintas acaba por empastar o motivo.

O *senso adjectival* é o estalão por onde se afere o estilo do escritor. A precisão do Adjectivo, a sobriedade de seu emprêgo, a justa proporção entre o objecto que lhe recebe os eflúvios e os predicados que se lhe atribuem, são a virtude máxima do dificílimo ofício de escrever.

cresce que o Adjectivo é a palavra

sem a qual o substantivo seria impreciso, vago, indefinido, amorfo. Não basta dizer, por exemplo, que «está presente uma mulher». E' mester explicar que espécie de mulher: bonita ou feia, inteligente ou estúpida, alta ou baixa, etc. O adjectivo pinta, especifica, elucida, ilustra o substantivo. Sem o adjectivo é o substantivo uma palavra nua, vazia, ôca. O adjectivo é a indumentária.

Não é a roupa excessiva que imprime ao talhe a linha flexuosa da elegância...

(Da *Rev. de Ling. Port.*, n.º 10, Rio, 1921, pág. 75 e ss.)

VII

Carlos Magalhães de Azeredo

Da Academia Brasileira

PORTUGAL E BRASIL

As relações mútuas dos dois povos não são tão profundas, tão constantes, tão realmente cordeais, como deviam ser; nós não conhecemos bastante Portugal, e principalmente Portugal não nos conhece bastante a nós.

O sr. Valentim Magalhães, na sua estada em Lisboa, não há muito, mais uma vez registrou êsse facto. E o sr. Eça de Queiroz me dizia também em Paris: «¡É incrível! ¡Não há nada mais difícil que encontrar um livro brasileiro à venda em Portugal!»

¡E, entretanto, o Brasil oferece um

mercado excelente a todos os bons livros portugueses!...

O sr. Bruno (1) aponta como causa principal dessa estranha indiferença do público do seu país pelas produções intelectuais do nosso, a falta de estudos completos sôbre a mentalidade brasileira. E mostra-nos as lacunas de vários que têm aparecido. De acôrdo; mas ficamos na mesma. ¿Porque não faz êle a desejada obra perfeita sôbre tão atraente assunto?....

.... Da hostilidade incondicional de Tobias Barreto, por exemplo, contra tudo o que era português, êle conclui, sem razão alguma, para o ódio de todos nós contra a sua Pátria. Não repara que o ilustre professor sergipano foi vigorosamente combatido nesse e em outros terrenos por adversários brasileiros. ¿E quem lhe contou que o modo de pensar do sr. Paranhos da Silva — sem dúvida condimentado com farta dose de humo-

(1) O artigo donde tirámos êstes trechos intitula-se *O Brasil Mental* e é uma crítica ou desfôrço a algumas afirmações dêsse livro de *Bruno*.

rismo (1) — é o de todos os seus conterrâneos?

Por outro lado, ¿em que prova sentimentos anti-lusitanos o artigo do director da *Revista Brasileira* sôbre a *Pátria*, do sr. Guerra Junqueiro? É acaso o belicoso poeta, por grandes que sejam os seus méritos, o inviolável representante de tôda uma nacionalidade? ¿E quantos escrevem, desde o trôno de um Vítor Hugo até o banco humilde do último noticiarista, não têm de aceitar como legítima a liberdade da crítica?

¿É severa aquela apreciação? Suponhamos mesmo que fôsse injusta. ¿Seria isso uma agressão a Portugal? Absolutamente não.

Eu por mim a acho justíssima, como acho feliz a expressão — obra de arte gorada — que o notável escritor aplicou ao poema do Sr. Guerra Junqueiro....

.... O sr. Bruno dirá ainda uma vez que isto é «desdenhosamente decretar a inanidade intrínseca do símbolo que se

(1) V. *Paladinos da Linguagem*, vol. II, págs. 194 e ss.

não soube compreender.» Compreendemo-lo perfeitamente; temos, porém, o direito de pensar que o poeta, que na concepção estava talvez à altura do seu símbolo, ficou muito abaixo dêle na execução.

Vamos lá; creia o sr. Bruno que o sentimento dominante no Brasil em relação a Portugal é a mais sincera e viva simpatia, o que não impede, é claro, de responder sem hesitações nem ambigüidades às grosserias de qualquer Minhoto malcriado ou de qualquer Alfacinha impertinente. Mas, graças a Deus, Portugal não é solidário com êsses ridículos.

Outro equívoco em que o autor cai é o de confundir simpatia com dependência. De 1822 para cá, 76 anos já correram. Cumpre não o olvidar. À emancipação política se seguiu naturalmente a emancipação social; os costumes se modificaram, porque nos habituámos a pensar e a viver por nossa conta.

¿Como queria o sr. Bruno que não formássemos uma literatura nossa, uma arte nossa? Bastava a natureza para nos diferençar dos Portugueses; e a evolução histórica ajudou êsse elemento congénito.

O sr. Bruno parece descobrir um fundo de ingratidão nas palavras proferidas pelo sr. Joaquim Nabuco, — ao inaugurar-se a nossa Academia. (1) E insinua que o eloqüente orador se esqueceu, por certo, do acolhimento excepcional que lhe fizeram em Lisboa, onde, caso sem precedente, lhe ofereceram um lugar entre os Deputados da Nação. Não o esqueceu, seguramente; essas cousas não se esquecem; e se o distinto escritor conhecesse melhor o sr. Joaquim Nabuco, saberia que êste é no Brasil um dos mais fervorosos amigos de Portugal.

Êle afirmou simplesmente um facto intuitivo: que «falando a mesma língua, Portugal e Brasil têm de futuro destinos literários tão profundamente divididos como são os seus destinos nacionais.»

Mas ajuntou: «Tudo precisamos empenhar para secundar o esfôrço e acompanhar os trabalhos dos que se consagrarem em Portugal à pureza do nosso idioma... Nesse sentido nunca virá o dia em que Herculano, Garrett e os seus su-

(1) V. adiante, Cap. XVII.

cessores deixem de ter tôda a vassalagem brasileira...»

Assim, fica entendido que não temos a pretensão de criar uma língua nossa, diversa da primitiva. As tentativas do grande José de Alencar nesse sentido provinham claramente de um erróneo conceito: e não triunfará também a ideia do Sr. Saïd-Ali, que faz de puras e simples incorrecções, como a dos pronomes mal colocados, as notas diferenciais do português falado no Brasil. E, como bem replica o sr. Bruno, há muitos escritores nossos, e dos melhores, que na teoria e na prática rejeitam tôda a pretensão de alterar na sua estrutura a linguagem vernácula.

Mas isso não impede que, respeitando-lhe a essência, a diversidade dos usos e do meio lhe traga certas modificações superficiais, que permitam distinguir a maneira de escrever de um Brasileiro da de um Português. Dá-se aí o mesmo que na variedade dos estilos individuais. ¿Há duas cousas mais radicalmente opostas que o estilo de Castilho e o de Eça de Queiroz? Mas ninguém negará que ambos em português se exprimem.

Ora, se tais influências exerce a originalidade pessoal, ¿não exercerão nenhuma o clima, a paisagem, os costumes, a formação social?....

.... O sr. Bruno afirma que a raça negra nos estragou a loquela; ¿quem lhe estragou a sua? E olhe que essa observação a respeito dos pretos não é tão irrespondível como lhe parece. Todos sabem que o espanhol, transplantado para a América, adoçou-se (adocicou-se, diria o sr. Bruno), adquiriu inflexões mais suaves e harmoniosas; ora em Cuba há muitos pretos, mas não os há no Chile e no Perú, onde o sotaque não é menos açucarado; não os há também no Urugûay e na República Argentina, onde o espanhol sofreu corrupções gramaticais que nunca teve o português entre nós....

.... Fica, porém, de pé o problema de estreitar as relações intelectuais entre Portugal e Brasil. A obra do sr. Bruno não o resolve. ¿Não entrará nêle, por muito, uma questão não só de propaganda pela imprensa, mas de livraria? ¿E não se daria um grande passo, se os livreiros de ambos os países realizassem

uma combinação para equilibrar nos dois mercados a importação e a exportação das obras brasileiras e portuguesas?

(*Homens e livros*, Rio — Paris, 1902, pág. 231 e ss.)

VIII

Eduardo de Barros Lobo (Beldemónio)

(1857—1893)

O JORNALISTA E O JORNAL

REPETIDAS vezes se tem protestado, publicamente, contra a anonimia jornalística. Nunca nenhum protesto foi mais justo, porque todo o jornal é uma tribuna aberta sôbre o espírito de um público, que tem direitos incontestáveis de fiscalização sôbre a tribuna cuja voz vai escutar. Contudo, a tradição mantém-se quási sem excepções; o jornal — especialmente em matéria política, — é sempre anónimo. ¿Haverá acaso um argumento em favor dêste uso?....

....Se um pequeno número de sábios modestos e demasiadamente sinceros não

tivesse inaugurado como sistema teórico de publicidade eficaz o anónimo, a grande maioria dos filisteus tê-lo ia inventado, como sistema prático para se arrogarem a nobreza que não tinham. Eis como entre nós floresceu e se radicou a anonimia jornalística, ainda depois de promulgada em França a lei Tinguy, que deu o primeiro golpe na irresponsabilidade abusiva da imprensa. O anónimo foi mantido perversamente no jornalismo português, em parte por princípio, em parte pelo vício fundamental que faz da nossa imprensa um antro, encarada como manifestação de colectividades. Apenas um dízimo dos jornais portugueses poderia, — a muito custo — mostrar no fundo dos seus artigos nomes que não provocassem no público atónito a indignação, ou o riso, ou o nojo....

....E' certo que a assinatura sangra a fôrça ao debate político; mas, sempre que tal sangria se dá, sempre ela é merecida. Neste ponto de descrédito a que a imprensa chegou, vejo, com efeito, que a publicidade da assinatura precipitaria a queda dos intrusos; mas não vejo como ela poderia prejudicar a autoridade moral

e intelectual daqueles que a possuem por direito próprio, sem dependência de artimanhas ou simulações demasiadamente avessas ao nosso tempo. Combater mascarado, hoje em dia, é estar na lógica das necessidades de uma época perseguidora; é uma forma anacrónica do carbonarismo, rodando inconscientemente ao longo de nossa época de livre exame pelo impulso adquirido, e dando-se a pompa ridícula de uma voz que pretende ser divina, sôbre um Sinaï situado ali para as bandas do Bairro Alto....

....O grande jornalismo, na Inglaterra, é efectivamente anónimo. A sua anonimia, porém, não passa do *leader article*, onde se confina a discussão dos assuntos nacionais, ou que por qualquer maneira interessam imediatamente à noção superior da nacionalidade — sem polémica de partidos rivais, sem a preocupação deprimente das personalidades, sem perrices mesquinhas de política local na grande polémica da pátria. Mas leiam-se êsses artigos:—¡que precisão de linguagem! ¡que serenidade no debate! ¡que sensata placidez e que leal imparcialidade! Está preestabelecido que o *leader article* re-

presenta o bom-senso nacional; sabe-se que é feito por um político de reputação universal, colaborando eventualmente na fôlha que o insere, ou por um redactor efectivo que o leitor não conhece nem sequer de nome, pois que a êsse leitor apenas importa verificar que o artigo faz o eco fiel do sentimento geral. Quanto à valia da origem do artigo, está perfeitamente garantida pela sólida educação clássica de todo o homem que na Inglaterra se destina às profissões liberais; garantida pela índole reflectida do carácter anglo-saxónio; garantida em-fim pela enorme pujança monetária da emprêsa jornalística, que teria tudo a perder ratinhando os honorários do seu pessoal, em risco de uma falência de muitos milhões.

E todos sabemos que não é êste o caso do jornalismo português, cuja vida financeira mal pode ambicionar uma agoniazinha de que ao menos se não morra, e que tem de ir buscar colaboração ao barato, numa classe abortada cuja sciência ficou em meio — o que é a pior de tôdas as ignorâncias. Os poucos homens que entre nós fazem jornalismo digno, favorecem êste estado de cousas — não assinando;

mas nêles o anónimo é menos o sacrifício à tradição, menos o reconhecimento de uma fôrça, que a precaução contra a publicidade de camaradagens desonrosas. Preconceito essencialmente egoísta e erróneo: — quando a assinatura fôsse obrigatória, nove décimos dos jornalistas desapareceriam como por encanto, na obscuridade donde nunca deveriam ter saído.

(De *O Arauto*, n.º 21, Lisboa, 27 de Maio de 1886.)

IX

Ernesto Carneiro Ribeiro [1]

(1839—1920)

ACADEMIAS

FUNDA-SE em Portugal aos 1647 a Academia dos *Generosos*, ao influxo de D. António Álvares da Cunha, passando tão preciosa herança, com a morte dêsse ilustre varão, a seu filho D. Luís da Cunha e, mais tarde, ao conde da Ericeira D. Francisco Xavier de Meneses, que, por seu arguto engenho e notável diligência, conseguiu que se não desmen-

---

(1) Insigne professor brasileiro, autor de varias obras de gramática portuguesa e história da língua. Foi presidente da Academia de Letras da Baia e discutiu com Ruy Barbosa sôbre a redacção do Código Civil Brasileiro.

tisse a concepção encerrada naquela divisa ou moto: *Non extinguetur*, da vela acesa com que se lhe simbolizam os associados, como que antevendo-se-lhe um longo período de existência.

De feito, a Academia dos *Generosos* participou ainda de vida nos primeiros anos do século XVIII, apurando-se o gôsto da linguagem portuguesa e expurgando-se a poesia daqueles defeitos a que se haviam adstrito os poetas da época precedente.

Em 1663 nota-se ainda o aparecimento da Academia dos *Singulares*. Foi seu primeiro presidente Sebastião da Fonseca.

Se os assuntos das conferências dos *Singulares* eram, pela maior parte joco-sérios, frívolos e triviais, deve-se-lhes, isto não obstante, o terem enriquecido a língua de vozes e termos vulgares e familiares, de fonte limpa e castiça, que ao dizer dos autores do *Dicionário da Academia*, em-balde se procuraria noutra fonte.

Pelo bispo do Pôrto, D. Fernando Corrêa de Lacerda, foi instituída em Lisboa, pelos anos 1673, em sua própria casa, a *Academia Instantânea*, assim denominada

porque seus associados não sujeitavam a exame prévio os assuntos que expunham à discussão.

Seu fundador era versadíssimo nas letras sagradas e profanas, profundo conhecedor dos segredos da linguagem, e desvelado e zeloso cultor de sua pureza e índole nativa, dando de resto às falsas alfaias de alheios idiomas, *que só mendigam os que são pobres dos cabedais da nossa língua, tão rica e bem dotada como filha primogénita da latina.*

Seguindo o impulso comunicado às letras e sciências em todos os países cultos, no século que lhe precedeu, o século XVIII é testemunha dos grandes esforços dos doutos e scientes literatos, para restaurar as sciências e iniciar no espírito o estudo da índole da linguagem e literatura portuguesa, reünindo e enfeixando o que de precioso havia esparso, aqui e ali, nos escritos dos autores de mais elevado renome e valia.

Assim é que aos infatigáveis esforços do duque de Lafões, a seu zêlo inquebrantável, deve a sua fundação a *Academia Real das Sciências de Lisboa.*

Essa sociedade muita luz derramou em

tôda a literatura portuguesa, largamente dilatando mais e mais os horizontes das letras e sciências.

As *Memórias de Literatura Portuguesa*, por ela dadas à estampa em 1792; as *Memórias da Real Academia de Lisboa*, editadas em 1797; seu *Dicionário*, saído a lume em 1780; as *Obras Poéticas* de Francisco Dias Gomes, mandadas por ela publicar em 1799, mostram, de sobejo, quantas luzes deve o espírito humano a essa sociedade, que tanto desenvolvimento deu aos estudos em Portugal, abrindo os veios das ricas minas de suas sciências e literatura.

RUY BARBOSA

A *Academia Brasileira de Letras*, a mais moderna das associações literárias do Brasil, e cujo plano, em suas linhas gerais, a *Academia* que hoje aqui solenemente inauguramos procurou imitar, teve a sua fundação no Rio de Janeiro em 1896.

Levados pelo ardente desejo de dar amplidão á esfera de nossos conhecimentos literários, expandindo as luzes do saber para honra, lustre e glória de nossa nacionalidade, alguns homens de letras, dos mais distintos e da mais apontada reputação literária, tomaram aos ombros o difícil e sobremodo árduo cometimento da criação dessa sociedade, que vai dando no presente, e mais tarde dará de futuro, os mais salutares frutos para a felicidade do país.

Essa associação conta entre os seus membros os mais alumiados engenhos do Brasil, e, justificativa do nosso asserto, basta mencionarmos que, entre os membros que lhe exalçam e sobredoiram a existência, avulta o nome do exímio e festejado romancista Machado de Assis, seu presidente que foi, tão primoroso no estilo quanto castigado e escorreito na forma, observador fino e afinado conhecedor dos segredos, maravilhas e primores do nosso belo e formoso idioma, com todo o colorido local de nossas bastas e gigantescas florestas, do mimo de nossas boninas, do majestoso de nossos rios, do anilado do nosso céu; sobressai e releva,

na plenitude genial de seu espírito, o nome grande, sempre grande, já imortal na vida caduca da mortalidade, do admirado Ruy Barbosa, dêsse cérebro previlegiado, que está sempre a rejuvenescer na velhice, como certos licores que são mais deliciosos e mais se aprimoram e refinam com os anos que passam: luzeiro da sciência do direito, paladino das letras, insigne diplomata, orador mais fecundo que Cícero, rico, opulento e substancioso nos pensamentos, variado e abundante no vocabulário, delicado no jeito e torneio da frase, sempre tersa e castigada; perspícuo, harmonioso e elegante no falar, *ore rotundo*, sempre elevado, sempre grande, sempre sublime, sempre igual a si mesmo, se, por vezes, se não excede.

Não nos lembra escritor algum, exceptuados o Padre António Vieira e o facundo António Feliciano de Castilho, em alguns de seus passos, que escreva e fale com a propriedade com que se exprime êste exímio escritor; fale das artes liberais ou das mecânicas, das sciências ou das indústrias: se fala da pesca, nenhum pescador o excede na propriedade dos termos para designar os utensílios de que

se serve em seu mester; se da pintura, escultura ou música, emprega os vocábulos com a mesma propriedade de que usaria o pintor, o escultor ou músico, como se êle mesmo o fôra; se de lavoira ou jardinagem, não o excede o lavrador ou jardineiro na exactidão com que se exprime, com respeito às cousas do campo ou dos jardins.

Encontra, em suma, em si mesmo os modelos de sua linguagem, que admirâvelmente se adapta ao pensamento, o debuxa e traduz, passando a palavra pelo cadinho mágico de seu espírito, onde se refina e aprimora e donde distila em gotas de cristal e fios de oiro.

(Da *Revista de Lingua Port.*, n.º 2, Rio, 1919. pág. 13 e ss.)

X

Eurico de Goes (1)

A LÍNGUA PORTUGUESA NO BRASIL

APESAR de tudo, apesar da imensidão que o Atlântico interpõe entre nós, apesar de não sermos os detentores dos mananciais do primitivo expressar português, muito já hemos feito aqui, e muito, ainda, continuamos a fazer, pela conservação da pureza e pelo desenvolvimento da pujança do bem-amado idioma.

Inúmeras gramáticas expositivas e históricas, inúmeros glossários, inúmeros trabalhos de controvérsia ou explanação sintáxica, de autores brasileiros, hão sido aproveitados em Portugal pelos competentes na matéria. Aquela formidável discussão de dois gigantes, em tôrno do projecto do Código Civil Brasileiro, passará como acontecimento superiormente memorável nos fastos da filologia portuguesa.

---

(1) Ilustre professor da Faculdade de Filosofia e Letras do Rio de Janeiro.

Ainda agora, para me referir a dois dos mais distintos e mais ilustres confrades que teem assento nesta Congregação — Laudelino Freire e Solidónio Leite — vêde o trabalho que, ei-los, estão realizando: O primeiro fundou e dirige essa magnífica *Revista de Língua Portuguesa*, ciosamente procurada por todos os que prezam as tradições clássicas. O segundo, com uma paciência que já se convencionou chamar beneditina, acumula, na sua preciosíssima biblioteca (em clássicos lusitanos a mais rica, entre particulares, de Portugal e Brasil), os materiais para o seu futuro dicionário de termos técnicos de artes e ofícios.

Tudo isso como que está demonstrando a vitalidade e a exuberância do nosso idioma inigualável. Martins Fontes, o poeta do *Verão* e meu amigo, comparou a língua portuguesa à pletórica selva amazónica, celebrada por êle na poesia wagneriana da *Floresta da Água Negra* (1). É maravilhosamente exposta, nos versos, a comparação, porém falha de

(1) V. cap. XXXIII do presente volume.

algum modo, por nêles se considerar, em exclusivo, a paisagem de aquém-Atlântico. Comparo o idioma luso-brasileiro (deixai-me dizer assim e usar expressão em voga entre os nossos maiores) ao mar-oceano que banha as duas pátrias. Uma é o

«Jardim da Europa à beira-mar plantado
de louros e de acácias olorosas;
de fontes e de arroios serpeado,
rasgado por torrentes alterosas;
onde num cêrro erguido e requeimado
se casam em festões jasmins e rosas;
balsa virente de eternal magia
onde as aves gorgeiam noite e dia.»

A outra abrange:

«Nesta região sem par de campinas e matas,
tôda esmaltada, às mil, de grutas e cascatas;
outrora éden terreal dos pagés troglodítas,
a reclinar no Oceano as praias infinitas
e ouvindo-lhe, extasiada, os trágicos furores,
em-quanto asila o dorso a mansão dos condores,
além, nos alcantis das hirtas cordilheiras,
que limitam, ao poente, as brasílias fronteiras!»

E ao mar, ao Oceano, a cujas bordas se expandem florestas, se alteiam montanhas, e se irisam céus, vão ter, alfim, todos os rios, todos os confluentes, todos

os longínquos e ténues mananciais, correram êles embora ocultos e em rumos inteiramente opostos! E através da vastidão, ora calma, ora agitada, dêsse mar que viu partir e viu chegar, tufados, os cisnes brancos das caravelas de Cabral; através do oceano civilizador por excelência, — nós nos podemos dar espiritualmente as mãos. E, unidos na mesma comunhão mental, que hoje, aqui, por vosso intermédio se revigora, continuareis vós lá, os Portugueses, guardando as tradições da raça que descobriu o caminho marítimo das Índias e o Brasil, criou a arte manuelina e ergueu o monumento dos *Lusíadas;* em-quanto nós prosseguiremos na luta contra a natureza, amontoando os elementos para a futura epopeia brasileira, que deverá ser sinfonizada, um dia, não num dialecto exótico e sem foros de nobreza, porém

«na mesma língua em que cantou Camões.»

(Do *Discurso* de recepção do sr. Fidelino de Figueiredo como professor honorário da Faculdade de Filosofia e Letras do Rio de Janeiro. *Apud «Revista de Língua Portuguesa»*, Rio, Janeiro de 1921.)

XI

Félix Pacheco

Da Academia Brasileira

PELA UNIDADE DA LÍNGUA NO BRASIL

MACHADO de Assis queria que a Academia servisse sobretudo para «conservar no meio da federação política a unidade literária.» Ninguém serviu melhor a êsse ideal do que Araripe Júnior.

Devemos atentar nisto com o maior cuidado. A federação política está feita, embora ande por aí adulterado e claudicando o pensamento constitucional que marcou ao Brasil essa forma de vida, que os espíritos mais adiantados do Império, nos últimos tempos dêste, já namoravam, desiludidos de corrigir a atrofia do centro.

A unidade literária será uma função ógica e natural do triunfo do idioma.

Graça Aranha entreviu essa vitória nas mais belas páginas do seu livro, mas não devemos confiar que ela nos esteja assegurada sem um esfôrço constante da nossa parte para manter tão alta e bela conquista. Só êsse trabalho, pelo comércio ininterruto das letras e pela difusão ampla e larga do ensino, poderá nivelar as dissemelhanças lingüísticas regionais, que as disparidades mesológicas favorecem, num país vasto como o nosso, e a invasão em massa de elementos de fora agrava sobremodo. Todo homem de inteligência e de preparo entre nós deve ser uma fôrça militante e educadora, escrevendo o mais que puder para assegurar o património inestimável e habilitá-lo assim a resistir melhor, pelo apuro da cultura, à fragmentação dolorosa que se receia.

(Da *Rev. da Acad. Bras. de Letras*, n.º 12, Rio, 1913, pág. 352.)

XII

Francisco Evaristo Leoni

(1804 — 1874)

O PORTUGUÊS VEM DA LÍNGUA LATINA, E NÃO DA CÉLTICA

O TRABALHO mortífero das minas, a que não só a cobiça do ouro, senão também, como é de crer, a vingança e a política romana, condenou os Espanhóis, houve de acabar miseràvelmente muitos milhares de homens, e de extinguir populações inteiras.

Da barbaridade com que os Romanos tratavam os escravos empregados na exploração das minas, é horrível a pintura que faz Diodoro Sículo; e o mesmo autor declara que, *compelidos com azorragues a um contínuo labor, era raro viverem muito tempo.*

Já se vê que foi debelando tôdas as resistências, e pondo em prática a odiosa máxima *vœ victis*, tão preconizada entre os Romanos, que estes conseguiram subjugar a Espanha e tirar às povoações que ficaram subsistindo não só a possibilidade de se rebelarem, senão também a própria vontade de o fazerem. — *Romanizaram* tudo; e o modo por que nisto procederam foi exterminando uma parte dos habitantes; reduzindo a outra à mais abjecta servidão; e transformando o restante em colónias e municípios, onde os circos, os jogos, os teatros, os templos, os sacrifícios, os conventos jurídicos, as escolas, a milícia, os presídios, os casamentos, e a carreira franqueada aos magistrados, houve necessàriamente de exercer poderosa influência e de produzir completa mudança nos naturais da Península. — É aqui que pretendíamos chegar; porque estes, como homens símplices, sem uma civilização consistente e capaz de lutar com a romana, e, por outra parte, horrìvelmente dizimados pelo ferro dos invasores, de fôrça haviam de perder seus usos e costumes, e conseqüentemente, a própria língua; o que desde

logo começou a verificar-se, como expressamente nos informa Estrabão, dizendo que os Turdetanos, principalmente os que estanciavam junto do rio Bétis, haviam tomado em tudo os costumes romanos, e que os mais dêles, *esquecidos de sua língua vernácula, se haviam feito latinos.* — Em seguida se foi operando igual mudança nos demais povos da Península; do que nos dá testemunho o mesmo Estrabão, referindo que juntamente tomada a toga, se haviam vestido à maneira e uso de Itália, e que todos os que seguiam aquele uso se chamavam *stolatos*, ou *togatos.*

O caso é que, quando os Godos entraram em Espanha, nenhuma diferença havia já entre Iberos e Romanos; antes, adoptados por aqueles os costumes, a religião e a língua dêstes, foram todos considerados Romanos nas leis promulgadas pelos novos invasores para reger a Espanha visigótica. — E não só se introduziram e receberam os usos, os costumes e as crenças dos Romanos, senão que por tal modo se arraigaram na índole dos povos peninsulares, que, atravessando tôda a dominação gótica e árabe, ainda hoje

subsistem e se observam em grande parte.

Com efeito, nossa primitiva organização social é tôda romana. — A distinção que ainda hoje subsiste com o nome de *cavaleiros* e *peões*, data do estabelecimento das colónias e municípios, onde, do mesmo modo que em Roma, todos os habitantes se dividiam em *decuriões* e *plebeus*, representando os decuriões uma imagem do Senado, e os plebeus o povo romano. — A ideia fundamental de nossos concelhos municipais provém dos municípios romanos, sendo em seu princípio cada um dêstes concelhos um senado burguês, que representava o senado de Roma, e cuja magistratura semelhava a dos mesmos municípios romanos: — os juízes ordinários eram os *duúmviros;* os almotacés os *edis;* os almoxarifes os *questores;* finalmente os procuradores dos mesteres equivaliam aos *tribunos da plebe*. — Pôsto-que esta primitiva organização se ache actualmente modificada, o carácter essencial e distintivo das antigas municipalidades, a *magistratura duumviral*, não se perdeu, e tem subsistido até hoje. — Muitas de nossas cerimónias e

práticas religiosas, como os bailes nas igrejas, as pausas nas procissões, os asilos, a reverência à mesa, o fechar os olhos e a bôca ao defunto, o lavar o cadáver, o uso das pranteadeiras, nos vieram das instituïções romanas. — As mesmas usanças e superstições populares não teem outra origem. As festas do Carnaval são as Saturnais de Roma; os dias aziagos os *dies atri* ou *nefasti;* os espectros nocturnos, ou as *cousas más*, que alta noite perturbam o silêncio das casas, os *lemures* ou as *larvæ nocturnae;* a sina ou o fado, em que geralmente acredita o vulgo, o *fatum inevitabile;* a varinha de condão o *lituus* dos Áugures; as nóminas, de que usa a gente do povo, os *filactérios* dos pagãos; as figas que as mães penduram ao pescoço das crianças para as livrar do quebranto, a *res turpicula*, de que igualmente usavam os gentios. — Finalmente fôra longo enumerar tôdas as superstições que nos ficaram daqueles tempos; muitas das quais abolidas, e expressamente vedadas pelos Concílios, e por ordenanças dos Bispos, não existem já; mas sabemos que se praticavam, e delas achamos notícia em vários documentos e memórias

antigas, particularmente num Capítulo da Crónica de El-Rei D. João I, onde vemos que, a fim de se conseguir que os povos deixassem de celebrar *janeiras* e *maias*, foi mester instituir procissões, que os distraíssem daquele rito gentílico; e, todavia, ainda hoje, nalgumas de nossas províncias, se não extinguiram de todo estes restos do tão inveterado paganismo.

Quando nos faltasse o testemunho de Estrabão, o que acabamos de expor fôra bastante para nos convencer de que, *esquecidos da língua pátria, havíamos recebido e adoptado a latina;* — porque, uma vez demonstrado que tomámos a religião, os usos, os costumes, e até os próprios preconceitos dos Romanos, não podia deixar de admitir-se que dêles houvéssemos tomado a língua, como meio único e reconhecidamente indispensável de podermos efectuar uma tão substancial transformação em nosso modo de viver e de pensar.

Sem embargo de tantas e tão manifestas provas de procedência da língua portuguesa, a qual vemos se formou da cor-

rução que na latina rústica produziu a sucessiva invasão dos Suevos e Árabes, principalmente a dos primeiros, que lhe viciaram muitas de suas formas, e lhe alteraram as desinências dos vocábulos, sem, todavia, lhe extinguir o génio, que nela devia ficar prevalecendo; porque, em-fim, a língua que falamos é o latim corrompido pelo germânico, e não o germânico, ou outro qualquer idioma, corrompido pelo latim: — sem embargo, dizemos, de tôdas as referidas provas, que sempre reconheceram os varões mais doutos e beneméritos da mesma língua, começou de aparecer a opinião de que o *céltico,* ou o idioma dos povos naturais da *Spania,* se não extinguiu com a dominação dos Romanos; antes, subsistindo através de tôdas as conquistas, é daquele primitivo idioma que provém não só o português, senão os vários dialectos em que actualmente se divide a língua geral da Espanha. — Esta ideia não tinha sequer o mérito da originalidade; porque já anteriormente, em França, acêrca da língua francesa, italiana e espanhola, escrevera o abade Girard: — «Quando se observa a prodigiosa oposição que há en-

tre o génio destas línguas e do latim; quando se atende a que a etimologia prova sòmente a adopção das palavras, e não a sua origem; e que estas são acompanhadas de artigos que não podiam tirar do latim, e diametralmente opostas às construções transpositivas, e às inflexões dos casos, não se pode dizer que, por algumas palavras tomadas do latim, sejam filhas dêle.» *Vrais Princ.* Disc. 1 p. 27. — Desta ideia, seguida e comentada depois por Beauzée, foi A. Ribeiro dos Santos o primeiro que entre nós deu rebate. — Seguiu-se-lhe seu discípulo, J. Pedro Ribeiro, que no T. 1.º das *Dissert. Cronol.* sustentou a mesma opinião. O terceiro e mais valente paladino, que na arena literária se apresentou a quebrar lanças pela origem céltica, foi o cardial Saraiva, que, numa Memória impressa no T. 12 das da Academia Real das Sciências de Lisboa, pretendeu provar que *a língua portuguesa não é filha da latina, nem esta foi em tempo algum a língua vulgar dos Lusitanos.*

(Do *Genio da lingua portugueza*, Lisboa, 1858, 1.º vol., pág. V e ss.)

GÉNIO IMITATIVO DA NOSSA LÍNGUA

Sendo a linguagem *pintura do pensamento*, e, como tal, objecto de arte e de gôsto, não podia deixar de participar do espírito, do génio, e do pensar do povo que a fala; assim como êste mesmo, em tôdas as referidas cousas, depende inquestionàvelmente da natureza da região que habita, do conspecto do solo, e das influências de um astro mais ou menos benigno.

O povo no génio do qual brilha a alegria, a vivacidade, e cujas paixões inquietas lhe põem continuadamente o ânimo em agitação, não podendo sofrer demora nas ideias, também não a poderá consentir na maneira de se explicar: cumprindo-lhe não só falar com rapidez, senão ainda diminuir e encurtar as frases e as palavras, para com mais facilidade vir a cabo de se fazer entender.— Pelo contrário, aquele que tiver um temperamento feugmático, que fôr melancólico, triste, pensador, o estado do ânimo promovendo que nêle a sucessão das ideias seja lenta, lhe fará expressar-se mais de espaço, compassando as sílabas

e alongando as palavras. — Estes princípios sintéticos, a que não damos maior desenvolvimento, porque nos poderia isso levar mui longe, acham-se comprovados pela análise. — Sirvam de prova a língua francesa e a portuguesa. — Na primeira o espírito de vivacidade do povo que a fala contribuiu para lhe encurtar a maior parte dos vocábulos, que, sendo igualmente tomados do latim, perderam, todavia, as formas sonoras que tinham em sua origem (1); dando-se mais a circunstância que atribuímos ao mesmo espírito de vivacidade daquele povo, e é que todos os acentos predominantes de seus vocábulos não recuam da penúltima sílaba, donde procede não ter palavra alguma exdrúxula.

Na língua portuguesa, porém, nenhuns dêstes defeitos se notam. — O génio mais tranqüilo, mais grave, e as ideias menos

(1) Assim abreviou e fêz: de turris *tour*, de clavis *clef*, de aurum *or*, de ferrum *fer*, de collum *col*, de brachium *bras*, de pellis *peau*, de risus *ris*, de fortis *fort*, de flagellum *fléau*, de nomen *nom*, de sensus *sens*, etc.

volúveis e fugaces do povo da Lusitânia, de-certo mui conformes com as dos Romanos, lhe fizeram, tomando a língua dêstes, explicar-se em frases e períodos igualmente longos, estendendo os vocábulos e recuando os acentos predominantes; o que lhe permite poder variar o discurso e combinar os sons, promovendo e dispondo a harmonia, e conseqüentemente a imitação.

Tem, pois, a língua portuguesa três espécies de palavras, que dos acentos finais de que constam se chamam *agudas*, *exdrúxulas* ou *dactílicas*, e *graves;* e de cuja ótima escolha sôbremaneira depende o primor da elocução, e o perfeito imitativo do discurso.

* * *

O génio imitativo da nossa língua requer também que as vozes imperativas, com que se ordena uma acção pronta e rápida, devam ter uma terminação aguda e forte, indicativa da prontidão e vigor que se exige. — Tal é o que se observa nas vozes de comando militar, em que as de

execução foram, pela maior parte, escolhidas com sílaba final aguda e forte; v. gr.: *¡rodar! volver! carregar! apontar!*

Observando também que, a bordo de nossos barcos, movidos por vapor, as vozes para seguir viagem, parar, e recuar, terminam tôdas em sílaba aguda; tais são: *¡andar! parar! a ré!*

Bem se deixa ver que, se em lugar das referidas vozes, empregássemos outras que terminassem em sílaba grave, como: *rodem, volvam, carreguem, apontem,* e — *andem, parem, retrocedam*, em nenhuma se daria a fôrça e a intimativa que se nota nas primeiras.

A propriedade que a língua tem de poder empregar o infinito dos verbos pelo imperativo dos mesmos, é herança que lhe adveio do latim; — mas cumpre advertir que o efeito que tal emprêgo produz em português é superior ao que havia de produzir na língua dos Romanos, onde os infinitos dos verbos não são dotados da fôrça dos nossos, contraídos em finais agudos e vibrantes.

O mencionado emprêgo do infinito dos verbos pelo imperativo dos mesmos é freqüente em nossos AA. clássicos: —

e nos exemplos que passamos a transcrever se conhecerá a fôrça e intimativa que exprime aquele tempo:

«Boas novas, disse, padre frei Pedro, boas novas vos trago. *¡Alegrar*, que é chegada a hora de vos irdes para o céu!» Sousa, Hist. de S. Dom. P. 1.ª L 2.º C. 22, p. 190, col. 1.ª

«Não vos tenho eu avisado, dom previso, que me não entreis nesta cela: ¡sus, *levantar* daí muito nas más horas!» Id. ibid. L. 3.º C. 20, p. 324.

«Ao qual António Faria, em lugar de oração que lhe rezava pela alma, disse: *¡andar* muiti eramá para êsse inferno, onde vossa enfuscada alma agora estará gozando dos deleites de Mafamede!» Fern. Mend. Peregr. T. 1.º C. 60, p. 239.

«Vozes altas, sem se saber cujas eram, que diziam: *¡Fugir*, *fugir* do Infante D. Pedro, que vos quer prender!» Duarte Nunes, Chron. de D. Afonso 5.º, C. 9.º, p. 136.

E' memorável, e ficou mesmo sendo proverbial, aquele dito do Conde de Abranches, o qual, na batalha da Alfarrobeira, em que pelejava por parte do infante D. Pedro, saindo de cansaço, proferiu

contra os que o feriam: «*¡Fartar, fartar*, vilanagem!» Cron. de D. Afonso 5.º C. 122, Inédit. da Acad. T. 1.º p. 425.

Também se depreende que, quando uma descrição é repentinamente interrompida, ou cortado de improviso o fio de um discurso que prosseguia, afim de melhor se fazer sentir a suspensão, se deve empregar uma palavra que termine em sílaba longa, em que, per meio de uma desinência em que a articulação se demore, faça juntamente sentir no ouvido a suspensão ou interrução, que se dá no seguimento das ideias. — Camões, mestre da língua, e possuïdor, sem dúvida no mais alto grau, do instinto da elocução, não podia deixar de perceber esta conveniência, de que soube utilizar-se com maravilhoso artifício, como vamos mostrar nos seguintes exemplos dos *Lusíadas*, que os amadores daquele imortal poema nos não levarão em mal referir aqui um pouco mais de espaço.

No canto 2.º, quando Vénus, que chegara à presença de Júpiter, a implorar protecção e amparo para seus amados Lusitanos, orando sossobra em seu lastimado pranto, e não pode continuar,

tem uma reticência. — E esta reticência, afim de mais vivamente representada, a exprime o poeta com uma sílaba longa:

Mas morra, em-fim, nas mãos das brutas gentes,
Que pois eu *fui*... e nisto, de mimosa,
O rôsto banha em lágrimas ardentes.

Canto 2.º, Est. 41.

Havendo interrogação, emprega o poeta o mesmo artifício, para com a demora da sílaba denotar a pausa de quem espera pela resposta:

¿Quem sois? ¿Que terra é esta que habitais?
¿Ou se tendes da Índia alguns *sinais?*

Canto 1.º, Est. 52.

Tendo Veloso fugido dos negros na Angra de Santa Helena, pôsto já em seguro e recolhido à nau, um companheiro lhe dirige engraçado remoque acêrca da fugida que fizera; e para maior intimativa, e tornar mais viva a reticência, a faz terminar em sílaba aguda:

O'lá, Veloso amigo, ¡aquele outeiro
É melhor de descer que de *subir!*

Canto 5.º, Est. 35.

E Veloso, retorquindo-lhe com frisante resposta, em que também há reticência, emprega igualmente uma sílaba final aguda:

...De-pressa um pouco *vim*,
Por me lembrar que estáveis cá sem *mim*.

Ibid.

O chiste da resposta consiste em dar Veloso a entender ao outro que lhe pudera ter ido mal, achando-se sem sua companhia e protecção; e, porisso, a mesma resposta é mais significativa e engraçada terminando em sílaba aguda, que faz melhor sentir a reticência.

ONOMATOPEIAS

É a língua portuguesa riquíssima de vozes onomatopaicas, que são as que imitam os sons naturais das cousas que representam; de onde o grande efeito produzido por estas vozes; porque o mesmo é ouvi-las, que conceber a ideia

das cousas que significam, e, ainda mais, imaginar que as temos presentes.

Pôr aqui tôdas as palavras onomatopaicas que possuímos, fôra cousa tão ociosa como impertinente; — mas também não nos podemos eximir de dar a conhecer algumas, e serão as que neste momento nos ocorrem e estão a saltar dos bicos da pêna: — trovão, estalo, zabumbo, sonido, có, estoiro, assobio, baque, tromba, batuque, rugido, barulho, catimplora, traquitana, choto, rufo, gorgeio, ronco, zurro, estrondo, zumzum, estampido, cèga-rega, zeribanda, sussurro, zão-zão, ruge-ruge, pincho, zapetrape, catrapuz, algazarra, trombeta, trabuzana, gargalhada, trabuco, berimbau, trinque, borbotão, fuga, estalido, ribombo, matraca, rincho, berro, tombo, fragor, sarrido, rojo, ruído, jôrro, trote, frágua, rixa, rusga, charanga, urro, traquinada; — grasnar, gralhar, grunhir, roncar, bramar, latir, rosnar, uivar, zurrar, bufar, ganir, relinchar, urrar, chiar, rugir, berrar, coaxar, zumbir, balar, regougar, cacarejar, rodar, romper, rasgar, roçar, escarrar, tossir, arrastar, ranger, serrar, serrafaçar, roer, estrugir, remar,

bradar, raspar, frigir, ressonar, zurzir, chotar, estalar, sorver, estrabuchar, esfregar, zonchar, tufar, soprar, azoinar, esganiçar-se, zunir, rojar, resmungar, resingar, renhir, fungar, serrazinar, traquinar, etc.

As palavras designativas de objectos que não produzem som, imitam o que naturalmente se lhes deve atribuir. — Neste número se compreendem os nomes próprios dos gigantes, que não tendo voz alguma natural, por serem figuras imaginárias, se lhes atribui, contudo, uma voz rouca, medonha e espantosa, designativa da grandeza, robustez e brutalidade de indivíduos de tal espécie. — Daqui os nomes de *Dramusiando*, *Buzarcante*, *Albazarco*, *Barrocante*, *Albarroco*, e outros muitos de que estão cheios nossos livros de Cavalaria.

As cousas ásperas e escabrosas, pôsto-que destituídas de som, podem ser imitadas com bastante propriedade e verosimilhança; e, de ordinário, o são, per meio de palavras compostas de sílabas cuja aspereza nos representa a crespidão e escabrosidade dos objectos que significam; tais são, por exemplo: garra,

estrepe, farpa, rama, recife, rocha, franja, ardor, furor, ruínas, raíz, cardo, urze, brejo, xarroco, ferro, brenha, tronco, fraga, barranco, garfo, serrilha, sarro, esturro, cerdas, trago, crosta, sarna, rebarba, recorte, sêrro, caverna, barroca; ríspido, crespo, árduo, amargo, crestar, franzir, arrepiar, escarçar, frizar, serrilhar, ruminar, cardar, farpar, torrar, arder.

As palavras designativas de um movimento trémulo, ou de coisas que o produzem, ou em que indefectivelmente o contemplamos, imitam o referido movimento per meio de uma articulação vibratória, que nos faz sentir no ouvido a trepidação de que essas palavras nos querem dar ideia; tais são: tremor, tremura, frio, receio, tarântula, riso, raiva, horror, torrente, mar, reflexo, tôrno, rotação, trôpego, frígido, trépido, vibrar, rutilar, tremer, raiar, correr, rir, etc.

As palavras em que se repete a mesma inflexão de voz, são imitativas da repetição do mesmo movimento, e também das cousas que oscilam, ou em que se dá qualquer movimento deambulatório, incerto, ou de dúvida; v. gr.: bambinela, bambo-

lina, barbatana, caranguejo, tataranho, tiroteio, zão-zão, tatibitate, gangão, basbaque, zigue-zague, zigue-zigue, vai-vem, bule-bule, beberete, tefe-tefe, tira-tira, meche-meche, palpitante, atarantado, bambolear, trastejar, tatarenhar, dedilhar, etc.

As que teem relação com *garganta*, compõem-se da raiz *gh*, profundamente gutural, que imita o som que esta inflexão produz no mesmo órgão; por exemplo: *gargalhada, gargalejo, gola, gargantilha, gana, gasnata, gula, garrote, garrotilho, gole, gargantão, guloso, engulho, gosmar, engasgar-se, engolir, etc.*

(Obra cit., 2.º vól., pág. 240 e ss.)

XIII

Henrique Lopes de Mendonça

A INFLUÊNCIA LITERÁRIA FRANCESA

Como quer também que em Portugal exista uma forte corrente literária, bem nacional e exuberante, se nos falta o indispensável estímulo, que são os leitores?

Não há medalha que não tenha o seu reverso. O que principalmente prejudica a nossa literatura é sabermos todos — é claro, falo da gente culta — sabermos todos francês. Entra a gente em qualquer das principais livrarias de Lisboa, e custa-nos a descortinar, no meio da avalanche das novidades de Paris, o recanto onde se encolhem, trémulos de pejo, os livros portugueses.

¿Como é que se há-de resistir àquela onda? Acusam-se os nossos homens de letras de recortar as suas criações pelos figurinos de França. ¡Pudera! Em primeiro lugar, não é fácil que êles próprios fujam à influência das suas leituras, preferentemente escolhidas entre a produção dos prelos franceses. Em segundo lugar, ¿como hão-de agradar por outra forma aos paladares habituados ao sabor daquela cozinha?

É necessário um grandíssimo talento, conjugado com uma pertinácia meritória, para impor à admiração das gentes familiarizadas com Loti ou France acepipes que saibam a Vieira ou Herculano.

Confessemos, em todo o caso, que recentes iniciativas de belos talentos teem criado uma atmosfera de, não direi intenso entusiasmo, mas simpático interêsse, pelos nossos clássicos. Mercê da repetição contínua dos nomes de Gil Vicente e de Camões, da exibição teatral das suas obras, tende a extinguir-se o supersticioso pavor que inspirava a lombada dos *Lusíadas* e a dissipar-se a densa névoa que encobria os autos. Ora esta

influência, a manter-se, pode ser fecunda em benéficos resultados para a nacionalização das obras de arte.

(*Inquérito literário* de Boavida Portugal. Lisboa, 1915, pág. 23 e 24.)

NOBILIARQUIA DO VOCABULÁRIO

Vocábulos há, frases e expressões às vezes, que, originadas no mundo culto, se achincalham ou pervertem, quando vulgarizadas nas camadas inferiores do povo. A outras, mais raramente, sucede o inverso. Ascendem das bôcas populares para as classes elevadas, e aí se afidalgam.

Do primeiro caso temos um exemplo frisante nas palavras que, desde o início do idioma, têm designado as pessoas de profissão mercantil. Tôdas essas palavras têm resvalado, com o correr dos tempos, para as baixezas do insulto. De *trato*, na acepção de negócio, derivou a palavra *tratante*, aquele que negoceia. Ainda no

século XVII, a empregava neste decoroso sentido o cordato Jorge Cardoso. Biografando ao sábio e martirizado jesuíta Abraão de Gorgũs, assim diz: Até q̃ aportando naquela Ilha, sem ninguẽ o conhecer, alcançou licẽça do Capitão della para entrar na Ethiopia, a titulo de *tratante.*»

Se escrevesse dois séculos mais tarde, é seguro que o afamado hagiólogo não apedrejaria com afronta semelhante a memória do mártir. Porque a sua qualificação já a essa data, e não sei desde quando, servia para designar indivíduos pouco escrupulosos nas suas contas.

Mas a dupla feição do deus Mercúrio perpetuou-se em terras abençoadas pela fé cristã. Assim o demonstra o abastardamento do têrmo, que ao depois veio a substituir aquela condenada palavra. De *tráfico* ou *tráfego*, se originou *traficante.*

Não encontro de momento citação que autorize o vocábulo na acepção natural. Mas parece-me escusado esgaravatar os clássicos. A sua significação primitiva, torna-a óbvia a sua etimologia. E não oferece dúvida que sentença idêntica à

do seu antecessor lhe foi de há longos anos cominada pelo vulgo.

Semelhante depreciação sofreu o têrmo *chatim*, colhido pelos navegadores portugueses do século XVI na língua dravídica. A sua significação primitiva era negociante ou mercador, mais particularmente do Choromandel, como afirma o sábio filólogo Monsr. Dalgado. Das numerosas citações com que enriquece o seu monumental glossário, escolho as seguintes, que bem mostram a inofensibilidade nativa da palavra: «A terceira casta he a dos *Chatins*, que são mercadores grossos, de ouro, prata, pedraria, sedas, roupas, e outras fazendas de preço.» (Couto, Déc. X, c. VI). «He de saber que êste *Chatim* de mercador ordinário, que isso quer dizer na Índia o nome de *Chatim* cresceo tanto em menêo e substância de fazenda...» (Fr. Luis de Sousa, *Annaes de D. João III*, pág. 298.)

Deus me defenda de assacar a tôda uma classe respeitável, e mesmo à sua maioria, a culpa destas deformações semiológicas. Se o povo a ferreteou com a persistência percuciente da sua ironia, deve-se isso à sua nativa tendência de

generalização, desde que uma minoria cheia de cobiça e vazia de escrúpulos lhe assaltou impunemente as algibeiras....

....Neste mesmo momento histórico que atravessamos, eu noto com surpresa que os carroceiros, por exemplo, aspiram a trocar o têrmo que desde velhos tempos os designou, pelo pretensioso circunlóquio de *condutores de carroças*. Pelo visto, supõem êles de-certo que esta mudança os eleva acima da boleia, sôbre a qual aliás já se alcandoram sobranceiros aos peões.

Não é com boa sombra que muitos lojistas acolhem êste título, preferindo o de comerciantes. Caixeiros e marçanos cuidam engalanar-se com o apodo de «empregados de comércio». E as especificações do seu comércio também sofreram alterações, originadas no orgulho com que as respectivas classes engatinham pela escala jerárquica, quanto mais se prega por tôda a parte a igualdade democrática....

....Voltando ao pejoramento das palavras disignativas de profissões, ocorrem-me ainda duas: *mariola* e *patife*. A pri-

meira era a denominação dos moços de fretes ou moços de esquina, ainda no século XVIII, como o indica Bluteau. A segunda era definida pelo mesmo Bluteau, segundo a autoridade de Cristóvão Rodrigues de Oliveira: «moço de ceira, que anda na ribeira levando as coisas à casa dos compradores, por aluguel.» Como se vê, os dois ofícios eram afins, como afins são as injúrias que as suas denominações implicam hoje em dia....

....¿E os termos que do baixo calão tendem a subir para mais ilustres esferas? Lembra-me agora a palavra *gajo* e o seu feminino, que já oiço uma que outra vez em boquinhas antes fadadas para delicados amavios. Se eu por acaso viver mais dez anos, estou que se desvanecerá nesse intervalo o sentimento de repugnância que a sua enunciação ainda me inspira.

(Da *Revista de Língua Port.*, n.º 12, Rio. 1921, pág. 69 e ss.)

XIV

Inocêncio Francisco da Silva

(1810-1876)

NECESSIDADE DE UM ELUCIDÁRIO DE TERMOS ANTIQUADOS

A NECESSIDADE que tem qualquer nação culta e ilustrada, de possuir, além do *Dicionário* da sua língua actual e perfeita, um *Glossário*, tão amplo e completo quanto possível fôr, dos vocábulos usados nas épocas anteriores, e de que só se conserva a memória nos documentos e monumentos antigos, ou nos escritores das primeiras idades — é ponto de sobejo inquestionável, para que se haja mester gastar palavras e tempo na sua demonstração.

Os que por dever de estudo, ou ainda

por incentivo de mera curiosidade, se aplicam ao conhecimento das cousas do país, pretendendo aprofundar, pouco que seja, quaisquer indagações nos diversos e variados ramos da história pátria, civil ou eclesiástica, política ou económica, literária ou artística, são os que mais de perto sentem tal necessidade. Carecem a cada momento dêsse auxiliar indispensável para não verem-se embaraçados, até se perderem de todo nos labirintos inextricáveis da dúvida e da confusão.

Reconheceu estas verdades, no fim do último século, o nosso erudito antiquário Viterbo; e, animado de zêlo patriótico, deu-se pressa a suprir em benefício comum a falta que observava, e cuja gravidade se lhe fizera sentir por experiência própria. Reünindo aos subsídios que encontrara dispersos, frutos ignorados de trabalhos alheios, os que lhe haviam subministrado as suas lucubrações, compôs e imprimiu o *Elucidário*, obra de longo fôlego, e tão reconhecidamente útil, que a-pesar da má vontade de alguns, e da emulação de outros, lhe granjeou merecida nomeada entre nacionais e estranhos....

....Sejam porém quais forem os defeitos desta (tentativa) é certo que teremos por agora, e talvez por muitos anos, de com ela nos contentarmos, à falta de outra melhor elaborada.

Obras desta classe carecem, não só para intentarem-se de novo, mas ainda para o seu gradual e progressivo aperfeiçoamento, da acumulação sucessiva de esforços e perseverança dos que, na frase eloqüente de um nosso distinto escritor, se não desalentam fàcilmente com algumas páginas de verso ou prosa.

Mas, ¿que esperar neste sentido, e na actualidade, em um país onde com lástima se observa que dos seus primeiros e mais respeitados talentos, uns se entregam exclusivamente à malfadada política diária, esvaindo os primores do engenho nas lutas pertinazes da Imprensa, em *artigos de fundo* que, por mais artìsticamente combinados, não conseguem sobreviver à inspiração efémera das circunstâncias que os ditaram? Outros como que se pagam de preferência das coroas recolhidas a menos custo, nas risonhas e flóreas campinas da imaginação, onde só frutificam o *drama* e o *romance*, des-

tinados a servir, como o *folhetim* do jornal, de pasto cotidiano aos espíritos que já não comportam outra espécie de nutrimento.

E o pior é que os exemplos teem tornado o mal contagioso em sumo grau: ¡propaga-se indefinitamente, vai inficionando a todos, e, no jeito que as cousas levam, não há descobrir-lhe remédio!....

....Cumpria enriquecer a obra (de Viterbo) com os aditamentos, não menos copiosos que importantes, que de-certo nos forneceria o exame de muitos livros, impressos depois da publicação do *Elucidário*, e de outros que o eram já por essa época, mas que o autor, por motivos que ignoramos, deixou de consultar.

Citaremos, de entre os que se acham em algum dos casos, e que estão ao alcance de todos: o *Cancioneiro geral*, de Garcia de Resende; o intitulado *de El-Rei D. Denis*, e o *do Colégio dos Nobres;*

A *Vita Christi*, traduzida por Fr. Bernardo de Alcobaça;

A *História do Imperador Vespasiano*, edição de Lisboa, de 1496;

A *Cronica do Condestabre*, impressa pela primeira vez em 1526;

O *Sacramental* de Crimente Sanchez de Verchial;

O *Catecismo* de D. Diogo Ortiz, bispo de Viseu;

A *Colecção dos livros inéditos da História Portuguesa*, publicada pela Academia Real das Sciências;

A *Nova História da Ordem de Malta*, por José Anastásio de Figueiredo;

O *Leal Conselheiro*, de El-Rei D. Duarte, juntamente com a *Arte de bem cavalgar;*

As *Memórias sobre as Côrtes antigas*, publicadas pelos falecidos Viscondes de Santarém e Balsemão;

Os *Apéndices às Dissertações cronológicas e críticas*, de João Pedro Ribeiro;

As *Provas da História Genealógica da Casa Real;*

A novíssima colecção *Portugaliae Monumenta*, nos fascículos já impressos, etc., etc.

(Da Advertência Preliminar, datada de 1865, e posta à frente da 2.ª ed. do *Elucidário* de Viterbo, publicada em Lisboa naquele mesmo ano.)

XI

Jaime de Magalhães Lima

GONÇALO TRANCOSO E A LINGUAGEM

ACIMA do feito literário, superiormente belo, desprende-se das fôlhas da *Antologia* de Trancoso um canto da raça, qualquer coisa misteriosa, cativante e fecunda, que vem de longe e longe se repercute, por onde passa inflamando a claridade, libertando-nos da obscuridade em que andamos perdidos, abastardados e mortificados.

Há duas dinastias na literatura nacional, duas veias-mães a alimentam, duas *main currents*, como modernamente se usa muito dizer em língua inglêsa; há uma dinastia que consumou suas maiores façanhas, de grande fama, em Gil Vicente, e há outra dinastia que cristalizou mais transparente e triunfante em Camões e

no seu principesco séquito e descendência. Há duas dinastias literárias: a académica e a popular; há uma dinastia que exerceu a ditadura da cultura e se ostenta soberba, em grande pompa e glória, autoritária e cortesã; e há uma dinastia que rebentou, espontânea, do bravio, e aí floriu na singeleza — profusa, humilde, desprendida, esfarrapada, dispersa entre multidões anónimas, onde lateja sadia em sua alegre vagabundagem. Como há duas dinastias políticas, a da praça e a do palácio; e duas dinastias de heroísmo, a da espada e a da enxada; e duas dinastias económicas, a da cobiça e a do trabalho; e duas dinastias religiosas, a dos princípios, a do Decálogo, a do amor, que se pratica hora a hora, a todo o instante, comum e omnímoda — e a da regra, a do preceito, a dos mandamentos eclesiásticos, solene, ritual, sacerdotal e privativa de iniciados e eleitos. Não será o sr. Agostinho de Campos quem me conteste a distinção, antes ma insinua, quando verifica que, «muitas vezes, o que consideramos erros e deselegâncias, por não se conformar às praxes da gramática e do estilo cultos, são factos da gramática e

do estilo do povo, tão respeitáveis e respeitados como os nossos.»

Eu, salvo o devido respeito, que muito é, diria antes que a gramática e o estilo popular tem seu palpitar e instintos, pelos quais se regem, tão respeitados e respeitáveis e tão exigentes e estèticamente eficazes, como as leis e regras das letras cultas. Notando que uma das coisas que distingue as duas gramáticas é a dificuldade da gramática popular, vaga, fugidia, se a comparamos com a gramática culta, expressa, e limitada, decretada de uma vez para sempre, com tôdas as suas regras e excepções.

Não puderam ainda os mais subidos talentos musicais encontrar uma notação rigorosamente exacta para as canções populares; àquela notação que usam e onde empregam muito engenho, escapam modalidades que só pela voz humana se exprimem e directamente se comunicam e reproduzem, sem que até hoje inventássemos sinais gráficos por que se signifiquem e transmitam.

Semelhantemente, há na gramática popular modalidades subtis, que a lógica e a razão não conseguem definir e descre-

ver, que só de ouvido se aprendem e por nenhum outro modo se alcançam. Sentimos-lhes a beleza sem lhes penetrarmos o sistema. Daí a dificuldade extrema de as aprendermos. Talvez não andasse longe da verdade quem dissesse que a gramática popular é pessoal, — cada homem cada gramática, — tamanha é a variabilidade da expressão; em-quanto a gramática académica se sujeita a uma mecânica mirrada e dura, tamanho é o frio e árido despotismo que opõe à liberdade e à individualidade.

Dêste divórcio de gramáticas muito temos padecido, porque nêle, subjacente, há um divórcio de almas, uma discordância funesta de aspirações, causa de perturbações incessantes; há aquela fatal ausência de unidade que impede de construir o quer que seja de consistente, sólido e duradouro; há uma fonte contínua de conflitos, divergências e revoluções, rematando em esterilidade e ruína. Será glória dos historiadores modernos, à frente dos quais talvez convenha pôr J. Richard Green, haverem esclarecido profundamente esta distinção, que aliás não escapou ao génio de Alexandre Herculano.

Ora acontece, por desgraça, que a nossa literatura tanto tem abundado em desvanecimento e zêlo pela cultura, como em ignorância e desmazêlo da ingenuïdade. Gil Vicente é verdadeiramente uma descoberta de há cincoenta anos, quando muito; antes disso não era uma fôrça soberana; era apenas uma curiosidade subalterna. E a Gil Vicente pouco ou quási nada temos acrescentado, depois que o descobrimos, embora desde então não deixássemos de esvoaçar em tôrno da sua luz, pressentindo-lhe a vitalidade essencial.

E' nesta linha que o *Trancoso*, ignorado de tanta e tão boa gente e agora restituído à admiração e exemplo das plebes e das aristocracias literárias, vem tomar um esplêndido lugar, fortalecendo-a e preparando-lhe posições inexpugnáveis.

Quem foi Gonçalo Trancoso; onde e em que condição morou, e de quem veio o autor dos *Contos e Histórias de Proveito e Exemplo*, não sei eu, e nem mesmo os eruditos mo dizem com confiança comunicativa. Com quem êle conviveu e tratou, isso é que eu sei com segurança — porque o adivinho. Está aqui, cristalino, neste

livro, espelho da intimidade que nêle colaborou inconscientemente e o adornou de graças inumeráveis. Homem de «não muitas nem muito variadas leituras», segundo a apreciação de Menendez y Pelayo, que pelas referências do sr. Agostinho de Campos conheço, recebeu os seus assuntos «quási sempre da tradição oral e não de textos literários», ao que com abelhuda petulância acrescentarei de minha conta que, com os assuntos, recebeu a linguagem popular em que lhe eram dados. E suponho que ainda aqui não serei contraditado pelo sr. Agostinho de Campos que nota em Trancoso o «uso e abuso, *rústico* e grosseiro, de repetições descabidas.» Foi o sr. Agostinho de Campos, quem, em aviso prévio, e de uma delicadeza crítica habitual na *Antologia,* me advertiu dos modos e propensões de Trancoso e acertadamente os classificou.

Neste ponto peço, todavia, licença para me apartar um pouco. Porque, se não estou em êrro, houve «uso», não houve «abuso»; e o simples uso é que por estranho e novo poderá confundir o homem de letras, em-quanto êste não se convencer de que Gonçalo Trancoso realizou

nas letras o que em música seriam milagres de contraponto; isto é: por uma intuição artística maravilhosa, conjuga ritmos que pareciam opostos, à falta de quem lhes sentisse e traduzisse a concordância; fêz vibrar em harmonia a rusticidade e a cultura; acabou por um momento com o divórcio de duas gramáticas e duas linguagens, colhendo, de uma, ordem, lucidez e regularidade da cadência, e juntando-lhe da outra o impulso e o vigor de fôrças virgens. Assim, moderou os enfados da convenção, os excessos da regra e a monotonia do compasso, por certo frescor inesgotável de liberdade, embora rude e pleonástica, como é de sua natureza; conciliou o desembaraço eloqüente da barbaria com a doçura freqüentemente insípida, senão imbecil, da polidez.

! Rara avis! Belo arrôjo! A integração da barbaria na cultura, sendo uma prova suprema de destreza literária, que só um fenómeno de simpatia, abrangendo no mesmo afecto tôdas as camadas sociais, pode consumar, é não menos que a expressão da mais alta moral sôbre que uma sociedade pode edificar-se e manter-se

Se êste pobre país, arrastado numa senilidade inquieta, é susceptível de renascimento em saúde; se esta raça e esta nação conservam elementos de vida que lhes deem direito de existência digna e feliz, como creio, o rejuvenescimento só poderá esperar-se, fundando a vida nas realidades elementares, tanto nas suas próprias, particulares, como nas absolutas; e entre as realidades elementares a primeira é a unidade da linguagem, e, pela unidade da linguagem, a unidade da aspiração e do pensamento que essa linguagem traduz; a convergência de todos os movimentos de vida que dêste chão despontem.

E é então, na compreensão dêste renascimento, e dos meios por que êle pode alcançar-se, que os *Contos* de Trancoso mostrarão o que valem como instrumento de ressurgimento...

(De *O Primeiro de Janeiro*, Pôrto, 13 de Agôsto de 1921.)

XVI

João Ribeiro

Da Academia Brasileira

OS CLÁSSICOS E A LÍNGUA

Os nossos clássicos escreviam com lenteza, e com vagar é que compunham. Não podem, pois, ser devorados de um trago, como os livros de hoje, improvisados num lanço.

Aquilo que com vagar se compôs, durante anos se castigou e poliu, do esbôço à derradeira mão, guarda sempre coisas e ideias subentendidas, elipses, e segredos mentais, e rascunhos de palimpsestos, sentimentos inescritos, outrora claros e hoje invisíveis, que é mester subentendidos, aclarados, decifrados, ressuscitados, em-fim, na própria atmosfera em que brilharam à luz.

Não é, pois, compreendê-los o mero

rastejar pela rama sem penetrar o sub-solo, que era outrora ao lume da terra, e no qual agora se sepultam profundos como raízes.

Naquele evo, a medida era outra e outra a balança do mundo. A guerra e a Fé imperavam, e, ao crepitar do lume doméstico, outras histórias não se contavam que as dos soldados e dos monges.

E só assim, a quem faça a experiência de alma daquele tempo, é que os clássicos poderão ser exemplares de clareza e suavidade. Então, ¡ó surpresa e milagre!, tudo se ressurge e se anima. A floresta mirrada reverdece e desabotoa tôda em flor; revivem os pastores e os monges, os cavaleiros e os santos; acordam todos os ecos das fontes, e dos ventos que andavam movendo os álamos e as madre-silvas...

E, superior a tôdas, acorda a voz do homem, do poeta e do artista, com as suas ricas e copiosas caudais de eloqüência e poesia, com o seu estilo breve ou erguido, galânte ou fero, em todo o luzimento de seus mais finos quilates.

Foi essa, de-certo, a língua do pequenino Portugal, que, como flor perfumada,

rebentou na extremidade da árvore do mundo antigo, — flor que havia de voltar a corola e o pólen para os oceanos desconhecidos.

Foi essa, e não outra, a língua que primeiro praguejou com a tempestade oceânica, e a primeira que traduziu a alma das imensas distâncias — a saüdade...

Foi também a primeira que com os seus destemidos Lusíades, bracejando sôbre as ondas, levou o anúncio da Fé e da Civilização às terras incógnitas... Porque muito maior que as civilizações que se sepultam com as suas sciências e vaidades, é aquela que ama, e se reproduz, e se revê nos filhos e na eternidade da História.

¿E como, pois, dizer que a língua dessas almas e dessas energias, à qual (como dizia João de Barros) pertenciam *a monarquia do mar e o tributo dos infiéis*, não é mais digna do progresso e do presente?

A verdade é que nós e o presente não somos mais dignos dela. À energia dos que fecundaram os desertos e fundaram novas pátrias, sucede agora o frio terror de perdermos a que temos — e talvez a não sabemos ter.

Já se exalta o que impiamente rouba a alma alheia de outras literaturas, e não se poupam tolos escárnios ao que dispõe das riquezas maternas que por direito de herança lhe pertencem.

Êsse confronto é como um alvorecer de evidências malsãs. Seja. Mas não se chame progresso a expiação ou a má fortuna daqueles que há quatro séculos eram capitães, e hoje não podem ou não querem ser mais do que soldados e bandoleiros.

(*Páginas de Estética*, Lisboa, 1905.)

GALICISMOS

O galicismo não é só moda: é um aspecto dos movimentos de satélites que somos. Tudo, entre nós, é francês, até o mesmo grego e o inglês que aprendemos ou importamos.

Quando o francês altera o seu grego, obedientemente o imitamos nos acentos e nos erros.

Basta para isso fazer a mais rápida revisão e exame dos helenismos... franceses, na sciência e nas artes. Fizeram, por exemplo o têrmo *theodolito* e não sadem explicá-lo; nós aceitamo-lo como grego legítimo.

O francês, por garbo ou elegância, inventa uma palavra inglêsa, por exemplo o *footing*, que os próprios Inglêses desconhecem; e nós, logo, inconsideradamente, o adoptamos.

Noventa por cento dos nossos peregrinismos, gregos, eslavos, germânicos, são originàriamente franceses. Chegamos até ao cúmulo e à ridiculez de adoptarmos palavras tupis... francesas. Um escritor negligente leu mal a palavra «nembi» e dela fêz a famosa «inúbia», usada e repetida pelos nossos poetas e indianistas.

Os Alemães fazem o francês que bem lhes apraz: *avantageur*, *balleteuse*, etc., e não há reclamação diplomática contra disparates de tal feitio.

Os próprios Portugueses vão buscar no francês de torna-viagem *fetiche* e *fetichismo*, que era o antigo *feitiço* vernáculo.

* * *

Os gramáticos foram os que introduziram a ideia e a expressão infeliz de — «corrução» — para as alterações normais e essenciais à vida da linguagem.

É que êles se educam na submissão das regras e das chamadas «leis», que deduzem dos factos, e logo as voltam depois contra os próprios factos, desde que estes lhes pareçam novos.

* * *

Mas, afinal, a sem-razão parecia estar com os puristas retardatários. O francês era tudo: era a literatura, a sciência e a arte, a moda, a política, a educação, em--fim, a propria vida.

E a transformação que a língua francesa provocou e realizou no português é coisa incomensurável. Deu clareza e elegância, lógica e propriedade técnica, virgulou, pontuou o discurso, ortografou-o e vestiu-o inteiramente de novo.

O figurino começou a despertar os apo-

dos ferrenhos dos gramáticos, «respeitadores das cãs e ancianidade» da língua rude dos Barros e Sás de Miranda.

Os petimetres iam ao ponto de achar «remarcável» qualquer acontecimento e de falar em «terrenos marecajosos», em «debutar» e quejandos atrevimentos de bôca.

Inventaram-se termos para zurzir os pedantes da novidade. O mais comum foi o apodo de *galiciparlas;* mas não são raros os nomes em *franc* que nada tinham que ver com franceses, como *francelho, franchinote,* etc., que tinham qualquer aparência pejorativa.

A guerra ao francesismo data da grande revolução e da guerra peninsular da era napoleónica; não foi só o rancor de gramáticos, mas o rancor do absolutismo, o atraso das ideias anti-literárias, e até mesmo a obra da religião, do trôno e do amor da pátria.

Quando a reacção contra o galicismo, com a Arcádia e as Academias, com Cândido Lusitano e Frei Francisco de São Luís e Filinto Elísio, chegou onde podia chegar, verificou-se que a língua portuguesa era já outra, o seu estilo e

expressão eram diferentes, e a vitória gramatical não foi além de alguns vocábulos avulsos, flébeis e morredouros.

¿Concluir-se há dessas palavras que se deve deixar sem contradita e sem oposição a corrente francesa?

Não. É a própria lei do equilíbrio que exige a recomposição da língua antiga, sem exageros doentios e impraticáveis.

Cultivar a vernaculidade e a pureza do vocabulário e da linguagem, é preservar a própria autonomia do pensamento.

(Da *Revista de Lingua Portuguesa*, Rio, Novembro de 1921.)

XVII

Joaquim Nabuco

(Da Academia Brasileira)

(1849-1910)

DESTINOS LITERÁRIOS DE PORTUGAL E BRASIL

A PRINCIPAL questão, ao fundar-se a Academia de Letras brasileira, é se vamos tender à unidade literária com Portugal. Julguei sempre estéril a tentativa de criarmos uma literatura sôbre as tradições de raças que não tiveram nenhuma; sempre pensei que a literatura brasileira tinha que sair principalmente do nosso fundo europeu. Julgo outra utopia pensarmos em que nos havemos de desenvolver literàriamente no mesmo sentido que Portugal, ou conjuntamente com êle, em tudo que não depende do génio da língua. O facto é que, falando

a mesma língua, Portugal e Brasil teem de futuro destinos literários tão profundamente divididos como são os seus destinos nacionais. Querer a unidade em tais condições seria um esfôrço perdido. Portugal, de-certo, nunca tomaria nada essencial ao Brasil, e a verdade é que êle tem muito pouco, de primeira mão, que lhe queiramos tomar. Uns e outros nos fornecemos de ideias, de estilo, de erudição e pontos de vista, nos fabricantes de Paris, Londres ou Berlim... A raça portuguesa, entretanto, como raça pura, tem maior resistência e guarda assim melhor o seu idioma; para essa uniformidade de língua escrita devemos tender. Devemos pôr um embaraço à deformação que é mais rápida entre nós; devemos reconhecer que êles são os donos das fontes, que as nossas empobrecem mais de-pressa, e que é preciso renová-las indo a êles. A língua é um instrumento de ideias, que pode e deve ter uma fixidez relativa; nesse ponto tudo precisamos empenhar para secundar o esfôrço e acompanhar os trabalhos dos que se consagram em Portugal à pureza do nosso idioma, a conservar as formas genuínas, características,

lapidárias, da sua grande época... Nesse sentido nunca virá o dia em que Herculano, Garrett e os seus sucessores, deixem de ter tôda a vassalagem brasileira. A língua há-de ficar perpètuamente *pro-indiviso* entre nós; a literatura, essa, tem de seguir lentamente a evolução diversa dos dois países, dos dois hemisférios. A formação da Academia de Letras é a afirmação de que, literária como politicamente, somos uma nação que tem o seu destino, seu carácter distinto, e só pode ser dirigida por si mesma, desenvolvendo a sua originalidade com os seus recursos próprios, só querendo, só aspirando à glória que possa vir de seu génio.

(Do *Discurso* proferido na sessão de abertura da Academia Brasileira de Letras, em 20 de Julho de 1897, e inserto no n.º 1 da respectiva *Revista*, Rio, Julho de 1910, pág. 177.)

XVIII

Joaquim de Santa Rosa de Viterbo

(1744 — 1822)

DIFICULDADE DO PORTUGUÊS ARCAICO

Havia sido útil a Portugal o casamento do Infante D. Afonso em França com a Condessa de Bolonha. A larga residência, que naquele reino fizera, o instruiu a fundo na política dos Franceses, e não menos no bom gôsto das artes. Voltando dali a ser Regente ou *Visitador* de êste Reino, em-quanto por morte de D. Sancho II não empunhou o scetro, em tudo procurou dar provas do quanto havia adiantado na sciência de reinar, e tanto que seu filho D. Denis, *primogénito* e *herdeiro* da coroa, foi capaz de instru-

ção, êle o proveu dos mestres mais hábeis daquele tempo.

Não eram os Portugueses desprezadores das letras. Nas Catedrais e Colegiadas mais insignes havia Mestres-escolas, a quem pertencia dar providência sôbre a instrução da mocidade: em alguns Mosteiros e Conventos se ensinavam as artes liberais, e talvez a Medicina: a Lógica de Pedro Julião, natural de Lisboa, que depois foi o Papa João XXI, é um monumento bem plausível desta verdade. Porém os que aspiravam a maior cultura saíam de Portugal e procuravam nas Universidades da Europa, alguns a liberdade, outros a sciência, que ordinàriamente se escondia aos que a invejosa pobreza acabrunhava. Concordou, pois, o Rei e a Nação em fundarem uma Universidade que, principiando em Lisboa no de 1290, depois de revoluções não pequenas, faz hoje em Coimbra a justa admiração de tôda a Europa.

Esta sem dúvida foi a época mais feliz da literatura portuguesa, pois nela se lançaram os fundamentos sólidos a tudo o que havia de ser erudição sagrada ou profana. Então foi que o dialecto por-

tuguês tomou posse de quási tudo o que era público e judicial, desterrado para as cimérias sombras o estafermo, ou aparentes sombras do latim. Então foi que o mesmo soberano, o primeiro de Agôsto de 1281, fêz passar na língua do país a notável carta circular sôbre a rectidão e brevidade com que os seus ministros e oficiais de justiça a deviam fazer às partes. Então foi quando as muitas traduções, que o mesmo Rei fêz trabalhar, dos melhores livros espanhóis, arábigos e latinos, concorreram como à porfia, para ser cultivada a elocução dos Portugueses. Os mesmos estranjeiros, em-fim, chamados para regenerar as aulas, nos enriqueceram com novos termos e frases, de que até hoje ficaram alguns vestígios. E com efeito, se exceptuamos alguns vocábulos, que, ou de todo se esqueceram, ou por diferente modo se pronunciaram e escreveram (muitos dos quais se acham em Lopes, Azurara e outros) ingènuamente devemos confessar, que neste período teve o idioma português abrilhantados progressos e sensíveis aumentos; e que nêle se despiu dos feios barbarismos em que dantes o contemplámos.

* * *

Pelo *Código Afonsino*, em que se trabalhou desde El-Rei D. João I, e que se fêz público, segundo parece, no de 1446, se deu novo grau de perfeição à nossa língua. Sim, porque as leis antigas se reformaram não só em suas sanções, mas também nas suas palavras, e a *mui nobre Arte da Impressão*, dando-lhe um sistema fixo e permanente, a colocou em estado donde lhe não foi dificultoso o chegar a ser perfeita.

Ora, que no tempo de El-Rei D. Afonso V chegasse a Portugal a notícia e exercício da impressão, se faz bem crível, à vista da relação do Conde da Ericeira no tôm. IV da *Colec. da Acad. da Hist. Portug.*: nela diz que na livraria do Conde do Vimieiro se achavam as obras do Infante D. Pedro, impressas seis anos depois que a *Imprimissão foi achada em Basileia*. E se ela foi achada pelos anos de 1440 ou pouco antes, fica manifesto, ou quando menos muito provável, que em vida do Infante e neste reino elas se imprimiram, e antes da fatal batalha de Alfarrobeira, em

que êle desgraçadamente foi morto no de 1449. E nem a falta de outros impressos até o de 1489 em Lisboa, e 1494 em Leiria nos convençam do contrário; pois, segundo Ferreiros e Pando na sua *Paleografia* da edição de 1758, já no ano de 1474 se acham obras impressas em Espanha, e a f. 48 diz que os impressores escondiam os nomes e as oficinas, para venderem os seus impressos com reputação de uso. ¿E porque não sucederia o mesmo em Portugal, onde havia o mesmo interêsse no ocultar do segrêdo que o tempo fêz notório? Publicou-se a impressão; e logo um pasmoso número de exemplares de diferentes obras, em tudo uniformes, e mais que tudo as *Ordenações do Reino* (que depois da impressão de 1514, a que já outra havia precedido, tiveram a última mão aprovativa no de 1521) abriram caminho plano para que Barros, Góis, e outros em grande número, de que as nossas bibliotecas nos informam, escrevessem com estilo grave, e dição pura; e muito principalmente depois que El-Rei D. João II não tanto reformou, quanto magnificamente restituiu as escolas gerais na cidade de Coimbra. Com tôda a lisura reconheço, que já

neste período poucos termos e palavras são desconhecidas, ainda que muitas delas, e talvez sem causa, andam hoje desterradas pelos confins do Reino, e por entre os pastores e gentes de lavoura...

ANARQUIA GRÁFICA

... No livrinho intitulado *Origem da Língua Portuguesa* faz Duarte Nunes do Lião particular resenha das palavras, que de nações diferentes ficaram em Portugal, não passando de 788 as que êle chama originàriamente portuguesas. Não me pertence contestar agora se a distinção, que êle faz, corresponde por todos os lados à verdade. Eu não me detenho a investigar de que nação a palavra escura e pouco trivial nos procedeu: procuro tão sòmente o indagar em que sentido antigamente se tomou. ¿Mas que dificuldades nisto mesmo se não encontram? ¿Quantos vocábulos escritos com os mesmos caracteres, foram empregados para exprimir conceitos diametralmente opostos? ¿Vocábulos que hoje nos suscitam ideias

nada semelhantes, e conformes às que antigamente suscitaram?....

.... A ortografia mesmo, que em nossas memórias se encontra quási tão vária como eram as pênas ou cizéis que a nós as transmitiram, não era das menores dificuldades, que a cada passo me retardavam. Se ainda hoje em Portugal se não concordou em um modo fixo de escrever certas palavras, e bem assim como na casa onde não há pão, todos ralham e nenhum tem razão, segundo vulgarmente se diz: ¿que seria naquele tempo bárbaro, em que a ignorância reinava com o mais insolente despotismo? Neste mesmo tratado se achará um grande número de palavras, que parecendo significar em vários documentos cousas mui diversas, tôda a diferença consiste em serem escritas com mais, ou menos, ou diferentes letras, ou na troca, valor, ou posição delas; variando a escrita à proporção da pronúncia, que muitas vezes discordava em cada província.

(Do *Elucidário*, etc., edição de 1865, pág. 8 a 11.)

XIX

José Albano

(Poeta brasileiro)

ODE À LÍNGUA PORTUGUESA

Língua minha, se agora a voz levanto,
Pedindo à Musa que me inspire e ajude,
Sòmente soe em teu louvor o canto,
Inda que a lira seja fraca e rude;
E tudo quanto sinto na alma, e digo,
Já que na alma não cabe,
Contigo viva e acabe — só contigo.

Língua minha dulcíssona e canora,
Em que mel com aroma se mistura,
Agora leda, lastimosa agora,
Mas não isenta nunca de brandura;
Língua do gram Camões, a que êle ensina
A sinfonia rara,
Que em tudo se compara — co'a latina.

Língua, na qual eu suspirei primeiro,
Confessando que amava, às auras mansas
E agora choro, à sombra do salgueiro,
Os meus passados sonhos e esperanças;

Na qual me fêz outrora venturoso
Aquela doce fala,
Que sòmente escutá-la — me era um gôzo.

Lingua em que o meu Amor falou de Amores
Em que de Amores sempre andei cantando,
Em que modulo os mais encantadores
E deleitosos sons de quando em quando,
E espalho acentos inda nunca ouvidos,
De mágoas e de gozos,
Murmúrios amorosos — e gemidos.

Sempre e sempre te eu veja meiga e pura,
Naquela singeleza primitiva,
Naquela verdadeira formosura,
Que farei que no verso meu reviva ;
E se apenas ao mundo se revela
Um pouco dêsse encanto,
Há-de mostrar-lhe quanto — és rica e bela.

Outros andam o teu sublime aspeito
De ornamentos estranhos encobrindo,
Ocultando o que tens de mais perfeito
E de mais precioso e de mais lindo :
¿Como direi que és tu ? Triste, o duvido,
E não te reconheço,
Se o teu valor e preço — jaz perdido.

Quanta e quamanha dor me surge e nasce
De nunca ouvir aquele antigo estilo ;
Mas eu fiz que êle aqui se renovasse
Para que o mundo agora possa ouvi-lo.

E com todo o poder de engenho e arte
Foi sempre o meu desejo
Ver-te qual te ora vejo — e celebrar-te.

Ah! como assim me agradas e me encantas,
Suavissimamente assim gemendo;
E se te outros ofendem vezes tantas,
Embora solitário, eu te defendo:
Eu te defenderei sem ter descanso
E em luta não inglória,
Tu verás que a vitória — e a palma alcanço

E em paga disto, peço-te que exprimas
Quanto neste meu peito vive e mora:
Dá-me versos dulcissimos e rimas
Cheias de branda música sonora,
Dá-me uma voz melodíosa e amena,
Para que eu noute e dia
Cante minha alegria — ou minha pena.

E não quero um som alto e retumbante
Para cantar de Amor ao mundo atento,
Pois não há lingua que de Amor não cante,
Mas nenhuma traduz o meu tormento;
Nenhuma se conhece em que traslade,
Senão em ti sòmente,
Do coração doente — a Saüdade.

(Das *Rimas de José Albano. Cançam a Camoens* e *Ode á Lingua Portuguesa*, Barcelona, MCMXII.)

XX

José Joaquim Nunes

SÔBRE A TRANSFORMAÇÃO DO LATIM EM PORTUGUÊS

É IMPOSSÍVEL fixar a data do aparecimento do idioma de que hoje nos servimos e tem sido instrumento de uma brilhante literatura; tão pouco se pode determinar a época precisa em que os sons do latim popular se transformaram nos portugueses que lhes correspondem; essa transformação não surgiu de-repente, mas foi-se operando lentamente. Como qualquer ser vivo que, antes de atingir a forma que o distingue dos outros, passa por fases diversas, que lhe vão alterando as feições, as línguas, antes de se fixarem, sofrem sucessivas e constantes modificações. Assim, por exemplo, entre os vocábulos latinos *fa-*

ctu — e *falce* — e os actuais *feito* e *fouce*, devem admitir-se os intermédios *faito* e *fauce*. Igualmente *pessoa*, v. g., não surgiu de um jacto de *persona* —; esta palavra, na bôca da plebe romana, soava *pessona* —, daqui, pela ressonância especial comunicada à vogal pela nasal seguinte, passou a *pessõa* e desta forma à actual, donde três estádios para o mesmo vocábulo, sem que se possa determinar quando um desapareceu para dar lugar ao outro. Mas que a nossa língua já existia no século IX, provam-no os documentos que dessa data afastada nos restam. Escritos embora em latim bárbaro e com muitas fórmulas comuns a outras nações, como não podia deixar de suceder, tratando-se de usos idênticos, aparecem nêles já, (além de vocábulos que o notário evidentemente latinizou por forma grosseira, levado pela comparação com outros de terminação idêntica, como *ovelia* por *ovis*, sob influência de *filha*, em latim *filia)* muitos com feição e cunho verdadeiramente portugueses. Só do século XII em diante é que começam a aparecer documentos escritos por completo ou quási por completo em português, sem que todavia se

pusesse totalmente de parte o latim bárbaro, que ainda persistiu por muito tempo. Quási pela mesma época, a poesia, sobretudo, apodera-se da língua falada pelo povo e eleva-a à dignidade de literária. Como já sucedera em Roma com o latim, segundo vimos atrás, o português desde então scinde-se e toma duas feições, que cada vez se vão afastando mais, a *popular* e a *literária* ou *culta*, as quais têm chegado até nós. Fixando-a pela escrita, a literatura veio não só em parte pôr um dique às transformações fonéticas, que necessàriamente continuariam a operar-se com a mesma fôrça que antes, mas sobretudo dar-lhe carácter mais alatinado, porquanto, além de proscrever muitos vocábulos de antiga formação popular, que substituiu por outros de formação nova e inteiramente artificial, introduziu também bastantes cultos. Aqui, como lá fora, a leitura dos livros latinos, especialmente os de carácter religioso, nunca cessou; dessa leitura havia de forçosamente ressentir-se a língua literária. Com efeito, precisando de traduzir para vulgar, ou *romance*, como então se dizia, algumas dessas obras, os respectivos tra-

dutores, ou porque a língua popular lhes não oferecia equivalente ao têrmo latino, ou por prurido de erudição, trasladavam-no para português, dando-lhe na maioria dos casos feição nacional, mas que no em-tanto não passava de artificial. E que essas traduções estavam muito em voga na Idade-Média, dá-nos disso testemunho el-rei D. Duarte, que no seu *Leal Conselheiro* chega a formular as regras para bem traduzir (1). É a estes vocábulos, que o cultivo do latim introduziu na língua quási desde o seu aparecimento, mas principalmente nos séculos XIV e XV, que se dá o nome de *cultos*. A par dêstes, outros há cujas modificações foram superiores, mas que, apesar disso, entraram na língua, não pelo ouvido, mas pela leitura e em data mais antiga; são os *semi-cultos*. Tanto uns como outros distinguem-se dos que constituem a base da língua — os *populares* — cuja introdução no léxico coïncide com o período da sua formação e que revelam evolução espontânea e gradual, ao contrário dos

(1) V. «Paladinos da Linguagem», vol. I, cap. I.

utros, que apresentam aspecto artifi-
ial e portanto forçado. Assim, compa-
ando, por exemplo, as palavras *noite*,
rio, *pessoa*, *pé*, etc., com *nocturno*, *fri-*
ido, *personificar*, *pedal*, etc., reconhece-
nos logo à primeira vista que foi dife-
ente a maneira do seu tratamento e que
na sua evolução seguiram caminho di-
verso, donde lhes resultou aspecto espe-
cial e por vezes tão peculiar, que nem
sempre é visível, logo à primeira ins-
pecção, o laço que os prende, como su-
cede, v. g., a *quelha* e *tanchar*, que apa-
rentemente não mostram relação alguma
com *canal* e *plantar*. Ainda com relação
aos vocábulos populares, cumpre obser-
var que não datam todos da mesma época;
uns fizeram a sua entrada na língua,
quando outros, havia muito, nela tinham
assento e morada, pois só assim se ex-
plica que sons idênticos fôssem tratados
diferentemente, como se vê em *artelho* e
artigo, representantes ambos do latim
articulus. Vocábulos há, até, que conhe-
ceram as três fases: popular, semi-culta
e culta; outros, apenas as duas primeiras.
Dêste facto resultou aparecer actualmente
na língua o mesmo vocábulo latino sob

formas diferentes, dando assim origem aos chamados *divergentes* ou *alótropos*. Estão neste caso *vêzo*, *viço* e *vício*, *relha*, *regra* e *régua*, além de outros muitos, os quais correspondem a uma única forma latina, que para os citados é *vitiu* e *regula*.

Os fenómenos que resumidamente acabamos de mencionar dão à língua duas fases que, embora se não distingam essencialmente uma da outra, apresentam contudo caracteres suficientes para se estabelecer separação entre elas; são: a *arcaica*, que se estende do século XII aos meados do século XVI; e a *moderna*, que, principiando então, continua nos nossos dias. Mas, porque a língua, antes de ser fixada pela escrita, já existia, segundo vimos, poderemos admitir outras duas fases anteriores àquelas, a saber: a *pre-histórica*, que abrange todo o período da formação da língua, no qual esta se nos não revela; e a *proto-histórica*, que vai desde o século IX até ao XII, espaço de tempo êste no qual só a conhecemos pelos escritos em latim bárbaro.

(Do Compêndio de Gramática Histórica Portuguesa (Fonética-Morfologia), Lisboa, 1919; pág. 13 e ss.)

XXI

José Júlio da Silva Ramos

Da Academia Brasileira

A REFORMA ORTOGRÁFICA

No final de uma carta que dirigi ao meu illustre colega e amigo Dr. Alfredo Gomes (1) pelo jornal *A Noite*, de 2 de Fevereiro de 1916, a propósito da reforma ortográfica portuguesa, lancei os seguintes períodos:

«No Brasil, só se compreende um combate sério e digno à ortografia oficial portuguesa e é a êsse que eu repto a Alfredo Gomes e a todos os meus colegas e adversários daquela maneira de grafar, e vem a ser que para a primeira arremetida ponham em linha de batalha todos os

---

(1) Prof. da Escola Normal do Rio de Janeiro, adversário da nova ortografia portuguesa.

vocábulos, cuja grafia legítima portu-
guesa ataque, ofenda, magoe, ou seque
melindre a pronúncia normal brasileira.

«Tudo o que não fôr terçar armas nest
terreno poderá constituir um torneio as-
saz interessante para entretenimento d
galeria, mas muito inferior ao mereci-
mento dos contendores.»

O primeiro período era um meio indi-
recto de me esquivar a pendências, cer-
tíssimo, como estava, e ainda estou,
comigo os eminentes mestres que perfi-
lharam aquele sistema no Brasil, de qu
não existe um único vocábulo naquela
condições. Se, entretanto, me apontassem
um só que fôsse, lealmente me confessa-
ria vencido, e ainda nessa hipótese evita-
ria o combate.

No segundo período deixava bem as-
sente que considerava qualquer disputa
que não tivesse aquela base, *inferior ao
merecimento dos contendores* e, quando
muito, *interessante para entretenimento
da galeria;* com o que pretendia excluir
da arena, no mesmo lance, a mim e aos
meus colegas da categoria do professor
Alfredo Gomes, por entender que nenhum
dêles se sujeitaria, como eu declarava não

me sujeitar, a terçar armas para exclusivo regalo da multidão.

Uma transcrição daquele final da carta em o jornal *A Noite* de 7 de Dezembro do ano findo, reproduzido ainda no N.º 3 da presente *Revista*, sugeriu ao Dr. Alfredo Gomes o artigo publicado no N.º 4 desta mesma *Revista*, no qual, dispensando-se de apontar um único vocábulo que *magoe, ataque, ofenda ou sequer melindre* a pronúncia normal brasileira, é êle que magoa, ataca, ofende e melindra, sem piedade, aquele inocente sistema de grafar, o que é muito diferente.

Não tendo o meu preclaro colega aceitado a condição prévia que lhe propus, para que eu me considerasse vencido, há-de me permitir que, sem quebra da deferência que devo a um confrade a quem tanto prezo, me recuse, por minha vez, a defrontar-me com êle, no terreno para onde me pretende levar.

Tal abstenção origina-se das seguintes causas, que assinalarei discriminando-as com as letras *a, b, c, d, e, f, g, h;* e, se me fico por esta altura do alfabeto, é para não maçar mais a quem me ler. Vejamo-las:

a) Há cinqüenta anos que assisto, umas vezes com delícia, outras vezes com lástima, nos últimos tempos com indiferença, a refregas entre gramáticos, e nunca, até ao presente, vi que algum dêles se tivesse confessado vencido, ou que da peleja se houvesse apurado uma parcela de conhecimento útil. É muito raro que, esgotados os argumentos, não recorram as partes a doestos; e, quanto mais os lutadores se encarniçam, mais o público os assanha, com a mesma curiosidade selvagem, ao vê-los renhir, com que assiste a uma briga de galos. E quem está de fora ri, ri, ri; o que seria para os que se atacam o maior castigo, sê, no ardor da lide, não perdessem a noção do ridículo. É glória estulta a que sempre me furtei.

b) Decretada pelo govêrno português a ortografia offcial da lingua portuguesa, o catedrático de idioma vernáculo no Internato do Colégio Pedro II, (1) não pensou, um instante sequer, que lhe fôsse permitido evadir-se ao cumprimento da

(1) Prof. Silva Ramos, isto é: o próprio autor dêste artigo.

lei, e, desde logo, adoptou aquela grafia para seu uso e a aconselhou aos seus discípulos das classes adiantadas, sem, todavia, pretender torná-la obrigatória, além de outras razões, porque, devendo os candidatos a admissão àquele instituto prestar prova de habilitação na espécie, e não se havendo ministrado até agora aquele ensino na escola primária, fôra absurda tal exigência. Uma hipótese única, em que a lei portuguesa haveria que sofrer restrições no nosso país, por mais que a ela nos desejássemos submeter, avultou ao espírito daquele professor: o caso em que a grafia decretada pelo govêrno português se opusesse à nossa pronúncia. E, nesse sentido, concitei os meus colegas com autoridade na matéria, personalizando um dos mais conspícuos, a convergirem o seu esfôrço no descobrimento de algum vocábulo que, para obedecer à nossa prosódia, se não devesse submeter àquela lei. Não acederam ao meu convite; não podem, portanto, estranhar que, por meu turno, me recuse ao seu. E ainda porque:

c) Não há discussão que se não possa prolongar indefinidamente, quando os li-

tigantes, como se daria no caso presente, se colocam cada qual em ponto de vista extremo, por maneira que poderão levar tôda a vida a esgrimir no ar, o que é irresistivelmente cómico, quando se não firam às cegas, o que é profundamente doloroso.

Vem a ponto, para refrescar a aridez do assunto, um apólogo que li, quando estudante, numa selecta inglêsa, e que um tal Júlio Valmor aproveitou para uma crónica da antiga revista *A Semana:* No tempo da cavalaria andante, dois cavaleiros, armados de ponto em branco e procedentes de partes opostas, encontraram-se numa encruzilhada em cujo vértice se via erecta uma estátua da Vitória, a qual empunhava em uma das mãos uma lança, em-quanto a outra sobraçava um escudo. Como tivessem estacado, cada um de seu lado, exclamaram ao mesmo tempo: «¡Que rico escudo de ouro!» — «¡Que rico escudo de prata!» — «¿Como de prata, não vê que é de ouro?» — «¿Como de ouro, não vê que é de prata?» — «O cavaleiro é cego» — «O cavaleiro é que não tem olhos.» — Palavra puxa palavra, arremessam-se um contra

o outro em combate singular, até tombarem gravemente feridos. Nisto passa um derviz, que, depois de os pensar com tôda a humanidade, inquire dêles o motivo do duelo. «É que o cavaleiro afirma que aquele escudo é de ouro.» — É o cavaleiro que sustenta que aquele escudo é de prata.»

— Pois, meus irmãos, observou o muçulmano, ambos tendes razão e nenhum de vós a tem; todo êste sangue se teria poupado, se cada qual se tivesse dado ao incómodo de passar para o lado oposto. Dora em diante, não entreis mais em pendência, sem haverdes considerado bem tôdas as faces da questão.

d) A ortografia oficial portuguesa é obra de grandes sumidades em lingüística, entre as quais avultam colaboradores da *Gramática Comparada das Línguas Românicas* de Meyer-Lübke, a maior autoridade em romanismo.

Seria, portanto, presumir muito de si o catedrático do Internato Pedro II, imaginar, por um momento, que obra de tamanho porte e que não necessita da defesa de quem quer que seja, estivesse à espera que lhe acudisse o ínfimo dos dis-

cípulos daqueles grandes mestres. Não, que êle tem muito presente a fábula da mosca e do carro, e, na absoluta certeza de que a reforma vingaria a ladeira de preconceitos acumulados por algumas gerações, jamais tomaria para si o papel do insecto jactancioso, para fazer crer que ao seu esfôrço se devia o agigantado da emprêsa.

e) Tôdas as objecções possíveis à ortografia oficial portuguesa se acham previstas e prevenidas no *Prefácio* do VOCABULÁRIO ORTOGRÁFICO E REMISSIVO DA LÍNGUA PORTUGUESA. Não se compreende que aos altos espíritos que o conceberam não tivessem ocorrido as dificuldades acessíveis ao comum dos mortais. Se os autores da reforma não lograram convencer o egrégio catedrático da Escola Normal, ¿quem tentará tal emprêsa?

f) ¿A que tribunal confiaria o professor Alfredo Gomes a decisão de um pleito de tal natureza? É verdade que, no seu artigo, assim se exprime: «O público ledor e imparcial resolverá a contenda.» Não, meu caro colega, por honra do seu nome, há-de me permitir que, neste caso particular, eu descreia da sua sinceri-

dade. Não gasta um homem quarenta anos da sua existência em lucubrações da ordem daquelas a que tem consagrado a sua vida; não adquire, como adquiriu com justo título, um renome que lhe granjeou a estima e o acatamento de que se vê cercado por milhares de discípulos, para haver de entregar a sua causa a amadores e curiosos, quando mesmo se não queira compreender naquele público de ledores os que apenas leem mal. Não. É que o meu colega muito bem sabe que todo aquele que se rebele contra uma ordem emanada de autoridade superior e competente, pode contar que o secundará a vozearia da turba que, sem indagar de razões, vai logo gritando: *¡ Não pode !*

g) Os adversários da grafia oficial portuguesa falam todos de sciência própria, ao passo que os que entre nós a adoptam: os professores Mário Barreto, catedrático do Colégio Militar, Sousa da Silveira, docente da Escola Normal, e êste que vai discorrendo por aqui a fora, consideram-se simples discípulos das altas personalidades que engendraram a reforma, pelo que, se não houvessem resolvido, desde a primeira hora, praticar aquela

grafia, caroáveis como todos são mais de aprender do que de altercar, o melhor que tinham que fazer não era discutirem, mas muito simplesmente colocarem em um dos pratos da balança ideal, em que estas cousas se pesam, os fundamentos da reforma, no outro as ponderações dos adversários daquele código, verificarem para que lado pendia e decidirem-se pela graveza.

h) Por último, quando eu houvesse esgotado tôda a minha retórica, dialéctica, hermenêutica e lingüística, restaria sempre ao meu adversário um argumento esmagador: a minha suspeição, por haver sido educado em Portugal, cuja língua me prezo de falar, e o meu ouvido rebelde ao português do Brasil.

(Da *Rev. de Língua Port.*, n.º 5, Rio, 1920, pág. 95 e ss.)

XXII

José Leite de Vasconcelos

EXTENSÃO GEOGRÁFICA DO PORTUGUÊS

O PORTUGUÊS é falado em grande área: no Continente e ilhas adjacentes, em algumas partes da raia espanhola, no Brasil, nas nossas colónias, e em várias outras regiões da Ásia, da África, etc. Também outrora foi falado em cidades da Itália, da França, da Inglaterra, da Alemanha, da Holanda, pelos Judeus de origem portuguesa.

Em tão grande extensão territorial não pode esperar-se que exista uniformidade idiomática. De facto, no Continente há variações dialectais do Norte para Sul: o Minhoto, o Trasmontano, o Beirão, falam de um modo, ou de muitos modos; os Meridionais (Extremenhos, Alentejanos, Algarvios) falam de outro, ou outros. Nas ilhas (Açores e Madeira), para onde o português foi levado pelos marinheiros e

colonizadores do século XV, notam-se variações análogas. Com a propagação da nossa língua nas longínquas regiões de além-mar, ela scindiu-se muito desvairadamente: aqui ouvimos o falar brasileiro; ali os romances crioulos da costa e arquipélagos de África; mais além os de Ceilão, da Índia e do Extremo-Oriente.

¡Grande povo, que assim deixou sua alma *por o mundo em pedaços repartida!* (Camões, Canção X). ¡ Vigorosa língua, que no decurso de cinco séculos tem resistido, mais ou menos, ao embate de outras, e servido para exprimir as crenças, as paixões, as ideias, das mais desencontradas nações da terra!

(*Lições de Filologia Portuguesa*, Lisboa, 1911, pág. 19.)

A CRISE DA LINGUAGEM

A língua portuguesa acha-se na actualidade em grave crise: combatida pela francesa, e sem arrimo clássico, perde gradualmente a correcção e riqueza ori-

ginárias. Os escritores esquecem-se de ordinário que escrever para o público é uma arte, que precisa de aprendizagem. O talento cria-o a natureza, mas se êle não se cultivar, produzirá obras informes. O instrumento de uma literatura é a língua; sabê-la bem, constitui por conseguinte a primeira condição para bem escrever.

Alcança-se na mor parte o conhecimento da língua portuguesa com a lição circunspecta dos bons livros dos séculos XVI e XVII, os quais, por seu turno, devem no campo estético à literatura da Antiguidade o prestígio de que gozam, pois que, além de nos sons, fórmulas, vocábulos, sintaxe, ser o português uma das transformações populares do latim, recebeu, desde muito cedo, e paralelamente, influência dêle por intermédio dos livros, e continuou a recebê-la até agora. Esta influência modificou muito o léxico, o estilo, e um tanto a gramática: daí depende a diferença que notamos, por exemplo, entre uma cantiga aldeã e uma oitava de António Ferreira; entre um adágio ouvido a uma velha e uma sentença de Amador Arráiz; entre um recado que um servo

nos transmite e um discurso de Garrett. Á primeira vista parecerá estranho que em pleno século XX, na prelecção inaugural de uma cadeira da Universidade de Lisboa, eu aconselhe a rapazes, possuídos de todo o nervosismo da vida moderna, a consulta de autores a quem os que menos os freqüentam põem fàcilmente e sem pejo a alcunha de cediços, mofentos, embolorecidos. Longe de ir contra a corrente, acompanho-a; o que pretendo é que se não estrague a nossa língua, que forma um dos mais vigorosos vínculos da nacionalidade. Compulsar os quinhentistas e os seiscentistas, para nêles colher o que tiver valor, e o que não contrariar, e pelo contrário dirigir, a evolução actual da língua, não é de modo algum andar para trás, é progredir: a civilização de cada época resulta sempre da das anteriores; utilizando-se os bens desta, amplia-se aquela...

(*Da importância do latim*, Lisboa, 1911, pág. XII.)

XXIII

José Maria da Costa e Silva

(1810-1854)

DA LÍNGUA PORTUGUESA, E SUA ÍNDOLE

PORTUGAL e Galiza falaram a mesma língua; é a história quem testifica esta asserção. Todos os antigos escritores espanhóis chamam *língua galega*, ou *língua portuguesa*, ao idioma das duas nações; daqui vem que *Macias el enamorado* é contado por uns entre Poetas Galegos, e por outros entre Poetas Portugueses; daqui vem dizerem uns que El-Rei D. Afonso, o Sábio, escrevera grande número de cantigas para música em Galego, ao passo que outros dizem que foram escritas em Português; mas a

verdade é que todos dizem a mesma cousa, usando denominações diferentes.

Mas ¿qual é a razão, preguntará alguém, por que o mesmo idioma aparece outro na bôca das duas nações de quem êle é a linguagem natural? A razão é mui fácil de deduzir. Portugal constituiu-se reino sôbre si; teve, e tem tido, independência e literatura; a Galiza ficou sempre província de Espanha. Portugal pôde por isso cultivar a sua língua, regularizá-la, opulentá-la com muitos vocábulos latinos, gregos, e de outras nações; apurar a sua sintaxe, e tornar flexível e harmoniosa a sua prosódia. Galiza, que nunca teve independência, nem literatura própria, não pôde fazer outro tanto; os homens sábios que tem produzido escreveram em castelhano; a língua popular, circunscrita aos usos caseiros e às necessidades do vulgo, foi condenada a ficar na sua rudeza e na sua barbarez primitiva, de que só poderá sair, se por algum caso inesperado tornar a unir-se connosco.

Apesar, contudo, dessa barbarez e rudeza, ela foi sempre julgada mais suave e mais harmoniosa que o antigo caste-

lhano, pois vemos que nesses tempos remotos era preferida, mesmo na côrte dos reis de Castela, para as poesias eróticas, e para as que se destinavam para serem acompanhadas pelo canto.

* * *

No estado actual das cousas, parece-me que pouco deve importar-nos se falamos um dialecto latino, céltico, suevo, alano, ou godo; o que nos interessa é que temos a fortuna de possuir uma das mais belas línguas da Europa moderna; uma língua, que tem uma sintaxe regular e simples; verbos cujas terminações variadas designam as pessoas em todos os modos e tempos; que para figurar na oração, sem prejuízo da clareza, não necessitam de ser acompanhados dos pronomes, como no inglês e francês; uma língua rica de termos, e frases pituresca e enérgicas; de vozes dactílicas, e compostas de duas, três, e mais dições, e que pode formar outras, quando lhe convém, tornando-se mais concisa; que tem pronunciação clara e harmoniosa, sem

engasgo mourisco como a castelhana, sem ser ouriçada de consoantes, como a maior parte das línguas setentrionais.

Abunda além disso a língua portuguesa em variadas rimas, sem que precise usar delas, pois não há nenhuma em que saiam tão bem os versos soltos; pode, à vontade do escritor, empregar os artigos, ou prescindir dêles; usar da inversão, ou seguir a ordem natural. E' instrumento próprio para todos os assuntos, acomoda-se à música como a italiana, e na prosa e na poesia se apresenta igualmente brilhante.

Vêde-a, no singelo arreio do diálogo familiar:

«E eu, se vos não encontrara, ainda não tinha entendido o vosso moço; porque de maneira embaraçou o que me mandáveis dizer, que nem por discrição pude tirar o recado: nem vos desfaçais dêle para os que forem de importância, que vale a pêso de ouro.

«A isto se começaram todos a rir, e tornou Solino: «O meu moço, senhor D. Júlio, tem desculpa em ser néscio, porque

é meu moço; que, se soubera mais, eu o serviria a êle. Mas os criados dos Grandes, como vós, êsses hão-de ser discretos, pois são tão bons como eu; e contudo eu vos sei dizer, que há aqui moço que no dar um recado o poderá fazer como o que lá mandei, que não é dos piores da sua ralé, e já se entremete a ler carta mandadeira; mas nos recados ainda agora lê por nomes, e não o acerta a nenhuma cousa.»

Francisco Rodrigues Lobo, Côrte na Aldeia.

Como se molda igualmente ao estilo epistolar conciso e singelo, nesta carta, que Afonso de Albuquerque, à beira da sepultura, escreve a El-Rei D. Manoel:

«Senhor, esta é a derradeira, que com os soluços da morte escrevo a V. A., de quantas com espírito de vida lhe tenho escrito, pela ter livre da confusão desta derradeira hora, e muito contente na ocupação do seu serviço.

«Nesse Reino deixei um filho, por nome Brás de Albuquerque, ao qual peço a

V. Alteza que o faça grande, como lho meus serviços merecem. Quanto às cousas da Índia, ela falará por si e por mim.»

Barros, Década. 2. *L.* 8.

Com a mesma facilidade se eleva ao estilo oratório, como se vê do exórdio do discurso de Coge Çofar aos seus soldados:

«Companheiros e amigos: não vos ensinarei a temer, nem a desprezar êsses poucos portugueses, que dentro daqueles muros estais vendo encarcerados, porque não chegam a ser mais que homens, ainda que são soldados.

«Em todo o Oriente atègora os acompanhou ou serviu a fortuna, e a fama das primeiras vitórias lhes facilitou as outras. Com limitado poder fazem guerra ao mundo, não podendo naturalmente durar muito um império sem fôrças, sustentado na opinião, ou fraqueza dos que lhe são sujeitos. Apenas teem quinhentos homens naquela fortaleza, os mais dêles soldados de presídio, que sempre costumam ser os pobres ou os

inúteis; por terra não podem ter socorro; os do mar lhe tem vedado o inverno.»

Jacinto Freire.

Vêde como se apresenta clara e majestosa, nesta descrição de Ormuz, e como os vocábulos se deslisam uns após outros, sem a menor dissonância ou aspereza:

«A cidade de Ormuz está situada em uma pequena ilha, que jaz na garganta de dentro do estreito do mar Pérsico, tão perto da costa da terra da Pérsia, que haverá de uma a outra três léguas, e dez da outra da Arábia; e terá em roda pouco mais de três léguas: tôda mui estéril, e a maior parte uma maneira de sal e enxofre, sem naturalmente ter um ramo ou erva verde.

«A cidade em si é mui magnífica em edifícios, grossa em trato, por ser uma escala onde concorrem tôdalas mercadorias orientais e ocidentais, a ela; e as que veem da Pérsia, Arménia e Tartárica, que lhe jazem ao norte: de maneira que não tendo a ilha em si cousa própria, por carreto tem em si tôdalas estimadas do mundo.

Porque até a água, cousa tão comum, tirando alguma de três poços e cisternas, tôda lhe vem da terra firme da Pérsia, dela em vasilhas, e outra sôlta em barcas, com tôda a hortaliça, verdura, fruta verde e serôdia que despende, que é em abundância; assim da comarca, que êles chamam Mogostão, como destas ilhas que tem por vizinhas, Quixome, e Sara, e outras, com que a cidade é tão vistosa e abastada, que dizem os moradores dela que o mundo é um anel, e Ormuz uma pedra preciosa engastada nêle.»

Barros, Década 2.ª

¿Poderá achar-se uma descrição mais campestremente pinturesca que a seguinte? ¿Não compete ela no colorido com a melhor poesia?:

«Pela parte por onde vem descendo o rio Lis, antes de chegar aos espaçosos vales que vai regando com a sua corrente, toma um estreito caminho entre altos arvoredos, onde com profundo sossêgo se detém, até chegar à queda de uma alta penedia; e ali, repartidas as águas, medrosas vão fugindo por entre

as raízes de amargosas nogueiras; outras, oferecendo-se aos penedos, com saudoso som estão nêles quebrando, e depois ficam derramadas em dois ribeiros: o maior, depois de muitas voltas, se vai encontrar primeiro com as águas de que se apartou entre altos ciprestes e loureiros; o outro, ao voltar de um vale, se vai encostando a uma alta rocha por baixo de espêssas aveleiras; e esperando as águas umas pelas outras, descobrem a bôca de uma lapa encoberta entre ramos, que vai por baixo do chão uma légua; e nesta havia fama que vivia um sábio de muita idade, que por encantamento a fabricara.»

Lobo.

Nas narrações, quando feitas por homens de talento, se mostra a língua portuguesa cheia de concisão, de fôrça e de perspicuidade. Daremos um exemplo, tirado de um dos nossos mais afamados historiadores:

«Não foi menos estimado outro encontro, que Lopo Mendes de Vasconcelos, morador de Arzila e criado do Conde de

Redondo, teve com três fustas dos Mouros de Veles, andando por Capitão de uma caravela, de duas que êste ano mandara El-Rei ficar de guarda no Estreito.

«Navegava para a Vala; acalmou-lhe o vento, e cerrou-se juntamente o dia entre ela e Tagadarte; começavam os companheiros a picar os remos; senão quando se vêem investidas de três fustas que, havendo vista dela ao mar, se tinham escondido no rio, esperando ocasião de a saltearem. Foi acometimento súbito; vinham os nossos descuidados. Espertou-os a grita dos Mouros, e os golpes com que os esporões das fustas vieram quebrar nela. Acudindo às armas, acharam já muitos inimigos, que subiam pela enxárcia, por uma e outra parte. Foi a primeira resistência de espadas e lanças, com que fizeram descer uns, e outros saltar ao mar: e logo, lançando mão de bombas de fogo e panelas de pólvora, fizeram tal lavor nêles, que, arrependidos do jôgo, se foram desviando com muitos queimados e feridos; mas foi a desgraça, que tomou fogo um barril de pólvora, que entre os nossos se pôs sôbre

um chapitéu da popa, para provimento da briga; e entre muitos que derribou e maltratou, ficou queimado no rôsto, e por uma ilharga, o Capitão, o que deu ânimo aos das fustas (vendo as labaredas e cuidando que não haveria quem lhes defendesse a entrada) para tornarem, ainda com maior fúria a cometê-la; porém o Capitão, ainda que atormentado e escaldado do fogo, não se descuidou da sua obrigação; e, acudindo o Piloto Nuno Martins, e seu irmão o Mestre, que eram naturais de Tavila, ambos valentes de ânimo e agigantados de corpo, de maneira menearam as mãos, e jogaram dos instrumentos de fogo, que de todo se apartaram as fustas, levando muitos mortos, feridos e queimados.»

Frei Luis de Sousa, An. de D. João III.

Não é menos natural a rapidez com que Diogo Fernandes, autor da terceira parte da Crónica de Palmeirim de Inglaterra, relata o encontro de alguns cavaleiros:

«E sem gastarem tempo com palavras escusadas, pondo-se cada um no lugar da

justa, se encontraram com tôda a fôrça. Almorol e o Cavaleiro da Fama fizeram as lanças em pedaços; e como ao da Fama lhe faltassem as armas, ferido no peito, veio a terra sem fazer em seu contrário nenhuma mossa; os outros dois, topando-se dos escudos, com as cilhas rebentadas, fizeram companhia ao primeiro; mas não tanto a salvo de seus contrários, que Polendos não perdesse uma estribeira, e Arnedos, perdendo ambas, se não pegasse ao pescoço do cavalo. Foram estes encontros de muito espanto para todos, porque o Cavaleiro da Fama era D. Fregior, filho de El-Rei de Esparta, e os outros dois, Lisco e Danastido, filhos de El-Rei de Moreia, todos três de grande fama nas armas.»

Com que vivas côres, com que robustez e fôrça de expressões, não acudiu a língua portuguesa no nosso Lívio, para traçar a pintura da afronta e pressa, em que os Portugueses se viram entranhados nas ruas de Calecute:

«Era cousa digna de admiração, e para se muito condoer de tão triste caso; por-

que, contemplando obra de seiscentos homens, que tantos seriam os nossos, entalados entre aqueles vales, tanto sobrelevava o fervor do Sol, e a poeira dos pés, e o trabalho, que a noite passada até àquelas horas tinham sofrido, sôbre tôda a fôrça de seu ânimo, que não se podiam defender de até oitenta naires, que pela estrada os perseguiam, derrubando poucos a poucos: é o que era mais miserável, se de cima dos valos lançavam no cardume dos nossos um zaguncho, uma seta, uma pedrada, nunca dava em chão, e qualquer que acurvava, os pés de todos, trilhando, ó acabavam de matar. Finalmente aqui dois, ali quatro, seis, oito, sempre foram caindo, até que saíram daquela estreiteza do vale ao largo da cidade, a qual, ainda que ardia em fogo, menos sentiram o que nela andava, que aquele forno de morte, donde vinham afogados e cegos de sêde e pó. E vendo neste largo quam poucos eram os inimigos que os perseguiam, fizeram rôsto a êles; com que converteram parte da soltura que traziam em fugir, e não em cometer, como dantes faziam.»

Barros, Década 2.ª

Igual, se não superior a esta, é a pintura patética que Frei Bernardo de Brito traçou de Rei Rodrigo, escapando da funesta batalha de Guadaletes, e refugiando-se em um mosteiro, de que a maior parte dos monges havia fugido com a preciosidade da casa:

«Chegado o Rei a êste lugar com o desejo de achar alguma consolação para seu espírito, encontrou matéria de maior lástima; porque os monges, atemorizados com a nova, que chegara poucos dias antes, e solícitos por salvar os ornamentos e cousas sagradas, uns eram já fugidos para dentro de Mérida, outros se retiravam pela terra dentro, buscando guarida em outro convento; e os menos aguardavam o fim do negócio dentro do mosteiro, desejosos de acabar a vida pela honra e defensão da Fé Católica, dentro naquele santuário.

«Entrou El-Rei na Igreja; e, vendo-a nua de ornamentos, e desempeçada de religiosos, se pôs em oração com tanta dor e angústia, que, desfeito em lágrimas, se não lembrava de que podia ser ouvido de alguma pessoa, a quem o excesso delas

desse conhecimento de quem podia ser; e como a fraqueza de não ter comido alguns dias, o desfalecimento de cérebro pela falta de sono, e o quebrantamento de caminhar a pé lhe tivessem as fôrças debilitadas, se lhe cerraram os espíritos de maneira que ficou em terra com um desmaio, em que esteve privado dos sentidos, até o achar ali um monge antigo.»

Brito.

Mas é com especialidade na poesia que a língua portuguesa desenvolve todos os seus recursos, e alardeia as suas riquezas e a sua formosura, moldando-se a todos os assuntos, e dobrando-se como cera a tôda a qualidade de metros, tanto nacionais como estranjeiros; e, ou ajudada da rima, ou prescindindo dela, mostrando sempre uma harmonia, que debalde se procurará em tôdas as línguas da Europa moderna, se exceptuarmos a toscana. Espero que o Leitor, nos numerosos trechos citados nesta obra, encontrará superabundantes provas desta minha asserção. Vergonha é que, tendo a nossa versificação subido ao ponto mais perfeito nos poemas de Camões, Bocage,

Garção e Francisco Manuel, a maior parte dos Poetas actuais, entre os quais se contam muitos mancebos de grande talento e grandes esperanças, tenham (assim o parece) dado as mãos para a fazer retrogradar para a rudeza e imperfeição de Sá de Miranda, chegando a sua negligência da arte versificatória ao excesso de nos darem poemas, aliás cheios de belezas, manchados de versos prosaicos, duros, e o que é mais ainda, ¡sem a devida quantidade! Não quero fazer o processo aos vivos, mas se isso entrasse nos meus princípios, bem poucos, nenhum talvez, de quantos teem escrito versos nestes últimos vinte e cinco anos apareceriam isentos de culpa, perante o tribunal mesmo da crítica mais indulgente.

Há uma preocupação, de longo tempo estabelecida, que tende a desabonar a nossa língua, porque sendo só própria de um pequeno reino, não permite grande fama aos que nela escrevem, por ser idioma falado por poucos, e pouco conhecido de estranhos. Talvez a êste preconceito se deva a mania de escrever em castelhano, que dominou os nossos lite-

ratos até ao reinado de El-Rei D. João V. Estou certo que êles não preferiram o espanhol ao português, porque desprezassem êste, ou julgassem que o castelhano lhe era superior, mas porque o tinham por língua mais conhecida: era sêde de glória, que sufocava nêles o amor da pátria.

Mas além de que não há língua, que de desconhecida se não torne conhecida e estudada, quando nela se escrevem obras de interêsse, e muito transcendentes, não é a língua portuguesa tão ignorada como a pretendem figurar. Os Judeus, emigrados de Portugal, a teem difundido na Holanda, onde se não servem de outra em suas sinagogas e actos públicos. Os literatos alemães a estudam tanto como a castelhana; em Hamburgo está tão generalizada, que até as mulheres a falam. Os livros portugueses são familiares aos Inglêses instruídos. As obras de Sismondi, de Raynnouard, de Villemain, de Ferdinand Denis, e as muitas traduções de escritos nossos, que se teem publicado em França, mostram que a nossa literatura se tem tornado objecto de mui curioso estudo naquele país, e é de esperar

que o conhecimento da nossa língua se vulgarize cada vez mais.

As nossas armas, os nossos missionários, e os nossos estabelecimentos na Costa de África ali a teem tornado usual.

Além disso, o português é a língua comercial da Ásia, e mais conhecida e falada na Índia, que qualquer outra das línguas europeias. Fala-se em Macau, nas Filipinas, nas Malucas, e em todos os reinos que bordam a Áurea Quersoneso.

O português é finalmente o idioma do vastíssimo império do Brasil, cuja povoação, de muitos milhões de indivíduos, vai em progresso ascendente; ali é cultivada e usada por inumeráveis escritores, que ora ali florescem, e vão lançando as bases de uma rica literatura; com o Brasil pegam as antigas colónias espanholas, hoje divididas em muitas repúblicas, onde a língua lusitana é tão conhecida e entendida como na Espanha, pela mesma razão da semelhança e afinidade de ambas as falas. E à vista destas considerações, não podemos deixar de confessar que haverá poucas línguas que sejam entendidas em tão longo espaço do mundo, e faladas por tantos indivíduos.

Cuidem pois os Portugueses em compor obras de génio e de proveito, e não receiem de que haja falta de quem as leia, de quem as entenda e de quem lhes tribute os devidos aplausos.

(Do *Ensaio biographico-critico sobre os melhores poetas port.*, Tômo I, Lisb., 1850, pág. 17 e ss.)

XXIV

José Maria Rodrigues

O IMPERFEITO DO CONJUNTIVO E O INFINITO PESSOAL NO PORTUGUÊS

É DOUTRINA corrente em filologia românica que o imperfeito do conjuntivo latino apenas se conservou no logudorês, um dos dialectos do sardo....

.... Parece, porém, que não é difícil demonstrar que houve e há ainda no português um imperfeito do conjuntivo, derivado do correspondente tempo latino e tendo, portanto, o aspecto de um presente do infinito.

Comecemos pelos escritores dos séculos XV e XVI, e seja o primeiro Fernão Lopes. No capítulo CLXXVIII da *Primeira parte da Cronica delRei Dom Joam de boa memoria* diz êle:

«Mas a esto nom mimguava quem

rrespomder muitas rrazões...». *Quem responder* eqüivale, como se vê, a *quem respondesse*. É o latim *responderet*, não substituído pelo mais-que-perfeito *respondisset* (1)...

.... Nos *Lusíadas* já se não encontra o imperfeito do conjuntivo em orações conjuncionais. Mas o tempo lá aparece, por exemplo, em IV, 48, 3:

> ... não tendo a quem *vencer* na terra,
> Vai cometer as ondas do oceano.

Em conclusão: nos escritores portugueses dos séculos XV e XVI aparece com freqüência uma forma verbal derivada do imperfeito do conjuntivo latino.

.... Não é, pois, de estranhar que nos séculos XV e XVI se encontrem em alguns dos nossos melhores escritores frases dos seguintes tipos:

a) Deixaram-se estar, *até que verem* que era verdade;

---

(1) Seguem-se no texto original numerosos exemplos ou citações, que omitimos, transcrevendo apenas a doutrina do sábio professor, que resolveu engenhosamente o velho problema da origem do nosso Infinito Pessoal.

b) El-rei sentiu que o infante *não castigar* tais falsidades;

c) Mandou que houvesse capelães *que saírem* sôbre êle; não faltava *quem dizer;*

d) Tinha *em que poder* tratar; deu-lhe *que fazer;* não sabia *que dizer.*

Mas o uso do tempo derivado do imperfeito do conjuntivo latino foi-se restringindo, e dos quatro tipos que ficam apontados só hoje é admitido o último.

.... Outro tipo — *e)* — há ainda a acrescentar: o das interrogativas directas.

Se no português se pode dizer: *não há para que nos determos, não há que temer, não sei que fazer*, segue-se que também não contrariam a índole da língua nacional as preguntas: *para que nos determos? que temer? que fazer?*

.... Confrontando, porém, as frases latinas do tipo *quid facerem?* e as dos tipos *quid huic responderet non habebat* e *nihil habebam quod ad te scriberam* com as correspondentes portuguesas dos tipos *d)* e *e)*, nota-se desde logo que nestas desapareceu a desinência, e com ela a noção do número, da pessoa, do tempo, e até a da voz.

Ao primitivo *não sabia que fazer, não*

sabias que fazeres, etc., sucederam as formas: *eu não sabia que fazer*, *tu não sabias que fazer...*; *êles não sabiam que fazer*, etc. *¿Que fazer?* tanto se pode referir ao passado, como ao presente e ao futuro, e pode ter por sujeito qualquer pessoa de qualquer dos números. E em mais de uma das passagens há pouco citadas do padre Vieira, a forma aparentemente activa tem significação passiva: «As vossas confissões parece que teem *que louvar*, isto é, *que* (mereça) *ser louvado*.

Mas as desinências do imperfeito do conjuntivo, se se desligaram dêste, nem por isso se perderam: foram juntar-se ao presente do infinitivo e deram assim origem a uma das mais interessantes e mais úteis particularidades da nossa língua — o infinito pessoal.

Vejamos como a passagem se operou.

Assim como, por exemplo, neste lugar de João de Barros — *leixarão se estar, té que á custa de seu dano verem que os Mouros lhe dizião verdade* — se passa do conjuntivo para o infinito pela simples supressão do *que* de *té que (té verem= té que verem)*, assim também nas cons-

truções do tipo *placuit ut faceremus* bastaria eliminar o *ut* (eliminação já freqüente no latim) ou substituí-lo por uma preposição, para estarmos em presença do infinito pessoal.

.... O primeiro caso que conheço desta natureza, em um autógrafo, é do ano de 1018. *In era millesima L^a VI^a superuenerunt fratres de uakariza in recardanes pro decernirent hereditatem que hic habebant.*

Vê-se, portanto, que mais de um século antes da fundação da monarquia já o imperfeito do conjuntivo latino aparece transformado em infinito pessoal, e isto por um processo extremamente simples.

Do que fica exposto parece-me poder-se concluir que, relativamente ao português, se deve modificar a doutrina, corrente em filologia românica, de que o imperfeito do conjuntivo latino desapareceu sem deixar vestígios.

Ainda no século XVI êle se empregava em orações conjuncionais e relativas, e hoje mesmo subsiste em determinadas construções, embora atrofiado, sem as desinências pessoais.

Estas passaram para o presente do in-

finito, que, a par da primitiva forma, adquiriu outra, a pessoal, de grande vantagem para a clareza e para a eufonia da frase.

(Do *Boletim da Segunda Classe* da A. das Sc. de Lisb., vol. II.)

XXV

Júlio Brandão

A LINGUAGEM E O POVO

Esta nossa língua portuguesa está a reclamar os seus panegiristas, galhardos paladinos que a defendam e enalteçam, de tal maneira deve andar envergonhada do desprêzo com que tantos a maltratam, e bem saûdosa do vivo amor que tantos lhe sagraram. O autor da «*Côrte na Aldeia*» já clamava com mágoa, quando tecia encómios à sua amada língua: «Para que diga tudo, só um mal tem, e é que, pelo pouco que lhe querem seus naturais, a trazem mais remendada que capa de pedintes.» ¡Que faria se êle a visse agora!

¡É preciso que defendamos a sua pureza e a sua beleza! Não é isto certamente aplaudir «puristas», que a queiram con-

verter em língua morta, nem certos humanistas que jamais compreenderam a vida das palavras, os seus estádios, a sua evolução latente — tôda uma biologia, em-fim, como a de outros seres organizados. O que é indispensável é proteger os seus foros e o seu carácter, neste idioma tam dócil que não há estado-de-alma que não revele, língua tam rica de perspectiva e de sonho, profunda e esbelta, apurada ou enérgica, ave a gorgear nas toadilhas pastorais, ou reboante e magnífica no clangor da epopeia. A língua brota dos sulcos fecundos da terra, para o artista e o poeta a modelarem, insuflando-lhe depois a emoção e a graça. Assim a voz da cotovia matinal que, alando-se da gleba, se dilui no vasto azul dos céus em melodia e sonho...

Bulhão Pato dizia-me que conversava muito com malteses para dar sal à língua. E não há, na verdade, melhor sal que o do povo. É ver, por exemplo, no teatro de Gil Vicente como êle lha tempera e lha faz saborosa!

(Inédito.)

FRANCESIA E MOCIDADE

Como a francesia, sobretudo, invadiu há muito, violentamente, os domínios da gramática nacional, é indispensável pôr em relêvo, defendendo-os, êsses valores pròpriamente gramaticais — não com aquela teimosa intransigência que esbarra contra a própria vida e evolução da linguagem, mas com a prudência e o bom senso que possam encaminhar a chusma dos leitores ignorantes, que não a outra, muito mais perniciosa e burlesca, dos escrevinhadores e ledores *dernier cri*. A rapaziada é ingrata, nisto como em tudo: na defesa ardente de todos os disparates de escola e de grupo, em letras como em artes, sem se lembrar de que só mais tarde escritores e artistas cristalizam em formas definitivas, sendo certo também que de tôdas as inovações e revoluções literárias ou estéticas alguma coisa se salva, e alguma coisa fica entre os excessos, as tolices ou os ridículos.

(De *O Primeiro de Janeiro*, Pôrto, 1 de Dezembro de 1921, artigo sôbre o primeiro volume de *Paladinos da Linguagem.)*

SIMPLICIDADE E PODER VERBAL

Arsénio Darmesteter, *Darwin da gramática e do léxico*, já nos afirmava que as palavras guardam o cunho primitivo que lhes deu o pensamento popular. E o delicioso Anatólio France acrescenta: «*Oui, notre langage sort des blés, comme le chant de l' alouette. Le français naquit et se forma dans les travaux de la terre. Il est plein de métaphores empruntées à la vie rustique; il est tout fleuri des fleurs des champs et des bois...*»

... A máxima beleza possível, na máxima simplicidade. Eça de Queiroz seria portanto, sob êsse aspecto crítico, o maior escritor contemporâneo. Mas os aspectos da beleza são múltiplos, e a simplicidade é evidentemente relativa... Cada escritor tem, afinal, o seu vocabulário, o seu estilo; e cada estilo exige também o seu vocabulário.

Nenhum crítico francês deixa de reconhecer em Vítor Hugo *une puissance verbale qui tenait du prodige*. Não acontece o mesmo com Lamartine — para citar outra grande lira de França. Entre nós, o poder verbal de Camilo não tem

paridade com o de Eça. Coteje-se no Brasil o poder verbal de Coelho Netto com o de Machado de Assis. Digo *poder verbal*, não digo *poder expressivo* — pôsto-que todos os escritores citados o possuam em alto grau. Todos vestem literàriamente com gôsto; mas os tecidos são diversos — uns mais triviais, mais raros outros — sem ser preciso, contudo, que usemos de glossários...

... Ocorre dizer que o homem de letras que mais se aproxime do falar cotidiano e, com expressões correntes, crie um estilo novo e de grande relêvo artístico, é o que mais actua nos leitores. A influência de Eça de Queiroz na linguagem moderna foi, positivamente, extraordinária. «*Um estilo específico surgiu como um encanto — um marco de evolução histórica para a língua*», afirma Bruno.

Êsse sortilégio incomparável do estilo de Eça veio sobretudo, cremos nós, do facto apontado, entrando também em linha de conta o seu fundo de poeta lírico, nativo, o seu humorismo delicioso, o seu poder sugestivo e de análise...

(Do mesmo lugar citado acima.)

PUREZA DA LINGUAGEM

Tudo que seja defender e preconizar a beleza e pureza da linguagem é um ótimo serviço feito às Letras. Não quer dizer que êsse louvor, para quem o entenda em sentido mesquinho, deva empecer a vida latejante, a poesia alada, a originalidade e a arte de cada publicista, prendendo-lhe o voo às rebuscas do Léxico. Já Eça de Queiroz dizia a Camilo, na deliciosa carta póstuma, que Camilo não chegou a ler: «Falando de V. Ex.ª, eu considero sempre a sua imaginação, a sua maneira de ver o mundo, o seu sentimento vivo ou confuso da realidade, o seu gôsto, a sua arte de composição, a fraqueza ou a fôrça do seu traço; e, pelo menos, admiro sem reserva em V. Ex.ª o ardente satírico, neto de Quevedo, que põe ao serviço da sua apaixonada misantropia o mais quente e mais rico sarcasmo peninsular. E os seus amigos, êsses, admiram apenas em V. Ex.ª, secamente e pecamente, *o homem que em Portugal conhece mais termos do Dicionário.*»

É evidente que um escritor não é só um lexicólogo. A crítica moderna é larga

e tolerante. Que cada um se exprima com liberdade, com individualidade, com ritmo, com beleza — mas longe da linguagem mascavada e de trapos, que dá ideia de quem ande a pedir emprestado o que tem muito seu.

(Do mesmo lugar citado acima.)

XXVI

Julio Dantas

A ERA MANUELINA

GIL VICENTE!

¿E que é a obra do patriarca do teatro português, senão uma pintura maravilhosa? ¿Que são os autos pastoris, com os seus vaqueiros de samarra e as suas chacotas à Virgem, senão presépios vivos, tocados pela ingénua unção de Jorge Afonso ou de Cristovam de Figueiredo? ¿Que são as tragi-comédias do Mestre, senão tapeçarias sumptuosas onde grandes figuras doiradas passam, gesticulando? ¿Que é a *Trilogia das Barcas*, tam bela, que Lope de Vega a imitou, tam profunda nos seus conceitos filosóficos, que Erasmo aprendeu português para a ler,—senão um forte e dramático Holbein, um fresco formidável da *Dança da Morte*, em que os cadáveres dos reis, dos papas, dos

cardiais, dos bispos, bailam arrastando as opas, as púrpuras, os pluviais, as dalmáticas?

Foi além, no Paço da Ribeira, junto ao leito de uma rainha puérpera, numa pequena recâmara armada de rases, com a história de David e de Saul, que Gil Vicente, vestido de vaqueiro, com o seu cajado, os seus ceifões, a sua manta do Alentejo, representou pela primeira vez o *Auto da Visitação*. D. Manuel sorria; a Duquesa de Bragança e as duas rainhas velhas — D. Beatriz e D. Leonor — assentadas sôbre bancais de tela de ouro, seguiam encantadas a representação; bailando ao som de adufes e de gaitas de foles, zagais, pastores, porqueiros, risonhos, felpudos de samarras e de pelicos, traziam à parida ovos, mel, cântaros de leite fresco, cordeiros brancos com as patas atadas de flores. Acabava de nascer, na câmara doirada do Rei do Mar, não apenas o teatro português, mas o teatro de tôda a Espanha, — porque as éclogas de Enciña, os diálogos do Velho de Toledo, o poema de Rabi dom Santo, não tinham passado de tentativas irregulares. É no ciclo manuelino que surge,

com Gil Vicente, a primeira farsa popular espanhola — *Quem tem Farelos;* — é, mais tarde, no ciclo joanino, que aparece, com António Ferreira, a primeira tragédia regular da Península — a *Castro*, episódio amoroso medieval, dramatizado, segundo o cânon grego, nos versos brancos de Giangiorgio Trissino. Dir-se-ia, ao lado duma pintura flamenga, gorda e rica de côr, o mármore dum baixo-relêvo da Renascença. Da guarda-roupa de D. Manuel — verdadeira *pépinière* de glórias — não saem apenas poetas; sai uma literatura inteira. É aí que o doce Bernardim, o rouxinol das saüdades, sonha a novela pastoril da *Menina e Moça*. É aí que Garcia de Resende, com o seu ventre enorme e a sua carapuça de veludo, toca viola e medita as trovas da *Miscelânea*. Aí se forma o grande espírito de Damião de Góis, o mestre em cujas mãos a prosa portuguesa tem a opulência e os lampejos da prata lavrada, o amigo íntimo de Lutero, do Cardial Bembo, de Melanchton, de Paulo III, de Jacob Fugger, o cronista a quem Erasmo, em 1544, dedica o seu *Compendium Rhetorices*. Aí, como simples moço da guarda-roupa, se cria João

de Barros, historiador da *Ásia*, tam notável, que Veneza o inclui na lista dos «grandes homens»; que Pio IV manda colocar o seu retrato no Vaticano ao lado do de Ptolomeu; que Luís Vives, Erasmo, Guilherme Boudée — a alma da Renascença humanista — se curvam perante a sua obra, verdadeiro arco triunfal da epopeia portuguesa do Oriente. Se tivesse pressentido a glória dêstes dois homens, D. João II não se dirigiria a Ângelo Policiano, «*viro peritissimo et amico suo*», pedindo-lhe para escrever a história de Portugal. Não são já apenas as navegações portuguesas que espantam o mundo; é a nossa cultura, são os nossos sábios, os nossos humanistas, os nossos doutores, os nossos poetas. Abraão Zacuto, o autor das *Tábuas Astronómicas*, aperfeiçoa o astrolábio de que se serve Vasco da Gama. Pedro Nunes, Garcia da Orta, precursores geniais, criam sciência nova: o primeiro tem a intuïção das leis da decomposição da luz, inicia o estudo da loxodromia, inventa o nónio; o segundo descreve pela primeira vez a cólera asiática, revela à terapêutica o fruto da *strychnanox vomica*. Portugal acende-se

num clarão, para iluminar a Europa. É certo que os estudos cosmográficos e o intercâmbio universitário — sobretudo por ocasião da reforma de 1504, que iniciou o humanismo francês, e da de 1537, que transferiu a Universidade para Coimbra e incorporou nela os estudos de Santa Cruz — trazem para o nosso país uma onda de sábios estranjeiros. Aqui estiveram os alemães Behaim e Fabrício; os escoceses Scott e Jorge Buchanam, o poeta mestre de Maria Stuart; Nicolau Grouchy, que traduziu Castanheda; Guilherme Guerente, cujas tragédias latinas Montaigne celebrou; os italianos Rosetto e Fábio Arnánio; Elias Vinetus; Cataldo Sículo; o ilustre Clenardo, — e tantos outros grandes espíritos da Renascença. Mas, em compensação, ¡que radiosa pléiade de sábios nós espalhámos pelo mundo inteiro! Aires Barbosa, latinista, helenista notável, condiscípulo em Florença de João de Médicis (depois Leão X), inaugura o estudo da língua grega em Espanha, onde se torna o mestre dos mestres; Amato Lusitano deslumbra a Itália; Aquiles Estaço, doutorado em Lovaina e em Paris, helenista, amigo e bi-

bliotecário do cardial Sforza, ensina na Universidade de Sapiência e funda, êle próprio, um biblioteca em Roma; Francisco Sanches, autor da síntese negativista *Quod nihil scitur*, professa nas Universidades de Tolosa e de Monpillher; Diogo de Gouvêa, o *Velho* — tronco da dinastia ilustre dos pedagogos Gouvêas — funda o Colégio de Santa Bárbara, em Paris, e a sua fama é tanta, que Fernel lhe consagra o *Monalosphænum;* André de Gouvêa, reformador do Colégio de Guiena, em Bordéus, amigo de Francisco I, professor em Avinhão, em Grenoble, em Cahors, é o mestre de Rabelais e de Montaigne, que o reputa *«sans comparaison, le plus grand principal de France»;* (1) António de Gouvêa, jurisconsulto, filósofo, professor da Universidade de Paris, iniciador da escola de Cujácio, íntimo de Felisberto de Sabóia, vence o insigne Ramus na disputa célebre em defesa de Aristóteles; Salvador de Fernandina, émulo do grande criador do *Corpus juris*, e Jaime Aça, capêlo ver-

(1) *Essais*, 72.

melho, ensinam na Universidade de Bourges; Pedro Fernandes de Évora e Diogo de Teive, professam latim e grego na Universidade de Paris; João Ribeiro, na de Beauvais; Frei Agostinho da Trindade, na de Tolosa; o elegante Francisco de Holanda, autor do *Tratado de Pintura Antiga*, vive na intimidade de Miguel Angelo, de Júlio Clóvio, de Sebastião del Piombo, do erudito Lactanzio Tolomei; Manuel de Teive é o discípulo amado de Fernel; António Pinheiro, sôbre cuja cabeça resplandece a mitra, é o discípulo querido de Strebée; André de Resende, latinista, arqueólogo, alma tocada da graça da Renascença, distingue-se em Lovaina; João Fernandes da Costa e o padre Vilhegas são reitores no colégio de Guiena; — três Portugueses insignes, Guilherme de Gouvêa, Álvaro da Fonseca, Diogo de Gouvêa, o *Moço* (¡escrevo com comoção e com orgulho os seus nomes!) merecem a honra de ser eleitos em claustro pleno, nos anos de 1530, de 1538, de 1547, reitores da Universidade de Paris, então — na frase de Ramus — a Universidade do mundo.

A êste alto grau de cultura da socie-

dade portuguesa da Renascença corres-
ponde o desenvolvimento da indústria d
tipografia e do comércio do livro. Ao
primeiros ensaios que, no fim do sé-
culo XV, realizaram os impressores ale-
mães, italianos e judeus, em Faro, Lisboa
Leiria, Braga — Samuel Gascon, Rab
Elieser, Abraão d'Ortas, Rabi Tozorba
Nicolau de Saxónia, Valentim de Morá-
via, Ermão de Campis, Pedro Bonsho-
mens — sucedeu uma produção tão consi-
derável, que Garcia de Resende regista o
facto de, mercê da «letra de fôrma acha-
da», crescerem a cada passo as livrarias;
Cristovam de Oliveira conta, na abastada
Lisboa do século XVI, cinco oficinas ti-
pográficas e cincoenta e quatro lojas de
livros; e não só os embaixadores de Ve-
neza, Tron e Lippomani, mas o próprio
cardial Alexandrino, espantam-se de ver
a riqueza, a abundância, a variedade, do
mercado de livros da Rua Nova. Lisboa
não era apenas a metrópole comercial da
Renascença: foi também, no século de
D. Manuel e de D. João III, um dos mais
intensos focos de pensamento da Eu-
ropa...

(Da *História da Colonização Portuguesa do Brasil*, 1.º vol., Pôrto, 1922.)

XXVII

Laudelino Freire (1)

A LÍNGUA PORTUGUESA NO BRASIL

A LÍNGUA portuguesa sofre o mal originário do insulamento. Não é falada, nem conhecida é, de outros povos cultos. Emergiu num canto peninsular, para ser quási afogada no regaço materno. O acaso, porém, quis que ela ressurgisse nos lábios de outra gente, que, elevando-se hoje a vinte e seis milhões de habitantes, tem o dever de fazê-la sua, conservá-la, amá-la enternecidamente e dar-lhe ingresso onde quer que se comuniquem línguas—ou se enfrentem elas no

---

(1) O simples título de fundador e director da *Revista de Língua Portuguesa*, do Rio de Janeiro, basta para definir êste benemérito «paladino da Linguagem».

contubérnio internacional, ou, por fôrç
imigratória, se contubernizem no pátri
território.

Uma nação que se vê invadida de es
tranhos idiomas e não sabe resguardar
seu materno do contacto absorvente — ou
é que corroída já está pelo vírus da de
generação, ou é que lhe não perpassa
organismo o espírito de crença firme no
futuro. O Brasil, a mais vasta e poderosa
nação sul-americana, fecha o seu dizer
e escrever dentro da periferia das suas
fronteiras. Jamais pleiteou primazia ás
línguas do continente. Ao revés institui
nos seus ginásios, o estudo do idioma
de Cervantes, seu maior concorrente, ao
mesmo passo que lhe disputam prefe-
rência, no próprio território, a germâ-
nica e italiana, e, em breve espaço, a
que, oriunda de Norte-América, ou Grã-
-Bretanha, de roldão nos está invadindo.

Brasileiros, ou colónias dêles, que por-
ventura fôssem procurar vida em alheias
terras, teriam de submeter-se ao idioma
regional. Aqui, não é assim. O estran-
jeiro — que, quando quer, nos dirige,
julga, aquilata, critica, vem para o Brasil
ser estranjeiro, falar estranjeiro, viver

estranjeiro, e professar a própria língua nas escolas nacionais, espalhando-a e tornando-a querida da juventude brasileira. E nós assistimos, com indiferença, à desnacionalização do idioma vernáculo, expondo-nos à merecida censura de que não estamos ainda convencidos da profunda verdade que estas palavras encerram — «É o idioma de um povo a mais eloqüente revelação da sua nacionalidade e da sua independência.» (Latino Coelho, *Elog. Acad.*, I, p. 12).

Tempo já é de sentirmos que ao nosso orgulho devam chocar e ferir alheias intromissões, por indébitas, ou demasiadas. Na esfera do que deve ser cada um, outrem se não ingere desapropositadamente. No saber manter-se, e ser em maior intensidade, nos próprios domínios, quando nêles se amalgamam e caldeiam, línguas e raças, é que está uma das melhores revelações das virtudes viris de um povo: Os Estados-Unidos, em o seu pasmoso turbilhão social, quanto mais sofrem o estranho contacto de povos e idiomas diversíssimos, tanto mais se lhes revigora a coesão nacional. A nós, se nos não abala a consciência de nacionalidade

o emergir aqui, ali e além, um teuto
-brasileirismo, um anglo-brasileirismo
um ítalo-, um *yankee*-, e até um turco
-brasileirismo, não devemos todavia desa
tentar que semelhantes expressões tant
podem exprimir o fruto étnico, legítimo
natural, como traduzir escárnio que se cri
nos excessos de excessiva hospitalidade

Cada povo com a sua língua — eis a ver
dade que deve resplandecer nos cimos d
tôda civilização que ciosa fôr do que é seu

Não há dizer que a cultura brasileir
não haja atingido ainda o grau de desen
volvimento, que lhe não imponha o zêl
escrupuloso pelo amor do idioma. Não. Se
empós Camões, a língua se ostenta n
génio de Vieira, Sousa e Bernardes, para
garrir depois no de Filinto e, mais, tar
de, pompear no de Castilho, isso num
transcurso três vezes secular, — hoje el
irradia, nos seus lavores e preciosidades
do génio de Ruy, o maior escritor da
língua que Camões formou, e que é o
semi-deus da palavra falada e escrita
como lhe chamou Júlio Dantas.

O momento histórico em que se en
contram os dois povos que se expres
sam em língua portuguesa, dispares pre

sentemente no modo de a encararem, põe em relêvo a bifurcação dela em dois ramos já bem distintos e que mais a mais se hão-de separar de forma pertinaz e incoercível. Portugal segue o caminho das reformas radicais. Sem querer lembrar-se que outro povo existe, seis vezes mais numeroso, que tem a mesma fala, oficializou uma reforma, sem exemplo na história das línguas, que nenhuma houve que de voo e por decreto transformasse radicalmente a gráfica da sua linguagem. Compreendeu a nação amiga, no levar a cabo a sua radical reforma, que cada qual deve ter a liberdade de regular-se. Mas, se ao Brasil não cabe discuti-la, pôsto empreendimento seja de elevada monta para as duas nações, assiste-lhe sem dúvida o dever de cuidar em si, acautelar-se contra as conseqüências que resultarão da diferenciação que, por estreita conexidade, há-de operar-se no comum idioma e zelar o que, vindo pelo caminho da autoridade tradicional, já se lhe incorporou ao património.

(Da *Revista de Língua Portuguesa*, n.º 1, Rio de Janeiro, 1 de Setembro de 1919, pág. 6 e ss.)

XXVIII

Manuel Pacheco da Silva Júnior (1)

(1842-1899)

DICIONÁRIO DA ACADEMIA

Sem a etimologia, sem o histórico d palavra, pouca vantagem colheremo com a publicação do dicionário d Academia Real das Sciências. É muit provável que na primeira edição saíssen falhas e deslustres, mas já era um pass dado, e agigantado, na senda do progres so. Aos editores da segunda edição corri gir os erros da primeira.

Se essa corporação de sábios quisess

---

(1) Ilustre professor brasileiro, considerado com introdutor, no Brasil, do método histórico compa rativo em lingüística.

ouvir-nos, nós lhe diríamos: — Conservai a etimologia, fazei novos estudos comparativos. Assim, por exemplo, na palavra *viagem*, não se diga simplesmente, como propõe a comissão do Pôrto, «vem do latim *viacticum*»; mas, recorrendo à *história*, ensine-se-nos que êsses substantivos em *agem* = lat. *aticum (at'cum)* formaram-se naturalmente, porque foram vazados no molde que lhes apresentava a baixa latinidade — *agium (viagium, hommagium, messagium)*; que no francês primitivo e provençal = *atge* e no português antigo = *age* (o que prova o que acima dissemos sôbre a não pronúncia do *m* final), port. *viage, viagem;* esp. *viage;* ital. *viaggio;* provençal *viatg;* lat. popular *viagium*, class. *viaticum*, formas estas que demonstram que a confusão entre as duas letras homorgânicas *c* e *g* já remontava ao latim popular e na baixa latinidade, — *negotium* (p. *nectotium); grossus* (p. *crassus); grupta* (p. *crypta);* etc.

É fôrça que um dicionário escrito por homens tão eminentes como devem ser os da Academia Real das Sciências de Lisboa, precise a origem do vocábulo, a

data da sua entrada na língua, as modificações por que passou, isto é: as formas intermediárias no latim vulgar e no português antigo, e compare-o com as formas de outras línguas romanas, sempre que se tratar de verificar hipóteses.

E porque vem a pêlo, diremos que nós, depois de alguns anos de estudo árduo e ingrato, tivemos a veleidade de dar à luz da publicidade um *dicionário etimológico*, mas simplesmente etimológico, incluindo os nossos termos indígenas. É claro, porém, que de alguns termos declarámos francamente ignorar a verdadeira origem; de outros apresentámos hipóteses que nos pareceram bem fundadas, pois sempre adoptámos o método comparativo.

Fizemos tudo quanto é costume fazer para a obtenção de assinaturas, à razão de 400 réis da nossa moeda por um fascículo de 32 páginas, mas *felizmente* não conseguimos nem uma assinatura.

Felizmente, dissemos nós, porque muito temos corrigido, polido, acrescentado.

É uma prova de que a tarefa é espinhosa...

(Apud «Revista de Língua Portuguesa», n.º 8, Rio, 1920, pág. 14.)

XXIX

M. Said Ali [1]

O PORTUGUÊS HISTÓRICO

DISTINGO no português histórico dous períodos principais: o *português antigo*, que se escreveu até os primeiros anos do século XVI, e o português moderno. A esta segunda fase pertencem já a *Crónica de Clarimundo* (1520), de João de Barros, as obras de Sá de Miranda, escritas entre 1526 e 1558, as de António Ferreira, a *Crónica de Palmeirim de Inglaterra* e outros trabalhos literários produzidos por meados do século. Robustecida e enriquecida de expressões novas a linguagem usada nas crónicas desta época, que relatam os descobri-

---

(1) Eminente filólogo brasileiro, prof. do Colégio de D. Pedro II.

mentos em África e Ásia e os feitos das armas lusitanas no Oriente, culmina o apuro e gôsto do português moderno nos *Lusíadas* (1572). É o século da Renascença literária, e tudo quanto depois se escreve é a continuação da linguagem dêsse período.

Não ficou, nem podia ficar, estacionário o português moderno; e assim temos de designar pelos qualificativos *quinhentista*, *seiscentista*, *setecentista* a linguagem das respectivas eras. Reservo a denominação de *português hodierno* para as mudanças características do falar actual, criadas ou fixadas recentemente, ou recebidas do século XIX, ou que por ventura remontam ao século XVIII.

Limites entre os diversos períodos não podem ser traçados com rigor. Alterações lingüísticas não dependem do calendário, nem do ano em que o século acaba ou começa. Além disso, autores há cuja actividade literária se exerce, parte num século, parte no imediato. O que devemos entender por *linguagem quinhentista*, *seiscentista*, etc., é a maneira de falar dominante em grande parte da respectiva era, ou nela principalmente. Di-

zeres peculiares a qualquer das épocas continuam muitas vezes a ser usados por alguns dos escritores do período seguinte.

Ignora-se a data ou momento exacto do aparecimento de qualquer alteração lingüística. Neste ponto nunca será a linguagem escrita, dada a sua tendência conservadora, espelho fiel do que se passa na linguagem falada. Surge a inovação, formulada acaso por um ou poucos indivíduos; se tem a dita de agradar, não tarda a generalizar-se o seu uso no falar do povo. A gente culta e de fina casta repele-a a princípio, mas com o tempo sucumbe ao contágio. Imita o vulgo, senão escrevendo com meditação, em todo o caso no trato familiar e falando espontâneamente. Decorrem muitos anos, até que por fim a linguagem literária, não vendo razão para enjeitar o que todo o mundo diz, se decide também a aceitar a mudança. Tal é, a meu ver, a explicação não sòmente de factos isolados, mas ainda do aparecimento de todo o português moderno.

Não é de crer que poucos anos depois de 1500, quási que bruscamente e sem

influxo de idioma extranho, cessasse
em Portugal inveterados hábitos de fala
e se trocasse o português antigo em por
tuguês moderno. Nem podemos atribui
a escritores, por muito engenho artístic
que tivessem, aptidões e autoridade par
reformarem a seu sabor o idioma pátri
e sua gramática. Consistiria a sua obr
antes em elevar à categoria de linguagen
literária o falar comum, principalmente
das pessoas educadas, tornando-o mai
elegante e desterrando locuções que lh
dessem aspecto menos nobre. Êste fala
comum remontaria aos tempos de Rui d
Pina e Zurara, ou se usaria talvez antes
Mas os escritores antigos evitavam afas
tar-se da prática recebida de seus avós
e, pôsto-que muitas concessões tivesse
de fazer ao uso para serem entendidos
todavia propendiam mais a utilizar-se d
recursos artificiais, que dessem ao estil
certo ar de gravidade e acima do vulgar

O século XVI, descerradas as cortina
que encobriam o espectáculo de novo
mundos, e dada a facilidade de pôr a lei
tura das obras literárias ao alcance d
todos, graças ao desenvolvimento da im
prensa, devia fazer cessar a superstiçã

do passado, mostrar o caminho do futuro e ditar a necessidade de se exprimirem os escritores em linguagem que todos entendessem. Resolveram-se a fazê-lo. Serviram-se da linguagem viva de facto, como o demonstram os diálogos das comédias de então, que reproduzem o falar tradicional da gente do povo. Traziam estes diálogos os característicos gramaticais do português antigo, se fôsse êste ainda o idioma corrente.

Nos séculos que precederam a era quinhentista claro está que a linguagem sofreu também evolução. Entre os antigos autos de partilhas e a crónica de D. João I é palpável a diferença. Seria contudo prematura qualquer subdivisão do português antigo, pois que nos faltam ainda muitos documentos, e de vários códices publicados resta saber a data certa em que foram pela primeira vez escritos.

(Do Prólogo da *Lexeologia do português histórico*, S. Paulo, 1921.)

XXX

Manuel da Silva Gaio

LINGUA LITERÁRIA ARTIFICIAL E LÍNGUA LITERÁRIA SINCERA

Uma língua, considerada no conjunto das suas palavras, pode, segundo o espírito que sôbre ela e com ela trabalha, apresentar-se-nos sob dois aspectos — que definirei por meio de uma comparação. Ou é, através de páginas frias, uma coisa descolorida e pálida como um herbário, onde se dispõem plantas mortas, sêcas e sem perfume; ou estremece e canta como um prado onde o sol bate verdejantes, pletóricos vegetais, escorrendo seiva.

No primeiro caso está essa língua artificialmente afeiçoada, com uma paciên-

cia que alinha, recorta, classifica o têrmo, mais pelo seu valor próprio como parte integrante de um vocabulário, do que como elemento de expressão, vivamente, sinceramente reveladora de um temperamento, de uma personalidade.

No primeiro caso está essa língua com que se fazem complicados e bisantinos exercícios literários, segundo mortos e frios modelos clássicos, que teem um sabor próprio, se nos reportarmos ao tempo em que vicejaram, mas que tomam um carácter estranho e incompreendido, quando venham aflorar no meio de uma língua transformada, senão em cada têrmo e acepção, pelo menos na sua harmonia geral.

Talhar, pois, a frase, e aplicar o têrmo segundo os modelos, contornando, arredondando, escrevendo como as gerações passadas fizeram, apropriando moldes que outros construíram, para nêles vazar o sentimento e a ideia; usar servilmente das locuções em que enquistaram velhos pensamentos e paixões, para definir novos modos de pensar e sentir — afigura-se-me processo semelhante ao daquele que imaginasse fazer tomar raíz a um

arbusto já fossilizado sob várias camadas geológicas.

Cada coração de artista é como uma gleba, onde misteriosamente se formam todos os elementos necessários às vegetações do sonho e da vida ideal.

E, como cada planta que jorra do solo cada obra que brota dêsse torrão humedecido de lágrimas ou retalhado de convulsões íntimas, traduz a natureza especial da terra onde mergulham as suas raízes, ao mesmo tempo que estende os ramos, braceja e se inclina, atraída pelo sol de um pensamento, de um ideal colectivo, ou de uma forte originalidade.

Ora, na composição dêsse solo, entram as partes constitutivas de uma língua: os seus termos, os seus vocábulos, as suas propriedades, que alimentam as novas plantas, mas transformando-se, combinando-se diversamente em cada temperamento, assim como as propriedades gerais da terra variam e se distinguem de zona para zona.

Os elementos da língua teem portanto de sofrer dentro de cada organismo uma metamorfose, entrando depois disso na natureza e estrutura da planta literária.

Só depois disto é que esta sai verdadeiramente bela, exalando aromas acres de vida, de generosa seiva.

Quanto mais rico dêsses elementos íntimos fôr o solo, melhor será a obra.

Mas os bons olhos distinguirão sempre, ó caturras! a planta formada, crescida na soberba e indómita violência da natureza livre — das recortadas e frias combinações que fizerdes, dessas vegetações adormecidas nos frios jazigos, que se chamam dicionários e vocabulários.

As páginas em que as alinhardes podem ser rendilhadas caprichosamente pelo encruzamento dos seus ramos; podem brilhar com o espelhado das suas fôlhas luzentes ainda; mas não terão o perfume embriagante da vida directamente aspirada; mas essa página em que as pregarem, como árvores e arbustos de teatro, não exalará, fazendo-nos dilatar deliciosamente as narinas frementes, êsses fortes aromas que sobem do fumegar das leivas, que se ergue à flor da Terra como o olor de um seio quente.

A língua vive numa sucessão de períodos e fases de contínua transformação, como uma espécie vegetal vive numa

série de gerações, em cuja constituïção entram sempre as qualidades fundamentais, mas donde destacam os indivíduos notáveis, quando as condições da parte do solo em que mergulham lhes são especialmente favoráveis.

Identificados, como se identificam sempre o espírito e e sentimento criador com a sua criação, uma página que se lê é como um retalho de coração, onde floresce uma esperança, ou donde irrompe um desespêro. Por isso não se pode arrancar dessa página a palavra, a frase, o período fogoso, intimamente revelador — sem que alguma coisa de íntimo e visceral se desprenda dela, como um braço de raíz que ainda vem molhado e quente do húmus.

Mas páginas destas só nascem de escritores poderosos, vivendo inteiramente absolutamente, da sinceridade do seu temperamento.

(De *Um ano de Crónica*, Lisboa, 1889, capítulo sôbre «Eça de Queiroz e os Maias», pág. 137 e ss.)

XXXI

Mário de Alencar

(Da Academia Brasileira)

ESCREVER BEM

ESCREVER bem é condição principal, mas não é tudo, e às vezes é demais. O escrever só por escrever bem é um exercício inocente, e não há que objectar-lhe, se êle se opera silencioso como um entretenimento pessoal, como um motivo de ilusão, para esquecer tanta cousa que é preciso esquecer no curso da vida. O mal é que não se contentam com êsse proveito os que escrevem por escrever, e pedem e forçam a audiência alheia: e a tipografia serviu-lhes ao desejo, e tornou possível o desvirtuamento das letras em rofissão. A profissão literária, degra-

dando a nobreza do pensamento criador ao nível do mester mercenário, a instrumento de venda a retalho e a varejo, deve causar aos espíritos sensíveis e sinceros o desgôsto da mecanização da imprensa. ¡Tanto é o torvelino intelectual que produz a vertiginosa publicação dos livros, em concorrência ao mercado, e, como nas feiras, com todos os engodos, reclamos e atavios de sedução! Foram de invejar os que viveram ao tempo em que o pensamento criava em presença da vida, quando a beleza transfigurada nas criações anteriores se transmitia como música de ouvido a ouvido, ou à maneira oracular nas palestras, ou era depois fixada em pergaminhos e papiros, com a solicitude e o respeito de relíquias sagradas. A posse de uma cópia manuscrita era uma fortuna e uma bem-aventurança.

Naquele tempo, a flora do pensamento vicejava num delicioso campo aberto, de árvores grandes e alamedas batidas da luz directa do sol; surgiam arbustos espaçados, que davam a graça da vista, a flor e o perfume: as árvores grandes davam sob a sua sombra o repouso, e davam fruto, generoso e vivificante. O es-

pírito perlustrava aqueles caminhos sem pressa, contente de espacear, e ora colhia o fruto no próprio galho, ora surpreendia a flor na sua viva fragrância, ora pousava na alfombra em descanso, que lhe permitia espraiar os olhos pelas alamedas claras, até além do horizonte remoto.

Hoje a flora do pensamento é uma floresta imensa; a ordem da natureza cedeu à fôrça da abundância, feita menos pelo tempo repousado que pela semeadura artificial e intensificada das máquinas. Nenhum vestígio das alamedas sòlheiras, que atraíam os passos e guiavam para as árvores altas; em frente à floresta queda atónito o espírito, perplexo na escolha e à procura de uma aberta e de uma trilha; não distingue o caminho; entre o folhedo e a ramada não consegue ver o sol; arma-se dos instrumentos, e à custa de labor e fadigas, rompe os primeiros obstáculos da penetração, ansioso por alcançar as árvores seculares, que essas êle sabe que olham em cima o firmamento; mas ao labor não responde o êxito; e a floresta já é brenha e matagal, numa luxúria de produção que levanta do solo e rebaixa dos galhos, e enlaça de tronco a

tronco muralhas espêssas. Redobra o labor, recresce a fadiga, acelera-se a ânsia, vencem-se alguns passos na aberta; e eis que o obreiro se surpreende contido, presos os braços na postura do golpe, peadas as pernas no impulso do esfôrço, e não há prosseguir, não há retroceder, porque cada gesto, cada movimento mais o enleia na maranha dos cipós, que súbito o apreenderam como uma rêde de caça. E ali permanece o espírito, envencilhado, e ao fim resignado a só espreitar de longe a cortiça das grandes árvores buscadas, olhando-as pelos claros que ainda não logrou fechar a garra das parasitas. E assim, na riqueza amazónica da flora do espírito, o espírito se há-de contentar do cipoal; o mais está fechado ao seu desejo.

Não inspira esta apocalítica visão o desespêro de uma esterilidade, o despeito de uma insídia, o desamor de uma enveja. Fala-vos a amargura de uma ânsia de luz, que renova no domínio do pensamento os suplícios ideados pelos deuses para maior castigo do homem. Há muito espírito que no silêncio de uma vida de estudo reproduz a condição e o estado de Tântalo e de Sísifo.

Nem os próprios génios, que são como Deus, criadores do nada, ficam imunes do torvelino do dilúvio. Schopenhauer queixava-se do mal que lhe fazia a sua Alemanha livresca, e profligava o êrro dos que escrevem por escrever, e dos que escrevem muito. «Para a posteridade, dizia êle, é longa a viagem; e o caminhante só irá seguro, se fôr escoteiro, depois de atirar à estrada o excesso da carga». E acrescentava a palavra espanhola de Graziano: «*Lo bueno, si breve, dos veces bueno...*»

(Do Discurso de recepção do sr. Miguel Couto na Academia Brasileira de Letras, pág. 393 e ss. do n.º 16 da *Revista da Ac. Bras. de Let.*, Rio, 1920.)

A SEITA GRAMATICAL

O Brasil não é sòmente o país dos políticos, é também a terra dos gramáticos, quero dizer, dos que teem a obcessão dos vocábulos e das regras de sintaxe. Depois de decorridos quatro séculos, e com a interposição do Atlântico, teimamos,

tôdas as leis da vida, em conservar intac-
to o vocabulário português do século de-
zasseis, e com o vocabulário a prosódia
a sintaxe dos Portugueses de aquel-
tempo...

...Nós, os Brasileiros, insistimos em
conservar parada a mesma língua que nc
seu berço prossegue o curso natural de
ser vivo. Em Portugal surgem de quando
em quando os solecismos, que são a con-
tribuïção providencial e vital do povo e,
como é forçoso, entram no corpo da lin-
guagem dos escritores.

Nós, os Brasileiros, não queremos ad-
mitir ao nosso povo o mesmo direito de
colaboração idiomática, e desprezamos as
suas inovações como brasileirismos de
ignorantes. A árvore replantada no solo
americano e fecundo, pretendemos impe-
dir que a seiva lhe rompa a cortiça em
brotos, e reverdeça a folhagem, e dê às
flores a côr nova do novo céu, e aos ga-
lhos a flexibilidade do exercício dos ven-
tos da terra grande. No meio das nossas
florestas queremos que esta única árvore
tenha em plena vida o aspecto decrépito,
de fôlhas poeirentas e galhos ressequidos.

Mas, como é inevitável a acção influente

mas insensível da vida, o nosso pertinaz apêgo a tôdas as formas clássicas dá-nos ao estilo lingüístico aquela mescla de arcaico e de novo, de raro e de quotidiano, que na arquitectura se chama o estilo rococó. Escrevemos uma terceira língua que não é a dos modelos que imitamos, nem a do tempo em que vivemos. É o idioma da seita gramatical.

(Da *Revista* cit., n.º 13, Rio, Abril de 1920, pág. 136.)

XXXII

Mário Barreto (1)

A ORTOGRAFIA PORTUGUESA NO BRASIL

A NOSSA Academia de Letras, que, em sessão de 11 de Junho de 1907, aprovara um projecto de simplificação ortográfica a ela apresentado pelo sr. Medeiros de Albuquerque, a quem assim ficou cabendo, entre os Quarenta, a honra da iniciativa da reforma; a Academia que, em sessão de 11 de Novembro de 1915, eliminadas por obra do douto catedrático e académico Silva Ramos as pouquíssimas discrepâncias existentes entre as duas grafias, igualara a sua reforma ao

---

(1) Ilustre professor do Colégio Militar do Rio de Janeiro, mestre eximio da Língua, sócio da Academia das Sciências de Lisboa.

sistema decretado em Portugal no primeiro dia de Setembro de 1911 e assinado pelos lingüísticos portugueses mais autorizados, como Gonçalves Viana, Carolina Michaëlis, Adolfo Coelho, Leite de Vasconcelos, Cândido de Figueiredo, Gonçalves Guimarães, Júlio Moreira, J. J. Nunes, homens admiràvelmente preparados pelo lado técnico, com o conhecimento mais profundo quer da natureza e das leis da linguagem em geral, quer da história particular da nossa língua — a Academia, dizemos, que, depois de modificar em certos pontos o seu primitivo projecto, pondo-o de acôrdo com a grafia oficial portuguesa (e assim com transacções motivadas e concessões recíprocas é que se chega a realizar uma reforma como a da ortografia, que semeada é de tantos escolhos, mas cuja necessidade é havida de tôda a gente de juízo claro e recto por imperiosa e inevitável) nos brindara com um código de escritura simples, nacional, racional e prático, um e o mesmo em ambos os países onde se fala o português, e, ao mesmo tempo, etimológico e conforme com as tradições da língua, — vem agora, numa revira-volta súbita e inex-

plicável (sessão de 24 de Novembro de 1919) anular tôdas as deliberações que atéqui havia tomado de modo tão brilhante e benemerente, para dar à nossa língua escrita a regularidade que lhe faltava, e regressa pacientemente ao *statu quo* anterior, isto é: ao antigo caos ortográfico, à ortografia mistifória, *usual*, como lhe chamam, e que tem a pretensão de ser etimológica, mas que antes é anti-etimológica, porque é caprichosa, e as suas veleidades etimológicas causam riso aos verdadeiros etimologistas. A ilustre Corporação cometeu um crime de lesa-filologia.

Na mesma ocasião em que a ilustrada Academia brasileira nos surpreendia com o seu contravoto, desandando para trás, e desamparando a reforma — e aqui vem de molde aquilo de S. Pedro aos apóstatas e semi-apóstatas, que melhor lhes era não haver conhecido o caminho da virtude do que, depois de conhecido, tornarem para trás — naquela mesma ocasião noticiavam os diários desta Capital que o sr. Director Geral da Instrução Pública Municipal, Dr. Leitão da Cunha, que é também escritor distinto e um dos mais abalisados professores da Faculdade

de Medicina do Rio de Janeiro, mandara considerar correctamente escritas, nas provas de exame dos alunos das escolas primárias, as palavras grafadas de acôrdo com a reforma traçada pelos mais doutos lingüistas e pedagogos portugueses, e que tem entre nós partidários ilustres, convictos e dignos. Oxalá que vá mais além, no interêsse das crianças, o sr. Director Geral da Instrução, e mande adoptar nas escolas a apetecida reforma, um de cujos grandes fins é abreviar os abecedários e as gramáticas, e diminuir o tempo que, nas complicações, extravagâncias, absurdos, subtilezas e contradições da suposta ortografia etimológica, perdem os alunos e os mestres dêles. Se o saber, como diz o provérbio, não ocupa lugar, o aprender leva tempo, e grande perda de tempo e de atenção causa aos pobres meninos o aprenderem a ortografia artificial.

Na sua reforma tiveram os Portugueses precedentes ilustres em Itália e Espanha. O castelhano e o italiano não titubeiam em escrever *fisionomia, metafísica, fósforo, mitologia*, etc.; não vale menos, por isso a sua língua, e vale muito mais a sua ortografia. A Itália, a Espa-

nha e, em certa medida, a Alemanha, reformaram a sua ortografia, de modo que sensivelmente se diminuísse a divergência, que na mor parte dos idiomas modernos se pode notar, entre a língua escrita e a língua falada. Em França, os melhoramentos teem sido mais tímidos, e uma tentativa de reforma, embora moderada, foi acolhida, há alguns anos, por feroz movimento de oposição, e finalmente rejeitada pela Academia francesa. Veja-se a irrefutável memória *Pour la simplification de notre orthographe* (Paris, 1905) de Paulo Meyer, grande autoridade filológica. Vejam-se também, em pró da simplificação, os trabalhos de Brunot, outro mestre da lingüística contemporânea, — o seu meditado relatório da reforma da ortografia e a carta, bela e calorosa de convicção, que o autor dêsse monumento que é a *História da língua francesa*, seis tomos até 1917, dirigiu ao Ministro da Instrução pública (Paris, 1905). Os relatórios Meyer e Brunot vieram renovar a eterna questão, e embraveceram-se em tôrno dêles as ondas e os ventos. Como amostra da campanha, geralmente injusta, apaixonada e incompetente, contra as re-

formas tão judiciosas que os dois eminentes filólogos franceses aconselhavam, leia-se o folheto, inçado de inexactidões e escrito em estilo violento, de André Beaunier, *Contre la réforme de l'orthographe* (Paris, 1909). É bastante curioso reler-se esta passagem de Stendhal: «L'Académie de langue espagnole s'est appliquée constamment à rapprocher l'orthographe de la prononciation. l'Académie française a fait le contraire et en est toute fière. Pour moi, toutes les fois que je vois une femme faire des fautes d'orthographe, je trouve que c'est l'Académie qui est ridicule... L'usage s'est laissé guider par le pédantisme d'une société dans laquelle les gens d'esprit n'ont pas la parole.» (Stendhal, *Mémoires d'un touriste*).

(Da *Rev. de Lingua Port.*, n.º 4, Rio, 1920, pág. 182 e ss.)

MÁS TRADUÇÕES DO FRANCÊS

As más traduções do francês, de que anda infestada a nossa língua, contribuem desmedidamente e despejadamente para

a corrução do idioma. E' coisa que espanta a facilidade com que tôda a gente se mete a traduzir. Basta gaguejarem algumas palavras de francês, para se lançarem ás mais aventuradas emprêsas. Creem que, para se escrever, só se há mister de tinta, papel e atrevimento.

A Tradução é de ordinário o veículo por onde entra, sem sentir-se, o contrabando da barbárie; e já houve quem, entendidíssimo nos segredos e regras da arte de escrever, declarou não querer entremeter-se no ofício de tradutor, por lhe parecer mais dificultosa cousa o traduzir com acêrto que o escrever correctamente.

Um nome célebre na literatura demonstrará palpàvelmente esta verdade. Camilo Castelo Branco foi escritor que sempre se estremou por sua correcção, pela elegância de seu estilo, por seu copioso e castiço vocabulário, por seu conhecimento de nossa língua, e de seus prodigiosos recursos, e pelo seu respeito ás regras da gramática. Mas, nas suas versões de obras francesas topamos com incorrecções, galicismos e demais barbarismos em que raras vezes ou nunca incorria, quando compunha livros do seu próprio

engenho ou invenção, e sem ter diante o modêlo francês....

.... E' necessário mostrar aos que estudam e fazem timbre de depurar a linguagem, extraindo-lhe as escórias que a viciam, não só frases e modelos correctos, senão também frases más e viciosas, e ensiná-los a convertê-las em frases correctas e de bom quilate. Toma nas mãos um leitor ordinário uma tradução qualquer feita pelo grande Camilo, com o propósito de estudá-la e segui-la por modêlo. Se não está prevenido e doutrinado, imitará mais de-pressa os defeitos do que as belezas. O mau e vicioso é mais pegadiço e propaga-se com extrema facilidade...

(Da *Rev. de Língua Port.*, n.º 1, 2.ª ed., Rio, 1920, pág. 95.)

ESTUDO E DEFESA DA LINGUAGEM

Nota-se com mágoa a sempre crescente decadência dos estudos da nossa língua. De dia para dia a boa linguagem se cor-

rompe e vai perdendo, com a facilidade e a falta de escrúpulo na introdução de vocábulos e modos peregrinos.

A raíz do mal está em que vaidosamente cremos saber a nossa língua, e não a estudamos, ou estudamo-la imperfeitamente: os Dicionários, que se deviam manusear assiduamente, pois são os únicos livros que, senão tôda, conteem quási tôda a língua; os Dicionários, que os maiores mestres das letras confessam abrir quatro ou cinco vezes em-quanto escrevem uma página; não merecem a honra de um olhar, e o tempo que ùtilmente se empregara em os ler, reler, estudar, gasta-se na leitura de livros estranjeiros, principalmente franceses, que são o amor e encanto da gente de agora, ou na de frívolas e balofas novelas que hoje em dia se escrevem apestadas de galicismos.

Os dignos mestres que procuram difundir o uso e amor da língua portuguesa pura e castiça, fazendo-lhe a propaganda com livros, nas cátedras onde ensinam, em jornais ou revistas, são ridiculizados com os apodos de *puristas, pedantes, gramáticos*, por aqueles que, em vez de con-

fessar que empregam as construções viciosas ou bárbaras por ignorância das castiças e correctas, preferem fazer do sambenito gala, e mofar dos que manteem os foros da sintaxe portuguesa.

Ninguém tem tempo ou paladar para leituras clássicas; e, sem embargo, os nossos bons e antigos escritores são a fonte onde a moderna fala deve purificar-se, e o antídoto contra a barbárica licença em matéria de língua. Para escrever português é indispensável ter lido e ler português...

(Dos *Novos Estudos da Lingua Portuguesa*, 2.ª ed., Rio, 1921, pág. 370 e 371.)

XXXIII

Martins Fontes

(Poeta brasileiro)

NA FLORESTA DA ÁGUA NEGRA

. . . . . .

Para que eu te traduza a majestade rude,
Mas de uma forma tal, precisa e manifesta,
Que demonstre o poder da tua juventude,
¿A que hei-de exactamente igualar-te, ó floresta ?
Só posso comparar-te à língua portuguesa :
Porque ela é que possui os tesouros da tua
Basta, e brava, e brutal, e bárbara beleza,
Que a língua mãe, na terra virgem, perpetua !

. . . . . .

(Do *Verão*, Santos, 1917, pág. 55.)

XXXIV

Matheus de Albuquerque

(Critico brasileiro)

EÇA DE QUEIROZ E A LÍNGUA

HOMEM singular, que, com uma obra relativamente pequena, já educou duas gerações de prosadores...

Porque foi a partir de 1900, ano fatal da sua morte, que, com o advento das novas gerações portuguesa e brasileira, mais no Brasil que em Portugal, se afervorou o culto desta modelar personalidade. Até então, pelo menos entre nós, já alvoroçados pelas cruezas, geralmente pobres de estilo, de Aluízio Azevedo e alguns realistas fesceninos, Eça de Queiroz era o romancista picaresco, algo profano ou dissolvente, que, com o *Crime do Padre Amaro*, o *Primo Basílio* e algumas

páginas menos evocativas da *Relíquia*, nos lançava em ardentes comichões pecaminosas; e lido às escondidas, em breves lazeres colegiais, nos curtos intervalos das epopeias romanescas, violentamente nos quebrava todo um magro século de jejuns literários.

Daquela época para trás (porque é inegável que com a geração dêste começo de século a arte de escrever em língua portuguesa adquiriu desusado esplendor) a sua influência se exerceu mais pelos princípios demolidores, pelos fundamentos cruéis da escola naturalista (de que êle era, afinal, um assimilador e um divulgador nas nossas letras), do que pelo inédito da forma maravilhosa, estranha, imprevista, única, perfeita. Foram os moços, foi principalmente o Brasil dêste último decénio que, resolvendo-se a uma selecção mais rigorosa entre os mestres da sua educação literária, compreendeu, amou e difundiu a obra do grande artista, dilatando-a em tôda a sua grandeza, e salientando-lhe, com uma paixão continuada e enternecida, as criações imortais.

*

Eça de Queiroz — rebento lídimo e mais novo dessa progénie monstruosa em que culminam divinamente, com raízes eternas no vasto solo dos Gregos e dos Latinos, Shakespeare, Cervantes, Rabelais, Molière, Voltaire, Goethe, Balzac — foi o primeiro e único escritor português que, simplesmente com os seus livros, conseguiu internacionalizar Portugal. Êle é, no mais perfeito sentido, um escritor europeu....

.... Ainda no grande, no formidável Camilo, quando o seu génio atormentado, combatido por tôda a sorte de adversidades, se não dispersava em novelas desiguais, mal acabadas, escravizando-se, espremia-se furiosamente nas moendas das polémicas desfibradoras, no exaspêro trágico de campanhas pessoalíssimas — isto numa língua que, de tão bàrbaramente clássica e contundente, jamais foi excedida no representar a velha, a genuína, a grossa chalaça portuguesa.

A língua em que se escrevia em Portugal era um instrumento áspero, solene e duro: não se lhe conheciam nuanças

delicadas para esboçar os sentimentos mais subtis, nem ondulação ampla e sonora para abranger o vasto e complexo surto das ideias: numa palavra — ignorava-se-lhe o verdadeiro espírito. Era a língua sêca, espartilhada, tabelioa, dos clássicos primeiros, muito preciosa e justa para o seu tempo e seu meio, mas arcaica, insubsistente, provinciana, nestas idades práticas da maior expansão intelectual e económica — quando não era a língua donairosa, plácida, rotunda, dos últimos românticos, resumindo a Vida e o Universo em apologias de criaturas celestiais e em descrições de mundos encantados.

Certo, os *Sermões* de Vieira são esculturais e a *Nova Floresta* de Bernardes é lapidar; mas, apesar de tôda a sua divina eloqüência e de tôda a sua pureza clássica, não constituem, por si sós, uma literatura. E sem que isto pareça um prurido infantil de irreverência inócua — o próprio *Lusiadas*, tão grande, tão belicoso, tão sugestivo, se conserva a sua glória através dos séculos, não é tanto pelo padrão de vernaculidade que o soleniza e lhe dá a glória incontestável de código da

língua, nem pelas descrições geográficas e evocações mitológicas que o perturbam, mas principalmente pelo largo e sadio sôpro lírico que o atravessa e anima. Se eu ousasse abrir uma despretensiosa excepção no meio dêsse monumental atravancamento clássico e romântico, esta seria, entre os modernos escritores portugueses, para Garrett, que às vezes, pela universalidade e clareza do pensamento, pela flexibilidade da linguagem, a sobriedade dos tons, a distinção das maneiras, e, sobretudo, pela sábia ironia gaulesa que lhe corria nas veias, é o precursor da nova arte de escrever em nossa língua.

*

¡Não, meus amigos! Eça de Queiroz é um artista completo: aquilo que não encontramos nos outros, um quer que seja, talvez um quási nada, é justamente nêle que vamos encontrar. Por mim, confesso que, em prosa portuguesa, foi nêle que aprendi a ler. Repugna-me, por uma questão de pudor estético, apontar as pequeninas falhas dêste artista, em que os defeitos são qualidades: isso é com os

críticos, os letrados, os homens de rígido bom-senso e convicções rígidas. Guardadas as devidas distâncias, aceito-o, na minha admiração talvez apaixonada, mas consciente, como êle aceitava Vítor Hugo, e como Vítor Hugo aceitava Shakespeare: *comme une brute.*

É que êle, como nenhum outro escritor do seu tempo, soube visionar integralmente a vida humana em tôdas as suas ridículas baixezas e em todos os seus bens consoladores. É que êle fixou maravilhosamente a Vida. E, ao fixá-la, teve ainda êste grande mérito: transformou uma língua bárbara, dura, áspera, fradesca, solene, hostil, num instrumento plástico, sonoro, dútil, ondeante, diáfano, subtil; numa palavra — foi o primeiro escritor português qne fêz paradoxos com a nossa língua. Êle é o Mestre — e depois dêle, ninguém, que se preze, tem mais o direito de escrever mal a língua portuguesa.

(*Da Arte e do Patriotismo*, Lisboa, s. d., pág. 9 e ss.)

XXXV

Mello Carvalho [1]

SUÏNIZAÇÃO DA LINGUAGEM

A LINGUAGEM, antes do mais, tem de ser lógica. Quando digo: *a vida é longa trajectória*, estou certo; mas, se disser: *a vida é* UMA *longa trajectória*, não acontece o mesmo, porque me afastei da lógica.

¿Que papel representa o vocábulo UMA? É quantitativo? É indefinido? Se é quantitativo, torna-se supérfluo, porque *trajectória*, por si só, exprime *singularidade*, como atributo do substantivo *vida*, que está também no singular. Além disto o verbo que pede relação atributiva tem forma singular. ¿Não é lógico?

(1) Ilustre professor brasileiro, colaborador assíduo da *Revista Americana* e da *Revista de Língua Portuguesa*, defensor apaixonado da vernaculidade, sempre admiràvelmente documentado sôbre os factos da língua.

E, se UMA é indefinido, complica-se o caso, porque temos uma palavra indefinida unida a outra definida; o que quer dizer que *precisamos* uma cousa, que tornamos *imprecisa* ao mesmo passo.

Aplique o leitor este raciocínio ao exemplo que trouxe eu a terreiro — *cuja vida é uma longa trajectória* — e verá que estou com a lógica. Ou *a vida* (de Ruy) *é longa trajectória*, ou *não é*. Se a atribuïção *trajectória* é o facto que pretendemos salientar da *vida* de Ruy Barbosa, não temos mester de *quantitativo*, nem de *indefinido:* no primeiro caso, por ser o facto *singular*, e, no segundo, porque não devemos tornar *indefinida* a *atribuïção* que queremos precisa.

*
* *

Exemplos de JACINTO FREIRE DE ANDRADE, tirados da *Vida de D. João de Castro*, Lisboa, 1651 (1).

---

(1) Transcrevemos, modernizando-lhes a ortografia e pontuação, apenas alguns dos muitos exemplos citados pelo sr. Mello Carvalho.

... mostrando bem que não *era* esta fábrica *desenho* de multidão bárbara e confusa... (pág. 129).

... porque verdadeiramente *foi acontecimento* mui grande... (pág. 277).

A resistência do inimigo *é argumento* do valor dos nossos... (pág. 355).

E a guerra que fizestes ao Hidalcão *foi cousa* mui bem acertada (pág. 417).

* * *

Exemplos de Bernardim Ribeiro, tirados da *Menina e Môça*, ed. Pessanha, Pôrto, 1891:

Gram desaventura foi a que me fêz ser triste... (pág. 4).

... porque *grande êrro fôra*, depois de tantos nojos... (pág. 5).

... meu filho também *era homem* como êles (pág. 43).

... *era bem apôsto cavaleiro*, e dos bens do mundo abastado... (pág. 214).

* * *

... Examinemos a usança geral dos clássicos no que diz com a matéria de que se cogita. Para não alongarmos muito esta resposta, daremos os exemplos sem definição das circunstâncias. Escolherei entre os milhares que possuo, os seguintes (1):

... *foi homem* alegre e de gracioso recebimento; *foi Príncipe* mui católico e amigo de Deus (RUI DE PINA, *Coll. de Liv. In. de Hist. Port.*, I, 79).

(1) Seguem-se, no texto do sr. Mello Carvalho, nada menos de quarenta e dois exemplos, dentre os quais, para abreviar, escolhemos nove, que bem bastam para mostrar que não tem raízes na língua portuguesa pura o abuso afrancesado do *um... um... um...*, que tanto desfeia a escrita literária de hoje e a que o sr. Mello Carvalho chama *a suinização da linguagem.*

... *foi homem* sisudo e de claro entendimento, amador de sciência, de que *teve grande* conhecimento *(Idem)*.

... e que inda então a morte *seria manifesto sinal* do grande desejo que lhes ficava para o servir (ZURARA, *op. cit.*, II, 241).

... onde foi a dos Gazules, que *é lugar* chão *(Id.*, pág. 545).

... que vai per só ao Outeiro da banda da parte de Barbeche, que *é* como *atalho (Id.*, pág. 545).

... e *foi* sempre *grande caçador* e monteiro, em sendo Infante... (FERNÃO LOPES, *op. cit.*, IV, 7).

O Prior, pelo fazer certo, lhe *mostrou* então *carta* que lhe El-Rei sobrêlo mandava *(Id.*, pág. 395).

Tinha grande mestre, de quem aprender tão extraordinários lanços... (Frei ANTÓNIO DA MADRE DE DEUS, *Laurea Portuguesa*, Lisb., 1687, pág. 156).

... porque tôda a glória, comparada com as chagas de Cristo, *é visão* pequena; porque só a das chagas *é visão* grande (Padre SEBASTIÃO DE NOVAES, *op. cit.*, pág. 187).

(Da *Rev. de Ling. Port.*, n.º 17, Rio, 1922, pág. 73 e ss.)

XXXVI

Mendes dos Remédios

FALTA DE UMA «BIBLIOTECA LUSITANA»

PARA vergonha nossa não possuímos ainda hoje uma *Biblioteca Portuguesa*, vasto colectório que abrangesse tôdas as belas obras escritas na nossa língua, desde os inícios até a actualidade.

As queixas já formuladas no século XVII por D. Francisco Manuel de Melo puderam com rigorosa verdade ser repetidas há sessenta e seis anos por António Feliciano de Castilho, e hoje ainda as podemos perfilhar. A própria Espanha, que muitos portugueses tão erradamente avaliam, mas que tão superiormente se nos avantaja, até no esfôrço de se salvar dos desalentos gravíssimos de que tem sido vítima... tem há muito a sua *Biblioteca de Autores Españoles*

desde la formacion del lenguaje hasta nuestros dias, reproduzindo aí, precedidos de estudos, muitos de importante e esmerado labor, as melhores obras que desde a origem engrandeceram no campo das letras, honrando-o, o nome da pátria espanhola....

.... Nada se poderá fazer sem a leitura dos próprios livros daqueles que marcaram época ou fizeram sentir a influência da sua obra nas gerações que se lhe seguiram. ¿E temo-las, a essas obras, não direi vulgarizadas, mas dispostas ou acomodadas sequer a uma consulta fácil e expedita?....

.... Eis aqui uma emprêsa verdadeiramente patriótica pela grandeza e pelo alcance a que visa, muito acima das alicantinas da política, em que vão sossobrando tantas vontades: — a publicação duma *Biblioteca Lusitana,* dure ela vinte ou trinta anos, haja ela de durar um século.

É nessas obras imorredouras que está a nossa grandeza descrita e exaltada. Lá se encontram os nossos pergaminhos de nação autónoma e civilizada, lá as melhores pérolas do nosso erário... Volver o

olhos para o passado, não como contemplativos estéreis, mas como quem nesse relancear fôsse descobrir a *vis mystica* da uma nova alma, tal o imperioso e mais nobre dever que se impõe aos dirigentes do nosso país... O que é inteiramente incompreensível é que se não pense em reabilitar a memória dos que foram, e nos ajudaram a ser grandes, e nos criaram um nome honroso na esfera da mentalidade humana...

O desconhecimento, senão o desprêzo das obras dos que nos procederem, entra na sua cota parte na decadência literária que ao presente atravessamos. Ignorando a riqueza que de portas a dentro possuímos, voltamo-nos para a miséria lantejoulada de fora. Tudo se abastardou na galolatria pavorosamente ridícula — o jornal, a revista, o livro, as modas, a educação. Muito mais do que no tempo do galhofeiro Cruz e Silva pode-se actualmente dizer:

> Ao pé de cada canto, hoje, sem pejo,
> Se tratam de *Monsieurs* os Portugueses...

(Do Prefácio da 2.ª ed. da *História da Literatura Portuguesa*, 4.ª ed., Coimbra, 1914, pág. X e ss.)

XXXVII

Ricardo Jorge

PORTUGUESES, CASTELHANOS, HISPANOS

O PORTUGUÊS amador da gaia sciência, que, nado e criado neste mais velho rincão do país, *riberas del Duero arriba*, fôsse no século XIII à côrte de Castela, onde tantos acudiam a terçar *cantigas de amigo*, *de escárnio*, e *serranilhas*, com os trovadores da aula régia de Afonso o Sábio, sem embaraço na sua língua falaria e versejaria. À roda do monarca, organizador da actividade intelectual de Espanha, como D. Denis, seu émulo em poesia e letras, o foi em Portugal, modula-se o idioma galego-português, literàriamente preferido ao castelhano pela sua flexibilidade graciosa...

Se mais de três sèculos andados arribasse a Espanha o adventício de Lisboa, a amada cidade de que Lope de Vega de-

cantava os passeios, teria ainda o orgulho de divisar por tôda a parte portugueses em grandeza culta: poetas e escritores nos cenáculos madrilenos, professores nas cátedras salamanquinas, validos e médicos de câmara na côrte filipina. A língua não esquecera, mas substituíra-a havia muito o castelhano, no auge da sua supremacia idiomática...

Outro rodar de três séculos e estamos na actualidade, em que a scena muda de todo em todo. Portugueses, já quási não demoram por terras de Castela; das brandas modalidades da língua de Camões não há completa compreensão auditiva, e mal iria ao trato da conversação, se a evolução lingüística as não talhara tão parelhas. Por outro lado a nossa musculatura vocal, destreinada para a maior parte, mal se atreve à articulação, rude mas aberta, da enérgica e clara língua de Cervantes...

*
* *

Volte-se ao denominador onomástico comum, tanto mais quanto há meio de evitar confusões melindrosas de naciona-

lidade: chame-se *Hispânia* à península *Hispano* ao seu habitante onde quer que demore, *hispânico* ao que lhe diz respeito. O papa João XXI, português de Lisboa, afamou-se como mestre e praxista das escolas medievais, com a rubrica de Pedro Hispano. O Fernando de Bulhões, *il Santo* de Pádua, também glória do berço lisboeta, se dizia de côr hispana. O portuguesíssimo judeu de Castelo-Branco, Amato Lusitano, um dos grandes mestres da Renascença Médica, a cada passo se apelida hispano, envaidecendo-se aliás do ninho paterno, e das façanhas dos seus compatriotas lusos. Não desfaz no foro nacionalista, nem implica com o país que a cada um pertença; é um apelativo histórico-geográfico, tal como para as nações da península setentrional da Europa o de *Escandinavo*...

Se em parte alguma da Europa há raças puras, muito menos neste seu calcanhar ocidental, onde tantos povos sucessivamente se acamaram e amaçaram numa mescla indestrinçada — o verdadeiro caos étnico. Querer que a faixa atlântico-portuguesa seja a o logradoiro duma raça extra-hispânica... sôbre não

passar duma criação imaginária, toca no absurdo e até no ridículo: mal vai ao patriotismo que se alimenta destas abusões...

Desde o banco das escolas importa cunhar no espírito dos alunos que somos parte de um todo. Ao ensinar-lhes a geografia, a história, a literatura, logo nos cursos secundários, faça-se a integração hispânica. Ponha-se ponto no vicioso sistema de scindir o solo e o clima, de apartar o passado, de separar as letras, numa unilateralidade onde, sob a aparência de um acto estritamente nacional, se esconde uma falsidade contra a natureza e contra a história, e um êrro anti-pedagógico e anti-scientífico. Êste ilogismo talvez domine mais em Portugal que na Espanha; não há mais que olhar para os mapas do chamado continente português, que tantas vezes recortam o perímetro da raia terrestre, como se se tratasse de uma ilha. E' um laivo triste e significativo.

Inculque-se aos discípulos o amor do passado e o culto da pátria tradicional, tal como nos países italianos, germanos, escandinavos e outros, que na chama

crescente dêsse sentimento se depuraram e acrisolaram. Eduquem-se a rigor e a primor no seio da língua materna; Portugal tem neste ponto que bater nos peitos, repêso e vexado, diante de qualquer país, a começar pela Espanha, onde impera o respeito do castelhano. Nãc há nação alguma no mundo onde se tenha perpretado com maior grosseria a vandalização da própria língua, aliás tão formosa e rica. Há que confessar com mágoa que é uma vergonha pública, sem que ao menos se note para a minorar, por parte dos que deviam manter êsse património, propósito ostensivo de emenda.

Nas faculdades de Letras faça-se a consagração catedrática das duas literaturas e das duas histórias. Nas nossas desgraçadamente cava-se essa deplorável lacuna; não conheço nenhuma mais censurável na nossa instrução superior... ¿Qual é universidade digna dêste nome, por êsse mundo fora, onde não sejam professadas independentemente as letras castelhanas? Quando o não fôssem em parte alguma, deviam sê-lo em Portugal...

Estas reformas, fáceis de introduzir na didáctica oficial, teem de completar-se pela criação em cada país de um colégio ou escola superior de *hispanologia*, inteiramente binacional, com professores e discípulos — daquém e dalém — centros do ensino e da investigação de tudo quanto interesse à literatura e à sciência dos povos ibéricos, em si e nas suas aplicações ao progresso peninsular em todos os seus modos. Devidos meios seriam postos à disposição dos trabalhadores e mestres, desde as bibliotecas aos laboratórios. Dali irradiaria para o estranjeiro a notícia dos nossos trabalhos, integrando-os no movimento universal, e fazendo avultar a nossa contribuïção ao tesoiro geral da sciência.

Desta cooperação central partilhariam os países sul-americanos, honra e glória da colonização luso-castelhana; e a ela se aliariam os mestres e cultores que ao hispanismo consagram denodadamente talento e erudição na França, na Alemanha, na Inglaterra, na Itália e nos Estados-Unidos. Um rincão regional pediria pelas suas afinidades com Portugal um lugar particular — é a Galiza, à ilharga

da qual brotou a nossa nacionalidade e o nosso idioma, com uma literatura primitiva comum.

(De *A Intercultura de Portugal e Espanha no passado e no futuro*, Pôrto, 1921, pág. 1 e ss, e 45 e ss.)

XXXVIII

Ronald de Carvalho [1]

CLÁSSICOS E AMADORES

É VULGAR dizer que pouco estimamos os clássicos, e não é o menos afirmar que os ignoramos. Mas, se a maioria os não lê por natural pendor, sobra, contudo, uma luzida minoria que os não versa, pela dificuldade de os possuir.

O livro clássico, que, nos países cultos, está ao alcance das bôlsas mais modestas, em correntes edições de preço módico, entre nós, como em Portugal, é sinónimo de antigualha rara, de coisa espantosamente esquiva, de regalo apenas para os olhos, na estante das bibliotecas afortu-

---

(1) Moço e já notabilíssimo crítico e historiador da literatura brasileira.

nadas. Faz-se, por aí, colecção de clássicos, exactamente como de selos custosos, ou medalhas de subido valor. Há quem prefira os lavores tipográficos de Lyon, os da Holanda, ou os do Reino, tal qual os filatelistas, quando discutem, aplaudem ou condenam as emissões de Paris, Londres ou Atenas. Queremos um clássico para lhe mostrar a lombada às visitas. Não importa o que vai por dentro: se os Diálogos subtís de frei Amador Arráiz, ou as Histórias de proveito e exemplo de Trancoso, se os conselhos do rei D. Duarte, ou as peripécias de Fernão Mendes Pinto. Tudo depende da moeda com que são pagos.

Os selos da Maurícia, consoante às cotações de Yvert & Tellier, orçam por sessenta mil francos o exemplar; custa-nos a segunda edição dos *Lusíadas* um conto de réis o volume. Ora, pois, uns e outros pedem vidraças protectoras. O bibliófilo imita sàbiamente o filatelista. Não mete a mão profana no objecto do seu amor. Admira-o silenciosamente, de longe; e, muito embora não valha um Camões tanto quanto um sêlo colonial da Gram-Bretanha, exigem ambos, para os

efeitos do culto, uma admiração respeitosa.

O sr. Agostinho de Campos, que é homem de indisputável gôsto e fina argúcia literária, deve, por estas horas, estar de relações rôtas ou estremecidas com os coleccionadores de clássicos. É que a raça dêstes, como a de todos os seus semelhantes, detesta os *fac-similes*. Pôr em vulgata os originais, mostrar que os originais sôbre contemplados podem também ser lidos, ¡ que ideia esquisita!...

Não só da espécie bibliófila se ri o meu ilustre amigo, mas, por igual, da gramaticófila, da galicófoba e congéneres. É da ordem natural que nós, homens, só entremos voluntàriamente na essência das coisas, quando a superfície delas nos atrai. A superfície da língua portuguesa tem sido até hoje, no conceito pedagógico, a escamosa gramática. ¿Que muito é, pois, que a desprezemos?

O professor consumado mostra, com a experiência adquirida em longas práticas, ser o conhecimento da linguagem mais fruto das aturadas leituras que da complicada doutrina. Não será com uma lista de galicismos e um dicionário de sinóni-

mos, que chegaremos a aprontar um escritor. As regras fundamentais da linguagem estão no trato cotidiano do bom falar e do bom escrever; ou, melhor: as regras do bom falar e do bom escrever, nasce com elas o artista, morre sem elas o inábil artezão... ¿Qual o mestre que teria a coragem de ensinar pintura aos seus aprendizes, apartado da natureza, em prelecções e teorias duras e inflexíveis? Se, para representar um crespúsculo fôsse mester apenas misturar os tons cinzentos, roxos, lilases e dourados, todos seríamos pintores, mesmo que nunca tivéssemos apreciado um pôr de sol. E é, afinal, a isso, que se reduz o ensinamento oficial do vernáculo. Basta escrevermos correctamente mal o idioma, para que nos consideremos autores de alto quilate...

(*O Jornal*, Rio de Janeiro, 16 de Novembro de 1921.)

XXXIX

Ruy Barbosa

Da Academia Brasileira

O «DIALECTO BRASILEIRO»

Depois então que se inventou, apadrinhado com o nome insigne de José de Alencar e outros menores, o *dialecto brasileiro*, tôdas as mazelas e corrutelas do idioma que nossos pais nos herdaram cabem na indulgência plenária dessa forma da relaxação e do desprêzo da gramática e do gôsto.

Aquela «formosa maneira de escrever», que deleitava os nossos maiores, passou a ser, para a orelha dêstes seus tristes descendentes, o tipo da inelegância e obscuridade. Ao sentir de tal gente, quanto mais ofender a linguagem os modelos

clássicos, tanto mais melodias reúne; quanto mais distar do bom português, mais luminosidade encerra. As bossas da palavra rechearam-se-lhe de francês, ligeiramente lardeado ou trufado às pressas de inglês e alemão.

De todos êsses idiomas, afinal todos mal sabidos, haurido na sciência de cada um apenas o *quantum satis* para o trato dos livros a que a profissão ou a curiosidade os atrai, fica-lhes sendo a nossa apenas a menos mal conhecida entre as várias línguas estranjeiras, cuja leitura cultivam.

... O *dialecto brasileiro* — surrão amplo, onde cabem à larga, desde que o inventaram para sossêgo dos que não sabem a sua língua, tôdas as escórias da preguiça, da ignorância e do mau gôsto; rótulo americano daquilo que o grande escritor lusitano tratara por um nome angolês... (1)

(1) Refere-se a Alexandre Herculano, que chamou ao código penal português *um livro em língua bunda, que reza da penalidade usada em Portugal.*

PENSAMENTOS

coligidos por Mário de Lima Barbosa e publicados no *Jornal do Comércio* (edição da tarde), Rio, Março de 1920.

A inteireza do espírito começa por se caracterizar no escrúpulo da linguagem.

A vida parlamentar, a administração e o jornalismo teem sido, em tôda a parte, os mais poderosos corrutores da língua e do bom-gôsto.

Aspirar à clareza, à simplicidade e à precisão sem um bom vocabulário e uma gramática exacta, seria querer o fim sem os meios.

Nem sempre, quando se pauta a escrita pelo fio da gramática, se tem dado conta da mão, no escrever bem, e no escrever para o povo. Há gramáticos provectos, filólogos consumados, que nunca escreveram senão com pena de chumbo em papel borrador. Não pecando contra a gramática, poder-se há pecar, todavia, contra a boa linguagem. Um livro pode não infringir materialmente as leis da

concordância e da regência, e, contudo, não estar redigido vernàculamente. A lexicologia e a sintaxe não são tudo num idioma.

Cada língua tem no seu génio uma fôrça de espontaneidade e selecção, um critério de acêrto e um tipo de beleza, que se exercem, ou se enunciam, pela simplicidade e o instinto dos que a falam. E' essa intuição da vernaculidade, êsse como que sexto sentido, o da linguagem, que parece ter por órgão o ouvido, e do ouvido recebe o nome.

A história das transformações e nacionalizações de certos vocábulos estranjeiros não favorece a teoria dissolvente daqueles que, exagerando essa mutuação de serviços entre as línguas vivas, não conhecem barreira à introdução dos estranjeirismos, e das negligências de bons escritores tiram argumento para a legitimação de absurdos, enormidades ou bastardias inadmissíveis.

Todos os idiomas vivos permutam uns com os outros. Seria desatino recusar

êsses subsídios, tão inestimáveis quão imprescindíveis, que se mutuam as línguas, em-quanto não fossilizadas. Condenar, pois, em absoluto os estranjeirismos, fôra não ter senso-comum.

Refugar os neologismos insensatos, incorrectos ou informes não é proscrever o neologismo.

Com a pureza exterior se identifica o sentimento da decência em tôdas as criações intelectuais vazadas na palavra humana; e, quanto maiores elas forem, mais delas exigirá o seu decôro; já porque, sendo a língua o veículo das ideias, quando não fôr bebida na veia mais limpa, mais cristalina, mais estreme, não verterá estreme, cristalino, límpido, o pensamento de quem a utiliza.

Não convertamos em espantalho o nome de *arcaísmo*. Tôdas as gerações assistem ao reabrir de palavras antiquadas, que outra vez, ao influxo de novos tempos, rebentam de seu, espontâneas e belas, sob a pena dos escritores de bom-gôsto. Com os arcaísmos a lei é a mesma que a

respeito dos neologismos: usarem-se discretamente, quando necessários ou úteis.

Guardadas as leis, talvez indefiníveis, mas sentidas e instintivas, do bom-gôsto, as da propriedade e conveniência no escolhê-los, as da moderação no usá-los, as da oportunidade no tentá-los, as do tacto no expô-los, de modo que a frase, onde se insinuam ou encavam, lhes alumie e patenteie o sentido — insigne serviço fazem os bons escritores à sua língua, reempossando-a no gôzo de vocábulos e torneios antigos, deixados esquecer por injustos desprezos do tempo.

O gôsto da antiguidade levado ao arcaísmo, isto é: a mania de rejuvenescer inùtilmente formas anacrónicas, ininteligíveis ao ouvido comum na época em que se exumam, com o vão intuito de as modernizar — avulta entre os mais ridículos e insensatos vícios do estilo, no falar idiomas vivos.

Os elementos da palavra humana são ocasionados a eclipses, ou letargias, seguidos, quando menos se espera, das suas

revivescências. Condenados às vezes como obsoletos, eis que ressurgem à vida, quando se imaginava estarem-se fossilizando entre os resíduos mortos do idioma, como renovos de primavera ao prestígio da boa prosa, ou ao encanto da poesia inspirada.

Elemento de regeneração, quando sensatamente disciplinado, no vocabulário das línguas, êsse aroma de antiguidade que do hábil emprêgo das boas locuções antigas se desprende, é um dos segredos da graça e fôrça nos escritores de grande raça, nos estilistas de escola, nos renovadores do gôsto literário, nos criadores de obras de arte duradoiras.

Nada mais arbitrário que a temeridade e o aprumo, com que as ditaduras filológicas, exercidas pelo dicionário, ou pela gramática, desvalijam a língua de gemas inestimáveis, removendo-as como antigualhas e fósseis para os arquivos e museus da curiosidade inútil.

Ensinam economistas que a moeda espúria, onde quer que se admita, expele da circulação a boa moeda. Como que o

mesmo ocorre nas línguas, entre os vocábulos de contrabando e os de lei. Em se pondo a vogar um termo de má nota, que pela novidade atraia os amigos da moda, todos os seus sinónimos correntes, de bom toque e pêso, se vão esquecendo e sumindo.

Quando um têrmo desaparece da circulação de um idioma, não se pode saber se o esquecimento em que se adormentou, se o abandôno em que se sumiu, é morte, ou hibernação. Todo aquele que restitui ao comércio dos vivos uma velha expressão desusada, tem o direito de abrigá-la à sombra dos seus títulos de nascimento e legitimidade. Se lha rejeitam, poderá ser à conta de obsoleta. De bastarda é que não.

Não há língua definitiva e inalterâvelmente formada. Tôdas se formam, reformam e transformam continuamente.

Nem sempre alguns exemplos de boa procedência bastam a autorizar uma sintaxe. Se ela é palpâvelmente incorrecta ante o próprio uso clássico e a índole da

língua, cumpre ver naquelas anomalias simples nódoas, dessas a que os melhores escritores não são imunes.

Às vezes até na prosa as convenções gramaticais, por severas que sejam, têm-se de amoldar aos ditames da eufonia ou da ênfase, que também fazem lei e, em certos casos, lei suprema da linguagem.

(Da *Réplica do senador Ruy Barbosa às defesas de redacção do projecto do* Código Civil Brasileiro *da Câmara dos Deputados,* Rio de Janeiro, 1904.)

XL

Salvador de Mendonça [1]

(1841-1913)

CAMÕES E D. MANUEL I

O VELHO alquebrado, que o Telmo de Garrett viu pela primeira vez «no alpendre de S. Domingos de Lisboa (2), tão maltrajado, tão encolhido, e que ao cabo da navegação lá foi num lençol para Sant'Ana», tem hoje templos como êste, e campeia na praça pública sôbre colunas e pedestais, revestido da

---

(1) Foi cônsul do Brasil nos Estados-Unidos, jornalista distinto; traduziu Hugo, Musset, Gautier; escreveu: *Marabá*, romance, 1875; *Trabalhadores asiáticos*, 1879; *Situação internacional do Brasil*, 1913; etc.

(2) Luís de Camões.

armadura que abrigou o coração mais aceso no amor da Pátria e na luz da Fé, na mão o livro cujas páginas libertaram da lei da morte uma nação, na fronte a coroa de louros com que uma raça inteira o sagrou símbolo de seus destinos e de sua glória.

Passaram todos. Passou o Infante Pensador, que dos penedos de Sagres devassou os mistérios do Mar Tenebroso, alumiando-o com a Cruz de Cristo, até surgir do horizonte a terra de Vera-Cruz, e dos céus do sul a constelação do Cruzeiro. Passou o Rei Venturoso, que da janela do Castelo da Pena, de onde, diz a lenda, vigiava a volta das naus da Índia, viu duas rotas, a da África e Ásia e a do Brasil, e abriu à idade moderna três continentes. Passaram, ou movem-se ainda na meia claridade que pode ser a ante-manhã da glória ou o cair da noite do olvido, os braços fortes dessas emprêsas magnas, Vasco da Gama e Pedro Álvares Cabral, Afonso e Matias de Albuquerque, D. João de Castro e Vidal de Negreiros, Cochim, Ormuz e Goa, os Guararapes e a Campina do Taborda.

Só êle perdura e vai galgando os sécu-

los, como a luz que se não apaga dêsses fanais que, no meio das trevas mais densas, guiam os navegadores nas vias insondáveis do futuro. ¿De que valeu à fama de D. Manuel o ser maior e mais útil que os três contemporâneos que enchem com os seus vultos o início dos tempos modernos, Leão X, Francisco I, e Carlos V? ¿De que valeu haver antecipado Lutero, e pedido, com a embaixada de Tristão da Cunha à Roma do Renascimento, quanto bastava para evitar o Scisma e a Reforma? ¿De que lhe serviu ter nos Paços da Ribeira Garcia de Resende, Bernardim Ribeiro e Gil Vicente, e no Restelo o padrão primoroso de Belém?

Passou, e a História chama-o por favor *o Venturoso*. ¡Se até já se ouve dizer que, saídos de tal tronco, cuja fronde cobria a Ásia, a África, a América e a própria Europa, somos uma nacionalidade desvirilizada por vício de origem! Não, nós vimos do período heróico da grande Nação Portuguesa, e no dia em que a Pátria ia morrer em Alcácer-Quibir, em que pese ao maior engenho português dos nossos dias, cuja obra perene desmente o pró

prio assêrto, não expirou com a Pátria o cantor dos *Lusíadas*, mas, salvando-a em suas estrofes imortais, trouxe-a fulgurante da luz de seu estro pelas idades afora, e deu-lhe alma para a um tempo quebrar na Europa o jugo de Espanha e expulsar do Brasil os Holandeses.

É que ao período heróico da nossa raça sucedera o período do ideal, e do ideal mais que da heroicidade vivem e se engrandecem os povos... E se já não somos o Reino-Unido de Portugal e Brasil, porque entre o outono e a primavera estão sempre o inverno e o estio, podemos com a íntima fraternidade dos ânimos libertos das leis naturais, considerar-nos ainda a República-Unida das Letras Portuguesas.

(Da *Revista da Acad. Bras. de Let.*, n.º 2, Rio, Outubro de 1910, pág. 479 e ss.)

XLI

Solidónio Leite [1]

CLÁSSICOS PORTUGUESES

Aos que precisem estudar sua língua, aperfeiçoar-se na arte de escrever, não se lhes deve aconselhar (muito menos o devem os mestres) que desprezem os bons exemplares vernáculos sòmente porque tratem matéria religiosa. Lendo muitas vezes os sermões de Tillotson, e estudando-os cuidadosamente, foi que Dryden encontrou essa «misteriosa lei da criação da Bela Frase», que Flaubert levou tôda a sua vida estudando, principalmente na obra de Chateaubriand.

---

(1) Professor da Faculdade de Filosofia e letras do Rio de Janeiro, eminente crítico e acérrimo defensor da língua clássica.

¿E quantos aprenderam na de Bossuet? Entretanto, tôda a sua obra foi, segundo Brunetière, «une apologie de la religion chrétienne par le moyen de la Providence»; e os *Sermões* (testifica-o Albalat) constituem «la partie de son œuvre où *son talent* d'écrivain s'accuse le plus hardiment».

Tendo em muito, como sempre tive, as boas letras do sr. Dr. José Veríssimo, extranhei o seu artigo, onde há passagens como esta:

«A razão *profunda, e fortíssima, do nosso desinterêsse* dos clássicos é que não achamos nêles alimento para o nosso espírito, nem, salvo alguns poetas, deleite para a nossa imaginação. São clássicos da *nossa língua*, e não do nosso pensamento.»

Ainda que tivesse razão no que diz sôbre a forma e o fundo das obras estudadas nos *Clássicos Esquecidos*, nem por isso devia sentenciar que é vã emprêsa o resgatar do esquecimento êsses e outros modelos da boa linguagem.

Haveria uma vantagem, que S. Ex.ª já encareceu nos seus *Estudos de Literatura* onde se lê:

«Os filólogos alemães, estou informado, entram a usar, quer no estudo dos clássicos antigos, quer no dos modernos, do *método estatístico*, pronunciando-se afinal pelas formas que *mais vezes* se repetem. Aplicado ao estudo *dos nossos clássicos, êsse critério daria certamente melhores resultados* que as citações aéreas de exemplos que não sofreram a *prova de confrontação com outros do mesmo ou de diversos autores.*»

Pouco depois, há êste conselho aos que desejarem escrever bem:

«*Estudar a nossa língua, principalmente nos seus factos observados* com critério e examinados com crítica, *ler e meditar os seus clássicos*, se para tanto nos sobrar coragem, e *entendê-los bem*, sem, porém, lhes aceitar tudo e sabendo separar nêles o trigo do joio, que é infinito, e, principalmente, não nos deixar impressionar pelos gramáticos e pelas suas invencionices absurdas. *Compenetrarmo-nos bem da linguagem na sua índole* e no tempo em que a falarmos e do qual somos; apoderarmo-nos *de tôdas as suas formas de expressão*, e procurarmos traduzir com elas o mais exactamente, o mais precisa-

mente, o mais perfeitamente possível a nossa ideia ou a nossa sensação, *eis o que deve ser o programa do escritor e o seu desejo.*»

*
* *

Das inúmeras opiniões manifestadas a respeito dos excertos que apresentei, é a do sr. Dr. José Veríssimo a única desfavorável. E S. Ex.ª não se limita aos mesmos excertos; diz mal de todos os livros donde os extraí.

Vai ainda mais longe: passando dêsses livros aos de todos os prosadores clássicos, escreve, entre outras cousas, o seguinte:

«Como *todos* os prosadores clássicos portugueses... estes carecem de ideias gerais... Abundam em lugares-comuns... em formas de nenhuma elegância ou sabor, e, não raro, de duvidosa correcção, sujeita às mais atrevidas elipses e silepses.»

Para que o douto crítico pudesse julgar todos os prosadores clássicos portugueses, seria indispensável conhecê-los, e estudar-lhes tôda a obra. Não diria, então, que todos carecem de ideias gerais,

e abundam em formas de nenhuma elegância ou sabor, e não raro de duvidosa correcção.

* * *

No tocante aos lugares-comuns, ainda que realmente abundassem nêles, como afirma o sr. Dr. José Veríssimo, todos os prosadores clássicos portugueses, não fôra isso razão para que Sua Ex.cia os condenasse; pois é na expressão que dá aos lugares-comuns que mostra o escritor o seu talento.

Afirmando que o merecimento de Macaulay consistiu no modo como exprimia o lugar-comum, de que está cheia a sua obra, escreve o autorizado Morley:

«Aucun auteur, soyons sûrs, n'aurait conquis la popularité de Macaulay parmi ses contemporains, si son œuvre n'avait présenté *en abondance* la moëlle même du lieu commun.»

E, dizendo que o próprio Shakespeare não constitui excepção, assim se pronuncia:

«Ce qui l'emeut dans Shakespeare, ce qui doit l'émouvoir et ce qui nous émeut

avec elle, ce sont ces pensées toujours anciennes et toujours nouvelles, ces truismes éternels au sujet de la tombe, de la chambre nuptiale, de la fortune changeante, de l'insondable destinée, de la fausseté des serments d'amour.»

Com essa lição de Morley estão de perfeito acôrdo inúmeros críticos, e o mesmo Brunetiére, citado pelo sr. Dr. José Veríssimo.

Aos que disseram alimentar-se de lugares-comuns a eloqüência de Bossuet, foi assim que lhes respondeu:

«Mais laissons lui faire ce reproche par les écrivains... qui ont des idées distinguées, des idées qui ne sont pas du peuple, des idées de salon et d'académie, des idées rares, des idées de marquis de Mascarille ou de Vardius et de Trissotin... Si les lieux communs ne sont pas toute l'éloquence, ils en sont du moins constamment le fond. Enfin la poésie même ne peut se passer du lieu commun; et Corneille ou Racine en ont usé; mais Hugo et Lamartine ne s'en sont pas privés. C'est qu'aussi bien toutes les fois que l'on s'adresse aux hommes assem-

blés, si l'on veut en être compris, on ne le peut être qu'au moyen de ces lieux communs sur la vie, sur le bien, sur le mal, sur la patrie, sur l'amour, sur la vérité, sur l'humanité, parce qu'ils sont eux-mêmes la vie, sa matière et sa substance, et qu'à mesure que l'on s'en veut dispenser, on se rend incompréhensible, parce que l'on s'éloigne de la vie, de la nature et de la vérité. Et toute le question est seulement de les renouveler.»

Não teem, logo, razão os que desprezam bons modelos vernáculos, sòmente por que nêles se encontrem lugares-comuns.

No que respeita à religião, ninguém ignora que os nossos clássicos antigos, sôbre serem quási todos religiosos, escreveram numa época, na qual interessava mais do que às outras a questão religiosa, que preocupava todos os espíritos e absorvia tôdas as atenções.

Basta que se leia o que vem no *Dicionário de Educação e Ensino*, nas palavras *Dezesseis* (século) e *Dezessete*.

Demais a religião é assunto que em todos os tempos interessa; pois, como

acertadamente escreveu E. Castellar (*Revolucion Religiosa*, vol. I, pro.) «una religión no es solamente doctrina moral, metafisica y teologica: es tambien doctrina social... cristalizase en vida real por medio de los costumbres purificados à su fuego y en leyes é instituciones desprendidas de su altissima metafisica». São de Ernesto Renan as seguintes palavras: «L'homme n'est un être divin que par l'âme: qu'il arrive à réaliser en quelque mesure la perfection intellectuelle et morale, et le but de son existence est atteint. Rien n'est indifférent de ce qui peut servir à cette fin sublime: mais c'est une grave erreur de croire que les améliorations matérielles qui n'amènent pas un progrès de l'esprit et de la morale aient par elles-mêmes quelque prix.»

(Do opúsculo *Classicos Portugueses*, Rio, tip. do *Jornal do Comércio*, 1915, pág. 8 e ss.)

A LÍNGUA PORTUGUESA NO BRASIL

Ocupando-se das influências que se manifestam na língua de um povo, encarece Whitney a importância da civilização como elemento conservador; e acrescenta:

«Une littérature écrite, l'habitude de conserver les souvenirs et de lire, la prévalence de l'enseignement, sont autant d'influences qui agissent dans le même sens; et quand elles ont atteint le degré de force auquel elles parviennent chez les nations civilisées, ces influences dominent complètement dans l'histoire du langage. La langue est fixée... Non seulement des différences locales ne se produisent plus, mais elles sont éffacées partout où l'éducation se répand.»

Mostra ser a razão por que o inglês que se fala na Inglaterra e o falado na América do Norte não nos deparam as diferenças que apresentam, comparados com a língua-mãe, o francês dos Canadenses, e o alemão dos colonos da Pensilvânia.

Acredita sobremaneira os nossos fo-

ros de povo civilizado o conservarmos o idioma que nos herdaram os Portugueses. Pode cada um de nós percorrer todos os Estados do Brasil, certo de que se fará compreender perfeitamente, sem nenhuma dificuldade; excepto em algumas cidades do sul, onde há teuto-brasileiros que fingem só entender o alemão. Nada fazem ao caso pequenas diferenças regionais.

E porque não há receio de estacionarmos no caminho da civilização, devemos ter por certo que aumentarão dia a dia as fôrças defensivas da unidade da nossa língua. As correntes perturbadoras encontrarão, assim, resistência cada vez mais eficaz. Embora continuem a influir, principalmente na massa dos letrados, irão concorrendo sòmente com expressões que logrem impor-se ao uso geral, consagrado pelos bons escritores.

Quando uma língua já está fixada em monumentos literários, os fenómenos perturbadores raramente se produzem, e pouca influência podem exercer.

«Ce n'est pas, diz Littré (*Histoire de la langue française*, 8.ª ed., pág. 156) quand une langue littéraire est armée de toute

son autorité, que ces phénomènes se produisent; dans ce cas, elle fait reculer les patois, elle efface les dialectes, elle impose la règle et l'uniformité, et, abritée, comme l'homme lui-même dans les murs de ses villes, contre les influences du climat, elle n'est plus sujette qu'à celle des siècles.»

A lição dos mestres, que se teem consagrado a estudos especiais do assunto, mostra, portanto, quão longe se acha a língua portuguesa de encontrar no Brasil influências que venham a transformá-la. Já havia chegado em Portugal, desde os séculos XVI e XVII, a êsse grau de perfeição no qual de sorte se fixam as línguas, que se não podem alterar sem corromper-se.

«Une langue bien faite (disse Renan) n'a plus besoin de changer... on ne prétend l'enrichir que quand on ne veut pas se donner la peine de connaître sa richesse.»

A língua de que se servem os nossos escritores mais polidos, como Rui Barbosa e Laet, não difere da que admiramos nos melhores modelos clássicos; salvo as indispensáveis inovações a que

todo o idioma está sujeito, as quais de nenhum modo lhe alteram a estrutura, índole e feição peculiares.

E o número dos bons escritores brasileiros tende a aumentar, graças ao interêsse que a sã linguagem vai despertando, principalmente depois dos trabalhos do Código Civil.

(De uma série de artigos com o mesmo título dêste excerto, publicados no *Jornal do Comércio* do Rio de Janeiro, em Janeiro de 1922.)

FIM DO TERCEIRO VOLUME

ÍNDICE

INTRODUÇÃO Pág.

I — O caos gráfico XI

II — A lingua portuguesa no Brasil..... .. XXXVII

PALADINOS DA LINGUAGEM

I — Alberto de Oliveira 3

II — Álvaro de Sousa da Silveira.. 5

III — Antônio Austregésilo..... 19

IV — Antônio de Moraes e Silva... 23

V — Aquilino Ribeiro..... 29

VI — Carlos Góes..... 34

VII — Carlos Magalhães de Azeredo 40

VIII — Eduardo de Barros Lobo..... 48

IX — Ernesto Carneiro Ribeiro.... 53

X — Eurico de Goes..... 60

XI — Félix Pacheco..... 64

XII — Francisco Evaristo Leoni.... 66

XIII — Henrique Lopes de Mendonça 86

XIV — Inocêncio Francisco da Silva 93

XV — Jaime de Magalhães Lima... 98

XVI — João Ribeiro..... 106
XVII — Joaquim Nabuco..... 114
XVIII — Joaquim de Santa Rosa de Viterbo..... 117
XIX — José Albano..... 124
XX — José Joaquim Nunes..... 127
XXI — José Júlio da Silva Ramos .. 133
XXII — José Leite de Vasconcelos... 143
XXIII — José Maria da Costa e Silva.. 147
XXIV — José Maria Rodrigues 166
XXV — Júlio Brandão 172
XXVI — Júlio Dantas..... 179
XXVII — Laudelino Freire..... 187
XXVIII — Manoel Pacheco da Silva Júnior..... 192
XXIX — M. Said Ali..... 195
XXX — Manuel da Silva Gaio 200
XXXI — Mário de Alencar 205
XXXII — Mário Barreto..... 212
XXXIII — Martins Fontes..... 222
XXXIV — Mateus de Albuquerque..... 223
XXXV — Mello Carvalho..... 229
XXXVI — Mendes dos Remédios..... 235
XXXVII — Ricardo Jorge..... 238
XXXVIII — Ronald de Carvalho..... 245
XXXIX — Ruy Barbosa 249
XL — Salvador de Mendonça..... 258
XLI — Solidónio Leite..... 262

LANGUAGE SERVICE CENTER
18 East 41st St., N. Y. 17, N.Y.
LEWIS BERTRAND, Director

NO LONGER THE PROPERTY
OF BOSTON PUBLIC LIBRARY